

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	11
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	12
1.5 Principais clientes	18
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	19
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	24
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	25
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	26
1.10 Informações de sociedade de economia mista	29
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	30
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	31
1.13 Acordos de acionistas	32
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	33
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	34
1.16 Outras informações relevantes	35
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	36
2.2 Resultados operacional e financeiro	44
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	47
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	48
2.5 Medições não contábeis	49
2.6 Eventos subsequentes as DFs	53
2.7 Destinação de resultados	54
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	56
2.10 Planos de negócios	57
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	60
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	61
3.2 Acompanhamento das projeções	62

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	63
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	99
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	100
4.4 Processos não sigilosos relevantes	102
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	113
4.6 Processos sigilosos relevantes	114
4.7 Outras contingências relevantes	115
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	117
5.2 Descrição dos controles internos	120
5.3 Programa de integridade	123
5.4 Alterações significativas	127
5.5 Outras informações relevantes	128
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	129
6.3 Distribuição de capital	141
6.4 Participação em sociedades	142
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	143
6.6 Outras informações relevantes	144
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	145
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	149
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	150
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	156
7.4 Composição dos comitês	165
7.5 Relações familiares	174
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	175
7.7 Acordos/seguros de administradores	176
7.8 Outras informações relevantes	177
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	179

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	186
8.3 Remuneração variável	190
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	192
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	195
8.6 Outorga de opções de compra de ações	196
8.7 Opções em aberto	198
8.8 Opções exercidas e ações entregues	199
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	200
8.10 Outorga de ações	201
8.11 Ações entregues	202
8.12 Precificação das ações/opções	203
8.13 Participações detidas por órgão	205
8.14 Planos de previdência	206
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	207
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	209
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	210
8.18 Remuneração - Outras funções	211
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	212
8.20 Outras informações relevantes	213
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	214
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	215
9.4 Outras informações relevantes	216
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	217
10.1 Descrição dos recursos humanos	218
10.2 Alterações relevantes	220
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	221
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	223
10.5 Outras informações relevantes	224
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	225

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	227
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	229
11.3 Outras informações relevantes	234
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	235
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	237
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	238
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	250
12.5 Mercados de negociação no Brasil	251
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	252
12.7 Títulos emitidos no exterior	253
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	254
12.9 Outras informações relevantes	255
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	258
13.1 Declaração do diretor presidente	259
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	265

1.1 Histórico do emissor

A C&A foi fundada em 1841 pelos irmãos holandeses Clemens e August. Suas iniciais deram origem ao nome da marca. A C&A foi pioneira na confecção de roupas prontas para usar e, hoje, está entre as maiores cadeias de varejo do mundo. A C&A tem presença em 18 países da Europa, no México e no Brasil, com aproximadamente 1.800 lojas.

No Brasil, a marca C&A está presente no mercado desde 1976, tendo inaugurado sua primeira loja no Shopping Ibirapuera, em São Paulo, e sendo precursora do conceito “*fast fashion*”. Nesse momento inicial, as operações da marca C&A ocorriam por meio de outras sociedades, as quais, posteriormente, passaram por transformações societárias, resultando na constituição da Companhia em 1981.

Em 1989, Sebastião Aparecido Fonseca, mais conhecido como “Sebastian” ou “Sebastian Soul”, foi nomeado como o primeiro embaixador da marca C&A no Brasil. Sua atuação foi marcante no meio publicitário com o uso do slogan “abuse e use”, tendo sido por mais de vinte anos garoto-propaganda da rede de lojas de vestuário C&A.

Em 2001, para marcar o 25º aniversário da marca no Brasil, a C&A fechou uma parceria publicitária com a top model brasileira Gisele Bündchen, um dos maiores ícones do segmento *fashion* global. A parceria rendeu bons frutos até 2005, quando a Companhia alcançou a marca de 100 lojas no Brasil.

Em 2009, foi celebrada a parceria com o Branco Bradescard S.A. para as nossas operações com produtos e serviços financeiros.

Em 2014, a C&A foi reconhecida como a empresa mais admirada do Brasil em premiação organizada pela revista Carta Capital, na categoria Varejo Têxtil. Outra demonstração da força da sua marca é o fato de sempre constar entre as marcas mais premiadas no universo publicitário, conquistando com frequência a liderança de diversas pesquisas Top of Mind. Além disso, em 2014, foi iniciada a operação da plataforma de vendas online da C&A.

Em 2016, foi implementado o sistema de Clique e Retire, no qual os clientes poderiam fazer suas compras na plataforma de e-commerce online e retirar o produto nas lojas físicas.

Em dezembro de 2017, a Companhia e a COFRA Latin America Ltda, sócias da Avanti Propaganda Ltda e da Mondial Impex Ltda, deliberaram pela incorporação da Avanti e da Mondial pela Companhia. Nesse mesmo ano, foi lançado o aplicativo da C&A. Em 2018, foi a vez do lançamento do programa de relacionamento C&A&VC. O programa tinha por objetivo iniciar um processo de conhecimento e fidelização do cliente por meio da oferta de benefícios como filas específicas nas lojas, acesso ao provador com número maior de peças, entre outros.

Em 28 de agosto de 2019, a Companhia realizou a transformação de seu tipo societário, deixando de ser constituída na forma de sociedade limitada para se tornar uma sociedade por ações.

Ainda, em 28 de outubro de 2019, as ações da C&A começaram a ser negociadas na B3 no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3, sob o *ticker* “CEAB3”. O IPO consistiu em uma oferta primária de 49.315.068 de ações ordinárias e uma oferta secundária de 57.034.546 ações ordinárias, totalizando R\$1,8 bilhão.

O ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, permitiu que Companhia mostrasse mais uma vez sua capacidade de reação em situações de crise, como, por exemplo, a rápida adoção de novas capacidades de mercado (digital e omnicanalidade), além de uma boa gestão de despesas e foco no caixa. O ano foi marcado pelo início da transformação em uma empresa de moda digital, que mais entende a mulher brasileira, com lojas físicas e muita conexão emocional – C&A Fashion Tech.

O grande destaque do ano de 2021, que ainda foi impactado pela pandemia, foi o lançamento do C&A Pay, plataforma de crédito totalmente digital da C&A, com objetivo de dar acesso e permitir uma melhor jornada da cliente. Após muito esforço colocado na viabilização da operação, a negociação com o Bradesco foi finalizada. Com este lançamento foi endereçada a ambição de aumentar a oferta de crédito

1.1 Histórico do emissor

à cliente com o objetivo de fomentar as vendas do varejo e melhorar a experiência da cliente com a marca, possibilitando mais acesso e complementando os benefícios do C&A&VC.

Em 05 de maio de 2022, foi constituída a empresa Moda Lab Ltda., cujo objeto social tem como atividade principal a confecção de artigos de vestuários fabricados exclusivamente por terceiros, em suas próprias dependências, por encomenda e mediante remessa de insumos, moldes, matrizes ou modelos.

Em 27 de dezembro de 2022, foi constituída a Empresa C&A Pay Holding Financeira Ltda, cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., a qual recebeu autorização em 30 de dezembro de 2022 do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, portanto, estando sujeita às regras deste órgão regulador.

Em 2022, a C&A focou nas alavancas de crescimento, na eficiência de custos e na disciplina financeira geral. A transformação digital evoluiu e a receita bruta digital foi superior a 1 bilhão de reais no ano, também houve um crescimento sólido das lojas ACE *double doors* e ampliação da oferta de crédito, principalmente por meio do C&A Pay. Ao mesmo tempo, em ambientes macroeconômico e de consumo difíceis (com famílias endividadadas, inflação e taxa de juros elevadas), foi mostrada disciplina na abertura de lojas, priorização do plano de investimentos de tecnologia e redução na alavancagem para menos de 1 vez através de forte geração de caixa.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia tem mais de 330 lojas, divididas em mais de 160 cidades e localizadas tanto em shopping centers, o foco da Companhia, quanto em rua, tendo presença geográfica em todos os estados brasileiros, além de uma robusta plataforma online, que atende todo o país e emprega mais de 16 mil profissionais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral

Focamos em criar, distribuir e vender moda com bom custo-benefício, incluindo roupas, acessórios, sapatos, roupas de banho para mulheres, homens e crianças através da nossa rede nacional de lojas físicas e a plataforma online de comércio eletrônico. Também oferecemos produtos eletrônicos e relacionados, como celulares, smartphones, relógios e acessórios, incluindo fones de ouvido e carregadores, chamados de produtos *fashiontronics*. E mais recentemente, adicionamos a categoria beleza, que inclui cosméticos e perfumaria. Tanto *fashiontronics*, como beleza, possuem maior margem de contribuição por metro quadrado em comparação aos produtos de moda.

Adicionalmente, vendemos em nossa plataforma de comércio eletrônico produtos de parceiros, denominados *sellers*, em categorias similares às que oferecemos diretamente ou complementares. Com isso, nos posicionamos também como um *marketplace*.

Desde dezembro de 2021, passamos a oferecer diretamente crédito para nossa cliente com o lançamento do C&A Pay, um cartão 100% digital que pode ser usado apenas em nossas lojas e comércio eletrônico.

Nosso público-alvo é composto, principalmente, por mulheres (entre 25 e 44) buscando um estilo casual e na moda. As mulheres são as nossas principais clientes, representando uma parte considerável de nossas vendas, sendo que os produtos por elas adquiridos muitas vezes não são direcionados só para elas mesmas, mas também para outros consumidores, incluindo homens e crianças, para os quais também vendemos produtos. Entendemos que as mulheres são responsáveis pela maior parte das compras de vestuário no Brasil (para si mesmas, seus parentes ou como presente para outros). Nós projetamos nossas coleções próprias para fornecer moda e produtos atuais à preços que oferecem bom custo-benefício ao cliente final, no que diz respeito à relação envolvendo preço, qualidade e tendências. Nosso modelo de moda busca prontamente identificar e responder às tendências-chave, regularmente mudando nossa variedade de produtos.

Por operar há mais de 45 anos no Brasil, temos uma rede de lojas físicas que cobre 26 estados e o Distrito Federal. Em 31 de dezembro de 2022, nossas operações incluíam 332 lojas físicas, com uma área de vendas total aproximada de 616.000 metros quadrados. Todas as nossas lojas físicas estão localizadas em áreas com alto tráfego de pedestres e em áreas focadas em nosso público-alvo, sendo que 285 lojas físicas em shopping centers consolidados, com o resto localizado em ruas estratégicas. Geralmente, nossas lojas físicas são “âncoras” que atraem um grande fluxo de clientes aos shopping centers, um formato que introduzimos ao Brasil na década de 70. Nossas lojas físicas focam em fornecer uma experiência confortável ao cliente, otimizando a disposição da loja e oferecendo uma grande variedade de produtos para toda a família.

Nós estamos constantemente evoluindo e aprofundando o desenvolvimento de nossas operações para atender as necessidades de nossos clientes e as tendências de mercado, lançando novas soluções digitais que alavancam nossa grande rede de lojas físicas, permitindo oferecer uma experiência integrada de compras. Nesse contexto lançamos uma plataforma online de comércio eletrônico que foi desenvolvida como um dos nossos primeiros passos para fornecer uma experiência omnicanal completa para nossos clientes. Nossa loja online foi inaugurada no final de 2014. Ao entender que nossos clientes procuram uma experiência mais fácil, rápida e completa de compras, implementamos soluções digitais que contemplam suas necessidades ao incrementar a conveniência e flexibilidade. Executando nossa estratégia de omnicanalidade, desenvolvemos soluções que integram ainda mais nossas lojas físicas e nossos canais digitais, permitindo (i) enviar produtos comprados através de nossa plataforma de comércio eletrônico a um endereço de entrega específico (*ship-from-store*) e (ii) que nossos clientes façam compras online e retirem o produto em sua loja física de preferência (clique e retire). Adicionalmente, temos nossos canais de venda direta: a vendas por WhatsApp e o Minha C&A. Nestes canais, a cliente recebe um atendimento direto, facilitando que ela encontre o produto desejado. Também procuramos aumentar o nível de lealdade dos clientes por meio de nosso programa de relacionamento com o cliente C&A&VC, interagindo com clientes e aprendendo com suas experiências, e por meio do aplicativo C&A, que estimula o engajamento e as vendas ao apresentar nossas vantagens e prêmios.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

As operações em nossas lojas físicas são apoiadas por quatro centros de distribuição – localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina - com uma área total de mais de 120.000 metros quadrados. Nossa plataforma de comércio eletrônico também conta com uma operação logística dedicada em um dos centros de distribuição em São Paulo, que em 2021 foi totalmente automatizada com solução de ponta no mercado global, aumentando a produtividade e reduzindo erros na montagem do pedido. Nossa cadeia de suprimentos permite uma solução integrada que controla diversos canais de vendas e inventários enquanto melhora a experiência de compra de nossos clientes através de uma entrega com menos tempo e otimiza nossos custos de logística.

Também temos um sistema de crédito ao consumidor que oferece (i) cartões de crédito *private label*, o C&A Pay, e *co-branded*, em parceria com o Banco Bradesco, um dos principais bancos do Brasil, permitindo o financiamento de nossos produtos de vestuário, fashiontronics e beleza; (ii) produtos de seguro; e (iii) empréstimos pessoais pelo cartão de crédito.

Principais Informações Operacionais e Financeiras

Nós nos beneficiamos do conhecimento e experiência de nossos acionistas controladores e administração. Nossos acionistas controladores possuem experiência de quase dois séculos no mundo da moda, desenvolvendo a marca C&A de maneira orgânica em diversos países ao redor do mundo. Além disso, somos geridos por uma equipe experiente, apoiada pelas melhores sistemas de administração existentes, que contribuem para nossos indicadores financeiros e operacionais, sendo que:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 nossa receita líquida consolidada totalizou R\$ 6.183,5 milhões (sendo que a quebra em mercadorias foi com 81,2% de vendas de vestuário e 14,3% de fashiontronics e beleza); nosso lucro bruto totalizou R\$3.106,1 milhões, tivemos um lucro líquido de R\$0.8 milhão e o nosso EBITDA Ajustado pós-IFRS16 totalizou R\$750,1 milhões.

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R\$ milhões, exceto percentuais)	2022	2021
Receita Líquida	6.183,5	5.153,2
Lucro Bruto	3.106,1	2.397,3
Margem Bruta ⁽¹⁾	50,2%	46,5%
Margem Líquida ⁽²⁾	0,0%	6,4%
Lucro Líquido (prejuízo)	0,8	329,0
EBITDA pós-IFRS 16 ⁽³⁾	910,1	647,4
EBITDA Ajustado pós-IFRS 16 ⁽³⁾	750,1	450,4
Margem EBITDA Ajustado pós IFRS16 ⁽⁴⁾	12,7%	8,7%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R\$ milhões)	2022	2021
Dívida Bruta ⁽⁶⁾	2.151,2	1.375,2
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.682,8	1.058,0
Caixa (Dívida) Líquido ⁽⁷⁾	(468,4)	(317,2)

(1) A margem bruta é calculada ao dividir o lucro bruto pela receita líquida, indicada em porcentagem.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

(2) A Margem Líquida é calculada ao dividir o Lucro líquido (prejuízo) do período pela receita líquida, indicada em porcentagem.

(3) O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

(4) A Margem do EBITDA Ajustado é calculado ao dividir o EBITDA Ajustado pela receita líquida, indicada em porcentagem. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

(6) Calculamos a Dívida Bruta como a soma de empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

(7) Calculamos a dívida líquida como a dívida bruta menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

Dados Operacionais

Informações Operacionais	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Número de Lojas – Total	332	319
Número de lojas ao final do período - shopping centers	285	275
Número de lojas ao final do período – rua	47	44
Área total de vendas (mil metros quadrados) - final do período	616,0	597,0
Vendas Mesmas Lojas ⁽¹⁾	15,9%	24,7%

(1) Definimos Vendas mesmas lojas como crescimento de vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo vendas omnicanais e todas as suas modalidades de vendas e entrega.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Marca reconhecida e confiável

Nossa marca global é consolidada no varejo de vestuário mundial há mais de dois séculos. Nossa primeira loja física no Brasil foi inaugurada em 1976 no Shopping Ibirapuera, São Paulo, e desde então desenvolvemos nossa marca para alcançar seu maior reconhecimento possível, sendo que hoje é amplamente identificada no Brasil. Continuamos fortalecendo nossa marca usando uma combinação de constantemente entregar produtos estilosos e de qualidade aos consumidores, fornecendo um ótimo custo-benefício e utilizando práticas sustentáveis que seguem nossa abordagem global.

Também lançamos iniciativas para aprimorar o desempenho da marca C&A e aumentar a relevância da nossa base de público-alvo, incluindo (i) nossa iniciativa de modelo *push/pull* de fornecimento que consiste em repor peças de forma individualizada por modelos, tamanhos e cores, em nossas lojas físicas de acordo com a demanda, fornecendo mais eficiência para atender as demandas pelos nossos produtos de moda; (ii) iniciativas para redução de atrito dentro das lojas e para uma melhor experiência na loja otimizando a jornada do cliente; (iii) aumento da facilidade para localização de produtos com uma plataforma omnicanal que vai além do modelo físico e online, oferecendo uma experiência de compra integrada e consistente, em qualquer lugar e a qualquer hora, assim como a implementação da tecnologia RFID – identificação por radiofrequência (que possibilita a identificação e localização de cada peça,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

inclusive dentro das lojas e nos Centros de Distribuição); e (iv) o programa C&A&VC, para personalizar e aumentar a fidelidade dos clientes.

Também colaboramos com celebridades, grandes estilistas e modelos, e marcas contemporâneas do mundo para anunciar coleções limitadas, as *collabs*.

Como reconhecimento da força da nossa marca, nos últimos anos fomos premiados inúmeras vezes por diversas instituições brasileiras, por uma série de aspectos, incluindo padrões de sustentabilidade, Top of Mind, responsabilidade ética, dentre outros.

O poder de nossa marca é um exemplo da lealdade de nossos clientes e sua relação a longo prazo conosco, contribuindo ainda mais para nosso crescimento e resiliência.

Grande rede de lojas físicas integradas a uma plataforma omnicanal robusta suportada por ecossistema digital

Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos 332 lojas físicas em todos os 26 estados Brasileiros e o Distrito Federal. Desde que a C&A chegou ao Brasil em 1976, asseguramos locais privilegiados para 174 lojas na região Sudeste, onde a maior renda per capita se concentra. Nossa rede de lojas físicas está instalada em locais com um alto tráfego de pedestres e frequentados pelo nosso público-alvo. Isso é corroborado pela nossa presença em diversos dos maiores shopping centers do país, de acordo com dados do ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers). Nossa presença nacional possibilitou aprender sobre as particularidades de cada região, abordando as tendências de moda específicas de cada uma.

Nós alavancamos nossa grande rede de lojas físicas para oferecer soluções digitais e fornecer uma jornada de compra integrada e omnicanal aos clientes, que buscam uma experiência mais completa, eficiente e fácil. Nos últimos anos diversas iniciativas omnicanal foram implementadas:

Clique e Retire: lançado em 2016, essa solução permite que clientes façam suas compras online e retirem os produtos na loja física;

Aplicativo C&A: lançado em 2017, nosso aplicativo permite aumentar o engajamento com nossos clientes;

C&A&VC: lançado em 2018, nosso novo programa CRM procura aumentar a lealdade dos clientes através da interatividade e aprendendo com sua experiência, por meio de dados valiosos de nosso banco de dados referente a nossos mais de 9 milhões clientes, após pouco mais de 1 ano em operação, enquanto oferecendo benefícios e prêmios. Para nós, o programa também ajuda a criar uma base de dados para análise de padrões de consumidores;

Ship-from-store: lançado em 2019, essa solução efetivamente transforma lojas físicas em locais privilegiados em centros de distribuição que diretamente enviam produtos comprados através de nossa plataforma online de comércio eletrônico para entrega, melhorando a experiência do cliente por diminuir os custos e a necessidade de logística;

Vendas por WhatsApp: lançado em 2020, são vendas realizadas por meio do WhatsApp para clientes já cadastradas, de forma proativa, alavancando comportamento de compra conhecido pelo programa de fidelidade, ou de forma reativa para clientes que entram em contato.

Minha C&A: lançado em 2020, o programa de venda social que já conta com mais de 65 mil lojas cadastradas com o objetivo de trazer novas clientes com um custo de aquisição mais otimizado, adaptando a C&A às diferentes regiões do país por meio do perfil das consultoras, aumentando a recorrência de compras.

A Companhia se beneficia também de uma forte presença na mídia digital, essa presença social permite a criação de um forte link entre marca e consumidor e, sendo um canal de interações frequentes entre estes, enriquece ainda mais a plataforma omnicanal. Acreditamos que esses avanços nos posicionam na vanguarda do mercado de vestuário digital. As vendas realizadas através de nossa plataforma omnicanal representaram 14,8%, da nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

fazendo da plataforma a maior loja de nosso portfólio. Nós acreditamos que a constante evolução de uma plataforma omnicanal será chave para fornecer soluções que fazem o melhor uso de nossas lojas físicas como um meio conveniente para nossos clientes e para criar uma jornada do consumidor englobando todos os canais.

Jornada integrada do consumidor através das plataformas on-line e off-line.



Qualidade de atendimento ao cliente

Nos últimos anos, nosso serviço ao cliente foi otimizado pelas seguintes iniciativas: (I) *Customer Value Proposition* (CVP), uma iniciativa projetada para revisitar a jornada dos clientes, suas necessidades e como podemos atendê-las, levando a uma reformulação de nossas lojas físicas para fornecer uma melhor experiência de compra (renovando sua configuração ao distribuir melhor as prateleiras e a exibição de novos produtos, nova iluminação, melhor sinalização, trazendo iniciativas inovadoras como botões de ajuda e cabides “sim, não, talvez” em provadores) e, conseqüentemente, atrair um maior tráfego de pedestres; e (ii) venda assistida por WhatsApp, iniciativa que permite servirmos o cliente de forma personalizada por meio das interações com nossos associados..

Proposta robusta de custo-benefício - produtos e práticas sustentáveis com controle de qualidade

Oferecemos uma seleção abrangente de varejo de moda a preços competitivos, tudo sob altos padrões de qualidade e um modelo de *fast fashion* que nos permite rapidamente identificar as novas tendências, justificando visitas frequentes de clientes em nossas lojas físicas e online. Como uma estratégia de manter nossos clientes perto da C&A em todos os momentos do ano, nós atualizamos e trocamos as nossas coleções constantemente.

Sustentabilidade permeia a Companhia e acreditamos que os clientes reconhecem nossas boas práticas. Acreditamos que todos podem se sentir e vestir bem, ao mesmo tempo em que sustentamos uma boa qualidade de vida aos que fazem nossas roupas. Queremos que nossos clientes confiem em nossa capacidade de fazer o certo para que comprem nossos produtos sem enfrentarem dilemas de sustentabilidade. Para isso, estamos tornando a sustentabilidade uma parte integral de nosso processo de elaboração e fornecimento de vestimentas. Focamos em materiais sustentáveis - especialmente o algodão, uma de nossas maiores fontes de matéria-prima - e asseguramos que nossas roupas são feitas respeitando as pessoas, os animais e o meio ambiente.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nosso comprometimento com fornecimento de algodão mais sustentável já resultou em uma queda significativa no uso de água em nossa cadeia de fornecimento, embora ainda estejamos comprometidos a tomar mais medidas para tornar a moda sustentável o modelo comum de negócios. Enquanto caminhamos em direção à moda circular, pretendemos promover convergências através da indústria de vestuário, fazendo parcerias com certas organizações e implementando as iniciativas relevantes para tomar os passos necessários para uma mudança real e duradoura.

Histórico consolidado de operações e escala sustentável no mercado Brasileiro

Acreditamos que nossas operações são bem estabelecidas, mas sabemos que nosso futuro depende de nossa habilidade em constantemente identificar as tendências da moda e entregar o melhor produto com o melhor custo-benefício. Nosso histórico de desempenho na cadeia de valor começa com o planejamento de nosso vestuário e produtos de varejo para nossos canais de venda. Nossa equipe interna de designers estabeleceu processos para inspirar, projetar, amostrar e planejar os parâmetros comerciais de nossas coleções (como precificação, variedade de produtos, estoque). Assim, podemos rapidamente traduzir as tendências do mercado em produtos casuais e elegantes a preços acessíveis aos nossos clientes.

Além disso, adotamos um modelo balanceado no qual a maior parte dos nossos produtos de vestuário e calçados são provenientes de fornecedores nacionais, empregando produtos de maior qualidade e sustentabilidade.

Nossa posição entre a liderança é demonstrada pelo nosso histórico operacional e financeiro que permite o desenvolvimento de relações sólidas e estratégicas com nossos fornecedores, possibilitando oferecer aos consumidores uma grande variedade de produtos a preços competitivos. Acreditamos que nossa escalabilidade, volume de negócios e relacionamento com fornecedores no Brasil representam vantagens competitivas e contribuem para o crescimento e rentabilidade de nosso negócio. Também aproveitamos as operações globais de nosso acionista majoritário, permitindo um fornecimento internacional através de uma entidade centralizada, chamada *C&A Sourcing*, em contato com fornecedores em países-chave da Ásia para antever nossas necessidades.

A nossa rede de lojas é apoiada por quatro centros de distribuição, dois localizados em São Paulo, um localizado no Rio de Janeiro e um em Santa Catarina. Em um deles, possuímos uma operação dedicada à nossa plataforma de comércio eletrônico. Dessa forma otimizamos os nossos processos logísticos trazendo eficiência de custos e estoques, bem como oferecemos aos nossos clientes uma solução integrada que atende os diferentes canais de venda com agilidade e que fornece uma experiência de compra diferenciada.

Administração experiente e talentos engajados e diversificados

Nossa administração possui profissionais com um grande conhecimento do setor varejista brasileiro e uma visão corporativa objetiva, composta por experiências de diferentes indústrias e negócios. Ela construiu uma cultura de excelência operacional para fornecer uma experiência de ponta aos consumidores.

Atualmente, temos mais de 16.000 talentos comprometidos a oferecer o melhor serviço e produto possível aos nossos clientes. Nos últimos anos, implementamos programas de capacitação para nossos talentos. Nossa Universidade C&A cria uma cultura de aprendizado com foco em criar futuros líderes, melhorar serviços, produtos, moda e outras capacidades técnicas através de mais de 200 cursos online e presenciais, com alto engajamento dos nossos funcionários.

O ambiente de valorização de nossos talentos é suportado pelos programas de desenvolvimento internos da Companhia, que envolvem feedbacks e planos de desenvolvimento individuais, alinhamento de objetivos, coaching e programas anuais de gestão do desempenho, onde 100% dos funcionários participam.

Nossa Estratégia

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Cliente é tudo! E por isso nossa estratégia tem como foco aprimorar constantemente nossa oferta de valor para a cliente, nos produtos de moda por meio dos quais ela expressa sua autenticidade, seu protagonismo, na experiência que proporcionamos nas diferentes interfaces e no programa de relacionamento, e nos produtos complementares à sua vida, quer seja para família ou para seu bem-estar. Nosso objetivo é construir a C&A Fashion Tech, a empresa de moda digital que mais entende a mulher brasileira com lojas físicas e muita conexão emocional.

Esta estratégia busca a execução de um plano de crescimento cujas principais alavancas são:

Promover a inauguração de lojas físicas e novos formatos

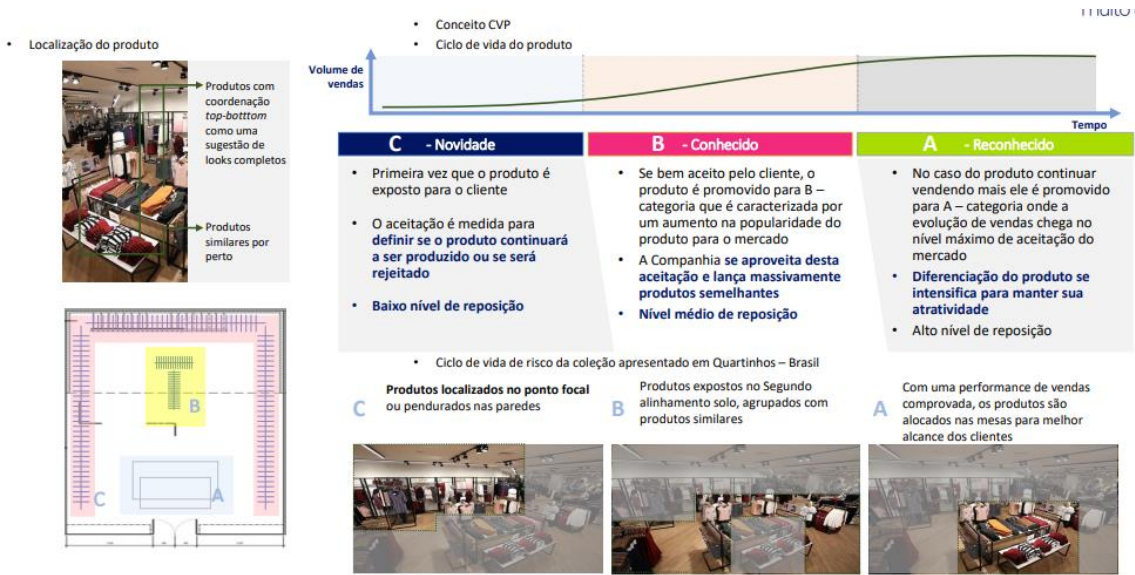
Buscamos oportunidade de abrir novas lojas físicas no Brasil, principalmente em shopping centers, mas também em ruas com alto tráfego de pedestres. Identificamos oportunidades de crescimento em todas as regiões do Brasil, com foco em cidades tier 3 (até 500mil habitantes), e de fortalecimento de competitividade, especialmente em shopping centers consolidados e recém-abertos que ainda não possuem uma loja física C&A. Nós acreditamos que nossa longa história com operadores de shopping centers, junto com nossa experiência em abrir lojas físicas e nossa abrangência nacional, podem contribuir para negócios em novos centros comerciais em localizações estratégicas de maneira eficiente.

Nossas lojas físicas focam em fornecer uma experiência confortável ao cliente e garantir seu retorno, otimizando a disposição da loja e oferecendo uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família.

Nós estamos finalizando a renovação nosso portfólio das lojas físicas para o modelo CVP (Customer Value Proposition). Nossas lojas modernizadas já apresentam um melhor desempenho, embora impactado pela pandemia, e podemos nos beneficiar ainda mais à medida em que finalizamos o programa de reformulação em todas as nossas lojas físicas.

Em 2022, a Companhia realizou a abertura de 17 novas lojas, com melhor experiência do consumidor e otimização da área de vendas. Nos próximos anos, a Companhia pretende continuar com seus planos de expansão e reformas, ajustados pelo retorno esperado de acordo com a taxa de juros no país.

Conceito CVP



Desenvolver ainda mais o ecossistema digital e a plataforma omnicanal

Queremos constantemente implementar iniciativas que melhorem a experiência dos consumidores, a variedade de produtos e a conversão de vendas. Isso inclui estruturar elementos sociais, melhorar nossas plataformas de comércio eletrônico, desenvolver novas tecnologias e utilizar análises avançadas. Por

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

exemplo, para tomarmos decisões precisas baseadas em dados referentes à exposição do produto e a reposição do estoque, estamos implementando a identificação por radiofrequência - tecnologia *RFID* - em todas as nossas lojas físicas, melhorando o posicionamento de nossos produtos em lojas para combinar as vendas mais prováveis, aumentando a oferta nos canais digitais e reduzindo a ruptura.

Desenvolver ainda mais as operações de logística e fornecimento

Em 2018, decidimos integrar as atividades de nossos centros de distribuição, internalizando a operação e o inventário do comércio eletrônico no centro de distribuição de São Paulo, que é encarregado por fornecer para todo o país. Em 2021 este centro de distribuição completou sua automação e passou a ser referência na América Latina para operação em *OSR Shuttle* com sua estrutura de quase 4 mil m² e cerca de 92 robôs.

Também planejamos reforçar nossa logística de acordo com as nossas necessidades, continuamente incrementando nossa premissa de serviço aos clientes. Por isso estamos implementando uma integração digital com nossos fornecedores, aumentando a agilidade e a flexibilidade dos pedidos e fazendo com que as novas tendências estejam rapidamente disponíveis aos consumidores. Para isso, procuramos disponibilizar nossas coleções de produtos nas lojas através da iniciativa *push/pull* por *SKU* (gerenciamento otimizado no nível mais detalhado de nossa cadeia de suprimentos, com consequente ganho de eficiência nas remarcações de preço e na eventual perda de venda por falta de peças nas lojas).

Melhorar as ofertas de produtos financeiros aos clientes

Nós acreditamos que uma maior disponibilidade de crédito continua sendo um elemento-chave para os varejistas do Brasil para uma maior frequência de compras. Queremos melhorar nossa oferta atual de produtos dentro do ecossistema C&A Pay e em nossa parceria com o Banco Bradesco, permitindo uma maneira mais acessível e flexível de comprar nossos produtos com termos de pagamento com ou sem juros. Vemos essa iniciativa como uma forma de dar acesso a novos clientes e de reter clientes atuais, aumentando o tíquete médio e a frequência de venda de produtos de varejo.

Monitorar e analisar potenciais oportunidades de adquirir operações semelhantes

Nós constantemente monitoramos o setor varejista de moda do Brasil e analisamos oportunidades estratégicas de adquirir negócios que complementam o nosso e geram valor aos acionistas. Podemos buscar aquisições de negócios com potencial de crescimento, boas métricas operacionais, sinergia com nossas operações atuais e capacidade de contribuir com nosso plano de expansão. Acreditamos que nossa posição de liderança e nível de escalabilidade nos proporciona o privilégio de aproveitar oportunidades de adquirir tanto marcas quanto negócios.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia possui suas atividades segregadas em dois segmentos operacionais, conforme abaixo:

- (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios, celulares em lojas físicas e e-commerce.
- (ii) Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros ou operações próprias com o cartão C&A Pay

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2022	
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total
Receita Varejo	5.926.173	95,8%
Receita Produtos e Serviços Financeiros	257.377	4,2%
Receita Operacional Líquida	6.183.550	100,0%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2022	
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total
Varejo	930.032	102,2%
Produtos e Serviços Financeiros	(19.965)	-2,2%
Resultado gerado pelos segmentos	910.067	100,0%
Depreciação e Amortização	(641.887)	
Resultado Financeiro	(311.456)	
Imposto sobre o Lucro	44.105	
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício	829	

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) Características do processo de produção

Varejo

Dedicamos nossos esforços para administrar todo o processo de produção das peças oferecidas em nossas lojas, o qual começa desde a concepção dos produtos, a partir de estudos e análises da tendência do mercado *fashion*, passando pelo planejamento financeiro, por validações de design e, ainda, pela busca de fornecedores para a efetiva fabricação dos produtos, os quais recebem um *briefing* de nossos colaboradores internos com os detalhes da produção.

Portanto, não fabricamos diretamente os produtos que são comercializados, pois faz parte de nossa estratégia comprar com fornecedores selecionados os produtos fabricados para cada uma de nossas coleções de acordo com especialidade e capacidade de cada um deles. Dessa forma, nos mantemos capazes de ter controle completo das funções criativas, otimizando o custo e flexibilizando a produção de acordo com as condições de mercado.

Em 2022, recebemos aproximadamente 84% de nossos produtos de vestuário e calçados de fornecedores domésticos e, dentre estes fornecedores, cerca de 13% são responsáveis por mais de 70% de nossos produtos encomendados. Além disso, possuímos fornecimento de produtos importados, ou seja, contratamos com fornecedores fora do Brasil em locais estratégicos como, por exemplo, a Ásia, sendo que estes fornecedores são intermediados em nossas relações por meio da *C&A Sourcing*, uma companhia do Grupo COFRA que centraliza esse tipo de operação.

Apesar de não fabricarmos nossas peças, no âmbito da produção têxtil, a estrutura da cadeia produtiva se inicia com a matéria-prima, como as fibras têxteis, que é transformada em fios nas fábricas de fiação, de onde seguem para as tecelagens, as quais fabricam os tecidos planos, ou para as malharias, as quais fabricam os tecidos de malha. Na sequência, passam pelo acabamento químico/mecânico (estamparias, tinturarias, lavanderias, etc.) para finalmente serem cortados e “montados” nas confecções.

Aproveitamos o contexto de aceleração digital para transformar a forma como construímos coleções, identificamos e reagimos às necessidades da cliente. A criação de coleções no formato cápsula, já inaugurada em 2018 com a marca Mindse7, permitiu lançamentos de conteúdo de moda quinzenal e aceleração de coleções colaborativas. Em 2020, o desenvolvimento de coleções próprias, em cápsulas exclusivas web, em novas linhas de produto e também de parceiros de nosso *marketplace*, garantiu forte expansão do sortimento e disponibilidade no canal digital. A cliente está no centro da tomada de decisão no desenvolvimento de produto. Conectamos as equipes de design e os analistas de dados para garantir uma leitura de performance mais rápida, e para dar mais velocidade de reação simplificando e digitalizando os processos de compra. Esse novo formato tem permitido que o conteúdo e comunicação das coleções estejam cada vez mais aderentes ao momento da cliente, estratégia essencial para a construção de coleção em um período de intensas mudanças de comportamento. Por meio do uso de dados e da análise do comportamento da cliente no e-commerce, quantificamos as apostas em tendências de moda de forma mais analítica, aumentando a probabilidade de acerto e a agilidade na tomada de decisão logo nas primeiras horas de venda de um produto.

Serviços financeiros

Serviços financeiros eram prestados por meio das lojas físicas, onde os clientes podiam adquirir o Cartão C&A, contrair empréstimos pessoais ou produtos de seguros, bem como realizar o pagamento das faturas, e acessar atendimento ao cliente que eram realizados através de uma parceria exclusiva com o Grupo Bradesco, um dos maiores bancos do Brasil.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em novembro de 2021 a C&A recomprou o direito de oferecer serviços e produtos financeiros até então explorados, viabilizando o lançamento de uma solução própria da Companhia, o C&A Pay, em dezembro de 2021.

O C&A Pay traz uma experiência totalmente digital para a cliente, rápida e fácil de contratar. Adicionalmente, tem como grande vantagem sua integração desde o momento inicial com o C&A&VC, nosso programa de relacionamento, de forma que a cliente que aderir ao C&A Pay passará a usufruir integralmente dos benefícios de tal programa.

O C&A Pay é um cartão digital, em formato *private label*, o qual pode ser utilizado somente para aquisição de produtos da C&A, tanto em suas lojas físicas como em seus canais de e-commerce, oferecendo vendas financiadas em até cinco parcelas sem juros ou em oito parcelas com encargos, bem como seguros e assistências às suas clientes.

O período entre dezembro de 2021 até abril de 2023 é caracterizado pela coexistência do *private label* C&A Pay e do produto de crédito *co-branded* C&A Bradesco. A base ativa no final deste período será preservada, para que não haja ruptura dos serviços para os clientes.

Além disso, a partir de abril de 2023, após decisão de postergar o lançamento do cartão de crédito que pode ser utilizado em outros lojistas que não a C&A, em função do cenário macroeconômico, e para manter uma ampla oferta de crédito aos nossos clientes, continuaremos a emitir cartões Bradesco sob um novo contrato comercial com um formato de remuneração por emissão.

Em 2022, o Cartão C&A, da parceria com o grupo Bradesco, somado ao C&A Pay viabilizaram o financiamento de aproximadamente 21% das vendas, inclusive pagamentos parcelados.

b) Características do processo de distribuição

Varejo

O nosso processo de distribuição é realizado por meio de quatro centros de distribuição, sendo dois localizados em São Paulo, um no Rio de Janeiro e um em Santa Catarina, os quais, em conjunto, possuem uma área total maior que 120.000 metros quadrados. Em relação ao negócio de varejo, os centros de distribuição são de extrema importância, visto que é por meio deles que é realizada a logística de entrega de produtos às nossas lojas físicas, bem como parte da entrega de produtos comprados pela plataforma e-commerce, sendo que um de nossos centros de distribuição de São Paulo conta com uma operação logística essencial e dedicada para tal atividade.

Nossa plataforma foi desenvolvida visando uma experiência omnicanal para nossos clientes, de modo que, com o intuito de flexibilizar nossas operações, implementamos novas soluções que permitem utilizar nossas lojas físicas como centros de distribuição para compras feitas online, além de permitir que os clientes optem por buscar os produtos comprados diretamente na loja. Trata-se do sistema de clique e retire, lançado em 2016 e atualmente disponível em várias das lojas físicas, que permite que clientes façam suas compras online e retirem os produtos na loja física e da solução *ship-from-store*, lançado em 2019 e atualmente implementado em cerca de 60 das lojas físicas, que efetivamente transforma lojas físicas em centros de distribuição que enviam produtos comprados por meio de nossa plataforma online de comércio eletrônico diretamente para entrega aos clientes, melhorando a experiência do cliente por diminuir os custos e a necessidade de logística.

Adicionalmente, nossos fornecedores internacionais enviam a carga encomendada via terrestre, aérea e majoritariamente por via marítima (recebido 100% pelos portos de Santa Catarina). Sendo assim, uma vez que o produto chega ao porto, ele é direcionado aos centros de distribuição para preparação e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

posteriormente enviado as lojas.

Serviços Financeiros

Nossos serviços financeiros são prestados por meio das lojas físicas e aplicativo próprio, onde os clientes podem adquirir o C&A Pay, bem como realizar o pagamento das faturas, e acessar atendimento ao cliente.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada um dos mercados e ii) Condições de competição nos mercados

Varejo

De acordo com o IBGE, o Brasil registrava 1,5 milhões de empresas varejistas em 2020, evidenciando a fragmentação do varejo de vestuário devido às poucas barreiras impostas para a entrada de novos concorrentes.

Além disso, existe espaço para a consolidação do setor, dado que os maiores participantes do varejo de vestuário que operam através de suas próprias lojas e/ou franquias possuem apenas uma pequena parcela de participação do mercado. Considerando os aspectos de participação de mercado, oferta de produtos, formato de loja e público-alvo, nossos principais concorrentes são a Renner, Riachuelo e Marisa. Também enfrentamos a concorrência de outras redes de lojas de departamento e hipermercados, que geralmente vendem produtos de vestuário. E com a maior familiarização dos clientes com a compra em plataformas de e-Commerce, observamos também a entrada de participantes internacionais.

Embora os principais varejistas foquem em um mercado final semelhante ao nosso, as ofertas de produtos, formato de loja, estratégias online e principais iniciativas variam de empresa para empresa. Enquanto algumas varejistas de vestuário abordam seus clientes através de um formato de portfólio de lojas próprias e franqueadas, dispersas em diferentes formatos e com foco em diferentes públicos-alvo, nós usamos um portfólio de lojas próprias, dividindo as lojas principalmente em categorias baseadas em tamanho de loja e clima.

Certos varejistas de vestuário também apostam em lojas menores, procurando uma maior rentabilidade por metro quadrado, enquanto outros, como nós, procuramos melhorar a experiência do consumidor ao oferecer uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família, com lojas maiores geralmente “âncoras” em shopping centers que atraem um fluxo de clientes, um formato introduzido ao Brasil em 1976. A tabela abaixo mostra a receita líquida total de varejistas de vestuário selecionados e a receita líquida total por loja em 2022.

Empresa	Receita Líquida 2022 ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	Receita líquida por loja em 2022 (R\$ milhões /Loja)
C&A	5.905	15,6
Renner ⁽²⁾	10.603	20,6
Guararapes- Riachuelo	6.180	16,8
Marisa	2.014	5,9

(1) As informações de Receita Líquida são referentes apenas à venda de mercadorias.

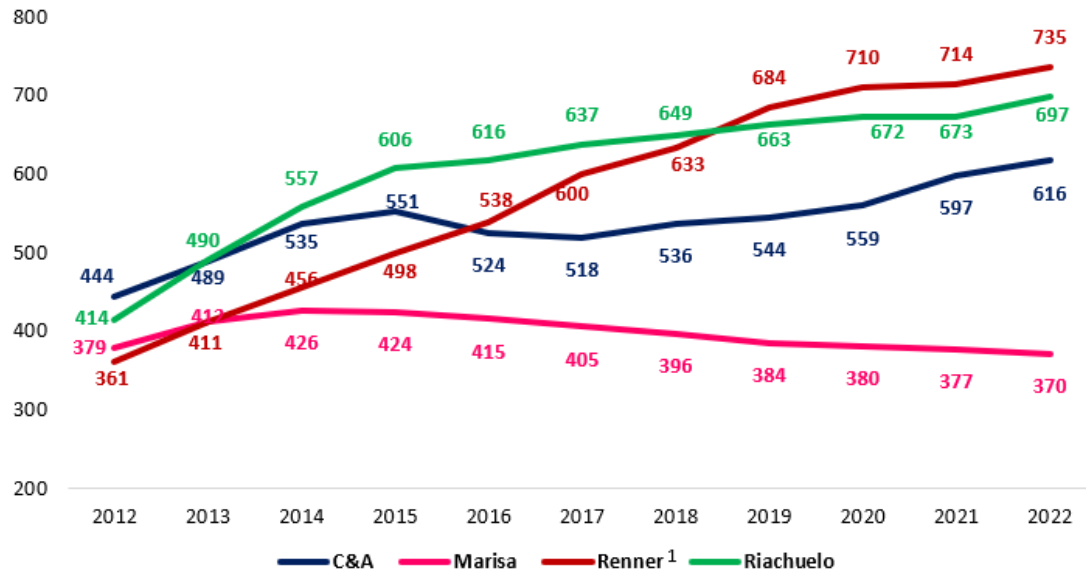
(2) Considera apenas as operações das Lojas Renner, excluindo a Camicado e a Youcom

Nos últimos anos, antes da pandemia de COVID-19, além da crise econômica que afetou o Brasil, alguns participantes do mercado ganharam participação ao manter uma alta taxa de inaugurações de lojas para

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

atingir mais clientes, como foi o caso da Riachuelo e da Renner. Neste período focamos em melhorar a rentabilidade por loja e, assim, fechamos lojas não rentáveis para aprimorar a qualidade e rentabilidade de nosso portfólio, assim como racionar os custos e os níveis de capital de giro.

Área de Vendas em mil m² ao Final de Cada Ano



(1) Excluímos a Camicado, a Youcom e a Ashua da Renner por serem categorias não comparáveis de varejo.

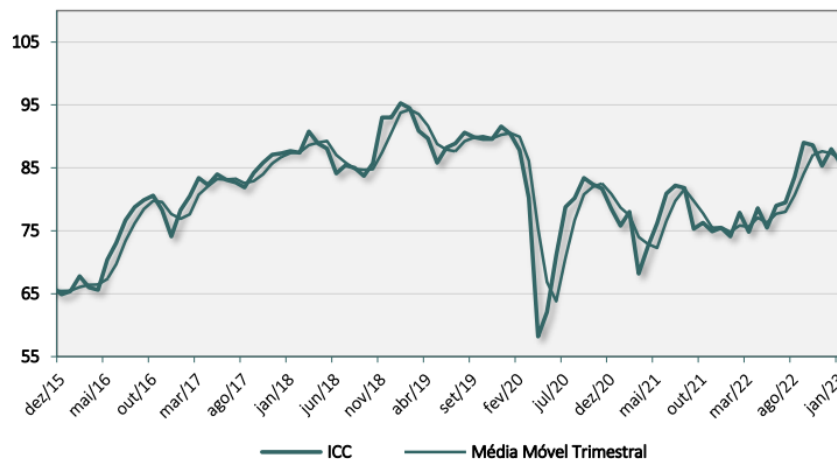
Serviços Financeiros

Após uma recessão intensa resultante de um declínio dos preços dos bens e uma limitação ao implementar reformas fiscais em todos os níveis de governo, o Brasil atravessa uma fase de atividade econômica desafiadora em função da pandemia de COVID-19 e aumento da inflação globalmente. Além disso, a manutenção da alta da taxa de juros estimula que as taxas cobradas por empréstimos bancários também subam, diminuindo o volume de empréstimos a pessoas e empresas. Este cenário reforça o C&A Pay como mais uma opção de crédito para suas clientes.

Confiança dos Consumidores

Índice de Confiança do Consumidor

(Dados de dez/15 a jan/23, dessazonalizados)



Fonte: FGV

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A confiança do consumidor apesar de estar em patamares um pouco mais baixos do que os históricos, mesmo frente a um cenário macroeconômico mais incerto, tem mantido estabilidade. Este é um indicador relevante para intenção de consumo.

Como resultado, acreditamos que a oferta de crédito é uma peça-chave para o sucesso dos varejistas de vestuário, sendo que a maioria dos participantes do segmento oferecem cartões de crédito *co-branded* e *private label* para fidelizar o consumidor e fornecer benefícios para recompensar o uso do cartão. O lançamento do C&A Pay nos posiciona novamente nesta frente, aumentando nossa competitividade.

Em 2022, o Cartão C&A (co-branded oferecido em parceria com Banco Bradesco) somado ao C&A Pay (Private-label próprio da C&A) viabilizaram o financiamento de aproximadamente 21% das vendas, inclusive pagamentos parcelados.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

Tratamento Diferenciado Estadual

A filial da C&A Modas S.A. CNPJ 45.242.914/0382-50 localizada em Blumenau usufrui de tratamento tributário diferenciado concedido pelo Estado de Santa Catarina. O tratamento diferenciado não possui prazo de vigência e consistente em:

- a) Diferimento do ICMS na importação de mercadoria destinada à comercialização;
- b) Diferimento parcial na operação interna subsequente à importação;
- c) Crédito presumido na operação subsequente à importação de mercadorias para a comercialização e
- d) A dispensa de garantia do ICMS diferido na importação, mediante pagamento antecipado do ICMS devido na saída subsequente.

Zona Franca de Manaus

Crédito do ICMS

A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro. Diante da equiparação, haverá isenção de ICMS sobre as exportações e suas equiparações.

d) Eventual sazonalidade

O varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos. No segundo trimestre acontece o Dia das Mães e no quarto trimestre a *Black Friday* e o Natal, datas relevantes para o varejo do vestuário.

- e) **Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos**

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não possui nenhum insumo ou matéria prima, pois não fabrica suas mercadorias e sim adquire mercadorias prontas de seus fornecedores. Atualmente trabalhamos com diversos fornecedores ativos de mercadorias, entre Brasil e exterior. Não temos contrato de exclusividade com nenhum de nossos fornecedores, bem como não apresentamos dependência de nenhum fornecedor.

1.5 Principais clientes

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Considerando a base pulverizada de clientes da Companhia, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Considerando a base pulverizada de clientes da Companhia, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Em que pese não depender de autorizações governamentais para operar, a Companhia possui licenças relevantes que entende como necessárias para operar. As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a obtenção de licenças e a Companhia envida todos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável.

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Ainda, as leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações passíveis de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entraria em vigor em 16 de agosto de 2020, foi alterada pela Medida Provisória 959/2020, alterando o início da sua vigência para 03 de maio de 2021, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais, como é o caso da Companhia, que coleta uma série de dados pessoais tais como dados referentes aos empregados tanto da Companhia, quanto de sua subsidiária e dados de clientes, seja por meio de lojas físicas e ou de cadastros na loja online, para poder exercer suas atividades.

Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pela Companhia. Sobre o tema, a Lei nº 13.853/19, que converteu a Medida Provisória nº 869/18 em lei, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (cuja composição

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ainda se encontra sob discussão), que será a entidade responsável por regulamentar e fiscalizar a aplicação da LGPD e demais questões relacionadas a proteção de dados.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia teve de adaptar suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei e, assim, foi necessário que a Companhia revisasse suas políticas, processos internos e práticas comerciais para adaptação à nova lei.

b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Queremos que nossos clientes se sintam bem ao adquirir um produto C&A e que nossos associados se sintam orgulhosos de nossas contribuições para o planeta e a sociedade. Somos responsáveis e trabalhamos todos os dias para oferecer uma moda que não comprometa a qualidade de vida daqueles que a produzem ou o meio ambiente.

Nossa atuação resulta do alinhamento entre a Estratégia Global de Sustentabilidade – que norteia de forma integrada as ações e compromissos do Grupo relacionadas ao tema em todos os países onde a marca C&A está presente –, considerando as ambições e o contexto local da C&A Brasil. A Plataforma de Compromissos 2021-2030 está estruturada em três grandes pilares de atuação: Unir&Inspirar nossos stakeholders, Renovar&Restaurar os recursos naturais, Inovar&Liderar no setor, sempre atuando com transparência, integridade e responsabilidade social. Continuaremos a nossa jornada, promovendo transformações e inovação no setor e na cadeia produtiva, buscando a proteção dos recursos naturais, maior circularidade, redução da poluição plástica e a promoção da diversidade e equidade.

Os compromissos públicos da C&A para 2030 são:

- Atuar como líder no setor no uso de MATÉRIAS-PRIMAS SUSTENTÁVEIS - 80% das matérias-primas principais devem ser de origem sustentável, (algodão, viscose e poliéster).
- Promover a CIRCULARIDADE- Incluir os princípios de circularidade em 50% dos produtos na forma como são projetados, produzidos ou reutilizados.
- Promover a DIVERSIDADE E EQUIDADE - Manter no mínimo 60% de mulheres e alcançar 30% Indígenas, Pretos e Pardos em posição gerencial, para a formação de um time diverso e desenvolvê-lo para ocupar cargos de Liderança Executiva.
- Reduzir a poluição por PLÁSTICO - Substituir 50% do plástico de uso único por alternativas mais sustentáveis.

No pilar de Governança, a C&A é comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, equidade no tratamento dos acionistas, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Visando as melhores práticas, nossa estrutura de governança conta, além da Assembleia dos Acionistas, com um Conselho de Administração de maioria independente, comitê estatutário e não estatutários, Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e Órgãos de Assessoramento (Comitês e Secretaria de Governança).

No pilar ambiental, a C&A está comprometida com o uso de matérias-primas mais sustentáveis e com a economia circular. O pioneirismo da C&A em circularidade inclui coleções com certificação mundial *Cradle to Cradle*® nível Gold produzida 100% em solo brasileiro e um programa robusto de devolução na loja. No caso das peças de moda com atributos de circularidade, as fibras podem ser recuperadas na parte final do ciclo de consumo, sendo reutilizadas ou recicladas em roupas novas ou outros produtos. Quando o reaproveitamento não é possível, elas podem ser devolvidas com segurança à natureza.

Em 2022, completamos cinco anos do **Movimento ReCiclo**, programa de logística reversa de vestuário, pelo qual coletamos peças usadas, de qualquer marca, para reaproveitamento. As urnas do ReCiclo estão presentes em 206 lojas C&A em todo o país e, em 2022, arrecadamos mais de 75 mil peças. Dessas mais de 37 mil, que estavam em boas condições, foram doadas a instituições parceiras, quase 25 mil foram

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

enviadas para reciclagem, sendo transformadas em novos materiais, e mais de 10 mil foram para *upcycling*. Desde a criação do programa, mais de 212 mil peças foram coletadas, o que representa mais de 51 toneladas de tecido que deixaram de ir para aterros sanitários.

Em 2022, com o objetivo de incentivar o consumo consciente, ampliar a vida útil das peças e democratizar o acesso à moda, lançamos a iniciativa piloto “Os seus desapegos valem créditos” em parceria com o brechó Daz Roupaz. Por ela, nossas clientes podem trocar roupas usadas e em bom estado de quaisquer marcas por créditos para adquirir peças novas da C&A.

Desde 2006, contamos com programa de monitoramento e gestão da rede de fornecedores, com o objetivo de coibir qualquer tipo de mão de obra irregular e buscar a melhoria contínua das condições de trabalho e das questões ambientais na rede de fornecimento e estamos avançando na gestão dos riscos socioambientais, identificando os fatores de risco prioritários e estruturando planos de ação, já realizamos mais de 19.000 auditorias. Em 2016, a Companhia criou uma equipe de desenvolvimento de fornecedores, cujo objetivo é, através de nossos fornecedores, assessorar as unidades de produção no cumprimento dos planos de ações corretivos gerados nas auditorias da área de *Sustainable Supply Chain* (SSC). Os Desenvolvedores de Fornecedores atuam como agentes facilitadores para a melhoria contínua da rede de fornecimento da Companhia. Este suporte inclui ainda treinamentos da nossa rede de fornecimento com base no Código de Ética da Companhia, legislações e nas melhores práticas de trabalho.

Para oferecer uma moda mais sustentável, e em linha com os grandes compromissos assumidos, é necessário considerar diversas frentes que compõem este grande ecossistema. Ao conectá-los, podemos entregar produtos mais sustentáveis, com menor impacto socioambiental, e com princípios de economia circular.

As frentes são:

- Matérias-primas mais sustentáveis
- Produção mais limpa com conformidade ambiental
- Rastreabilidade e Certificações

A C&A vem construindo e evoluindo na atuação nessas frentes, entendendo ser um processo colaborativo, pois para ser sustentável, deve incluir a todos: clientes, sociedade, parceiros, players, associações e demais impactados. A C&A entende seu papel como indutora dessas boas práticas, fazendo conexões entre atores externos e internos à empresa.

Nossa atuação em matérias-primas mais sustentáveis se concentra nas fibras principais e de maior volume de uso na C&A, tais como algodão, poliéster, viscose e seus similares. Com relação a esses materiais, estamos em diversos níveis de desenvolvimento: matéria-prima desenvolvida e inserida nos produtos, matéria-prima desenvolvida e em processo de introdução nos produtos e, matérias-primas em desenvolvimento com parceiros do mercado. Em outubro de 2022, realizamos a primeira feira de matérias-primas mais sustentáveis, organizada pelos times de ESG, Segurança Química, *Sourcing*, Fashion Team e Comercial, foram realizadas diversas apresentações sobre nossos compromissos nesse tema, as iniciativas desenvolvidas, os produtos lançados que utilizam esses materiais e seus benefícios para o meio ambiente. Em 2022, utilizamos 6,31 toneladas de matéria-prima certificada com padrão socioambiental, cerca de 51%.

A **Produção mais limpa com conformidade ambiental**, é um programa de gestão e melhoria da rede de fornecimento, que visa garantir os quesitos legais de saúde e segurança dos colaboradores e do meio ambiente, bem como ir além, num processo de melhoria contínua utilizando metodologia das melhores práticas globais:

- Higg FEM do SAC (*sustainable Apparel Coalition*)

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- *Clean Chain da ADEC* (análise de risco do inventário mensal dos produtos químicos utilizados pelas unidades de produção com base na MRSL do ZDHC)
- Programa ZDHC (*zero discharge of hazardous chemicals*)

A Rastreabilidade e Certificações, por terceiros acreditados, são a base para toda a comunicação de sustentabilidade da C&A e ponto importante para a circularidade. Essas vêm sendo construídos à medida que as matérias-primas evoluem em seus usos e disponibilidades.

A C&A está comprometida em prolongar a vida útil de nossos produtos influenciando conscientemente a maneira como são projetados, adquiridos, produzidos, usados e reutilizados. Nossa abordagem é baseada em três princípios da circularidade:

- **Feito de insumo seguro, reciclado ou renovável:** Buscamos ampliar o uso de matérias-primas de origem mais limpa, a fim de ofertar aos nossos clientes produtos mais sustentáveis. Atuamos junto aos nossos fornecedores para identificar produtos químicos mais seguros e eliminar o uso de produtos químicos perigosos e reduzir o impacto na produção.
- **Feitos para serem feitos novamente:** Os produtos e seus materiais são projetados e fabricados para que possam ser reutilizados, refeitos e reciclado.
- **Usar mais:** Além disso, estamos trabalhando para ampliar a vida útil dos nossos produtos, por meio de iniciativas circulares como reciclagem e reuso, evitando o desperdício e a geração de resíduos.

Saiba mais sobre os Produtos Mais Sustentáveis no Relatório 2022 (página 73).

No pilar social, há mais de 30 anos fazendo história, o Instituto C&A atua no fortalecimento das comunidades por meio da moda, – desenvolvendo ações voluntárias, projetos de fomento ao empreendedorismo e à empregabilidade no setor, e ações humanitárias.

Desde 2021, o propósito do Instituto se conectou ainda mais com a estratégia de sustentabilidade da C&A, a fim de ampliar o impacto social em todas as regiões onde a Companhia está inserida. O Instituto conta com Conselho de Administração para as orientações estratégicas e validação de investimentos, e trabalha no planejamento, execução e monitoramento das ações de moda de todo Brasil, mobilizando parceiros em todos os estados

O Instituto atua nas seguintes áreas estratégicas:

VOLUNTARIADO- Articulamos uma rede sólida de associados voluntários que doam seu tempo e talento para iniciativas sociais de moda de todo Brasil, no entorno das lojas, centros de distribuição e no escritório central.

EMPREENDEDORISMO - Formamos parcerias nacionais em prol do fomento e desenvolvimento de micro e pequenos empreendedores de moda que lutam para afirmar seus direitos – aqueles pertencentes aos grupos em maior vulnerabilidade social.

EMPREGABILIDADE - Mobilizamos marcas e outros atores do setor da moda para promover trabalho decente, proporcionando o desenvolvimento de pessoas e fazendo a conexão de profissionais a oportunidades de emprego.

APOIO HUMANITÁRIO - Por meio de aportes financeiros e/ou materiais pontuais, assumimos o compromisso de responder às emergências e catástrofes do nosso país - sejam elas sociais, econômicas ou ambientais.

Saiba mais sobre as principais atividades realizadas em 2022 pelo Instituto C&A no Relatório 2022 (página 60).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As marcas, patentes e desenhos industriais utilizadas pela Companhia estão registrados ou depositados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente, a Companhia indica que possui direito de uso e/ou titularidade de aproximadamente 529 marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio, em nome da Cofra Holding AG e COFRA AG e/ou de terceiros do mesmo grupo das quais aproximadamente 411 marcas envolvidas na licença de uso entre **C&A AG**, Cofra Holding AG e a Companhia são relevantes para suas atividades.

A Companhia também é titular de diversos nomes de domínios associados a tais marcas, bem como a uma patente.

d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. **em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**
- ii. **em favor de partidos políticos**
- iii. **para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

O Código de Ética a Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de dezembro de 2023, detalha que a Companhia não apoia partidos políticos e não faz doações para organizações políticas ou candidatos. Assim, não há previsão desse desembolso ser aprovado pelo Conselho de Administração, razão pela qual tal previsão seria inócua. O Código de Ética traz regulamentações suficientes e que, desde as eleições de 2018 é vedada a doação, por pessoas jurídicas, a campanhas eleitorais (Lei 13.165/2015). O Código de Ética está disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia <https://ri.cea.com.br/>.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

- a) **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

A receita líquida da Companhia é inteiramente gerada em território nacional.

- b) **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade:

Consciente dos impactos que a Companhia gera, a C&A divulga relatórios anuais, zelando pela transparência com todos os públicos. A publicação é resultado do esforço contínuo para reforçar o compromisso com pessoas, planeta e a sociedade.

No documento são apresentados os principais aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança corporativa relevantes à sustentabilidade da Companhia ao longo do ano fiscal, período que corresponde de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório é elaborado de acordo com as melhores práticas de transparência e gestão da sustentabilidade, utilizando as seguintes diretrizes de reporte:

- Relato Integrado, criado pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), framework global de referência para relatórios corporativos para demonstração da geração de valor a longo prazo.
- GRI (*Global Reporting Initiative Standard*), prática global para monitoramento e reporte de sustentabilidade.
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), padrão voluntário para o reporte de sustentabilidade setorial, visando impactos ESG no desempenho financeiro.
- *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), estabelece recomendações para a gestão de riscos e oportunidades em mudanças climáticas.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso:

Todo o conteúdo é avaliado pela liderança, que confirma a veracidade e confiabilidade das informações apresentadas e disponibilizado ao Comitê de Gente e ASG. Além disso o relatório é submetido à verificação externa por terceira parte independente, conforme carta de asseguração na página 22 do caderno de Anexos do Relatório 2022.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O relatório pode ser encontrado nos seguintes endereços:

<https://ri.cea.com.br/>

<https://sustentabilidade.cea.com.br>

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O conteúdo do Relatório foi definido com base na materialidade, estudo que identifica os temas mais relevantes para o desenvolvimento sustentável do negócio, e nas melhores práticas globais de transparência e gestão da sustentabilidade.

A cada 2 anos, a C&A avalia e prioriza as questões materiais de sustentabilidade para garantir o foco nas questões e impactos mais importantes da empresa, cadeia de valor e setor. Em cada avaliação, considera algumas etapas como: *desk review*, *benchmarking*, consulta à stakeholders e workshop com a liderança. Essa avaliação considera o impacto dos temas importantes e sua significância para o negócio.

Esse exercício foi feito em 2022 e, ao colocar os tópicos avaliados em uma matriz que compara o cenário estratégico e a visão dos stakeholders foram definidos 8 temas prioritários:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Condições de trabalho e direitos humanos na cadeia de fornecimento
- Bem-estar de associado da C&A: saúde física e mental
- Ética e integridade
- Comunicação para clientes e transparência
- Diversidade, equidade e inclusão
- Economia Circular
- Emissões de gases de efeito estufa
- Relacionamento com comunidades

Os indicadores GRI e SASB são selecionados conforme os temas materiais. A lista completa de indicadores pode ser consultada no índice remissivo do Relatório (página 10 do caderno de anexos do Relatório 2022).

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório 2022 considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como toda a estratégia de sustentabilidade da C&A. Os ODS são priorizados de acordo com os temas materiais (saiba mais no Caderno de Anexos, capítulo Materialidade). Os ODS materiais para o negócio são:

- 3 (Saúde e Bem-Estar)
- 5 (Igualdade de gênero)
- 8 (Trabalho decente e crescimento econômico)
- 12 (Consumo e produção responsáveis)
- 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima)
- 15 (Vida Terrestre)
- 17 (Parcerias e Meios de Implementação)

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório inclui o reporte relacionados à gestão climática da C&A, previstos no TCFD quanto a: governança, estratégia, gestão de riscos climáticos, métricas e metas. O índice TCFD com as informações na íntegra podem ser consultados na página 18 do caderno de anexos do Relatório 2022.

Além disso, desde 2021, a C&A responde ao questionário do *Carbon Disclosure Project* (CDP), organização que apoia investidores e analistas dedicados a esse tema, esse ano com nota C. O questionário respondido pela C&A ao CDP está disponível [aqui](#).

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A companhia atua no combate às mudanças climáticas desde 2015, ano em que a C&A global começou a calcular a pegada de carbono (índice que relaciona as atividades de indústrias ou pessoas às emissões emitidas por essas atividades) com apoio de consultoria especializada, cuja metodologia abarca a análise do ciclo de vida do produto. No Brasil, o primeiro inventário de GEE realizado foi o de ano-base 2019. O inventário de ano-base 2021 e 2022 foram auditados por terceira parte.

Foi utilizada a Metodologia *GHG Protocol* e ferramenta do Programa Brasileiro *GHG Protocol* - Versão 2023.0.1. Gases incluídos no cálculo: A metodologia de cálculo do *GHG Protocol*, utilizada no inventário, calcula as emissões dos gases CO₂, CH₄, N₂O, HFCs, PFC SF₆, NF₃. A C&A não possui emissões a partir do SF₆ e NF₃. A fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) são: IPCC – AR5; Fatores de Emissão: Ferramenta de Cálculo do *GHG Protocol*; Volume 5 - *Waste* - Chapter 6:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Wastewater Treatment and Discharge - IPCC 2006; Volume 2 - Energy - *Chapter 1: Introduction* - IPCC 2006; Volume 5 - Capítulo 4 - *Biological Treatment of Solid Waste* - IPCC 2006; Ecoinvent.

As informações completas sobre o inventário de emissões da C&A estão relatadas no Relatório (página 78).

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.a deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota uma matriz de materialidade com temas materiais específicos.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota indicadores-chave de desempenho

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.c deste Formulário de Referência, o Relatório Anual da Companhia é auditado e revisado por empresa especializada independente.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.f deste Formulário de Referência, a Companhia considera os ODS estabelecidos pela ONU, bem como adota as recomendações emanadas pela TCFD.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.h deste Formulário de Referência, a Companhia realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a) interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

- ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

- iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

O valor de R\$ 415.000.000,00 (quatrocentos e quinze milhões de reais) a ser pago pela C&A ao Banco Bradescard S.A., subsidiária do Banco Bradesco, referente à recompra integral do direito de oferecer serviços e produtos financeiros até então explorados, de forma exclusiva, pelo Bradescard, teve sua data de liquidação ajustada para 31 de julho de 2025. Adicionalmente, em tal operação de repactuação, a C&A acabou por firmar instrumento de Cessão Fiduciária de recebíveis decorrentes da parceria junto ao Banco Bradesco, de forma a garantir o pagamento do valor então pactuado em caso de eventual inadimplemento por parte da C&A.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Em 2022, não houve operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor

1.13 Acordos de acionistas

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum novo contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

Glossário

1P: Produtos do nosso estoque comercializados em nosso e-commerce.

3P: Produtos de parceiros (sellers) comercializados no nosso e-commerce.

CAC: Custo de aquisição de clientes

Clique e Retire: Solução que permite que clientes façam suas compras on-line e retirem os produtos na loja física.

Fashiontronics: Produtos eletrônicos e relacionados, como smartphones, tablets, relógios e acessórios, incluindo fones de ouvido e carregadores, mais recentemente produtos de beleza e cosméticos foram incluídos nessa categoria.

Galeria C&A: Marketplace da C&A.

GMV (Gross Merchandise Volume): Montante em reais (R\$) transacionado em nosso e-commerce, incluindo os valores de 1P e 3P.

Lead time: É o tempo entre a solicitação de matéria-prima ou produto ao fornecedor e o recebimento desses itens na C&A.

MAU (monthly active users): Usuários ativos mensais demonstra o número de usuários que realizaram alguma ação no nosso aplicativo no último mês (30 dias).

Mindse7: Foi lançado em novembro de 2018, é um projeto nativo do ambiente digital que apresenta coleções semanais inspiradas nas principais conversas e tendências das ruas e redes sociais, a partir de um modelo de co-criação entre uma equipe multidisciplinar da C&A e seus fornecedores. Prezando por peças versáteis, atemporais e alinhadas ao desejo da mulher brasileira, desde o seu lançamento cerca de 200 coleções foram lançadas, sempre com o propósito de oferecer de forma inovadora uma moda diversa e inclusiva para todos os estilos, corpos e idades.

Push - pull: Modelo de fornecimento que consiste em repor peças de forma individualizada por modelos, tamanhos e cores, em nossas lojas físicas de acordo com a demanda, fornecendo mais eficiência para atender as demandas pelos nossos produtos de moda.

RFID (Radio-Frequency Identification): identificação por radiofrequência - possibilita a identificação e localização de cada peça, inclusive dentro das lojas e nos Centros de Distribuição.

Seller: vendedor parceiro que disponibiliza seus produtos no nosso marketplace.

Ship from store: transformação de lojas físicas em centros de distribuição que enviam diretamente produtos comprados através do nosso e-commerce para os clientes.

SKU (stock keeping unit): unidade de manutenção de estoque

Social selling: Processo de criação de relacionamentos e vendas por meio das redes sociais.

Sorter: Equipamento para separação de produtos individualizados.

SSS (same store sales): Crescimento de vendas nas mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo o e-commerce e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% on-line, *Ship from Store* e *Clique e Retire*).

Supply: Cadeia de suprimentos.

Venda por WhatsApp: Formato de vendas pela internet, no qual os associados C&A interagem com clientes pelo Whatsapp.

WMS (Warehouse Management System): Sistema de gerenciamento de armazém, ferramenta de gestão de estoques.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 2,2x. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia era de R\$1.682,8 bilhão e a dívida líquida (caixa líquido) representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizava R\$468 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 0,2x.

b) Estrutura de capital

No ano de 2022, a Companhia captou líquidos R\$ 701 milhões em empréstimos, bem como apresentou a seguinte estrutura de capital:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	6.629,4
Capital próprio (patrimônio líquido)	3.000,0
Capital total (terceiros + próprio)	9.629,6
Parcela de capital de terceiros	68,8%
Parcela de capital próprio	31,2%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos a serem pagos nos próximos anos. Os índices de liquidez geral (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2022 eram de 1,5 e 1,3, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Companhia era de R\$468 milhões. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, conforme necessário.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de empréstimos e emissão de debêntures. Esses recursos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios e (ii) desembolso de capital.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) do Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía R\$2,151 bilhão em contratos de empréstimos vigentes. A descrição abaixo apresenta as principais características dos nossos contratos relevantes em 31 de dezembro de 2022.

2ª Emissão de Debêntures: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2022, foi aprovada a 2ª emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$600 milhões, nos termos da Instrução da CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“2ª Emissão” e “Debêntures da 2ª Emissão”, respectivamente). A data de emissão foi em 08 de abril de 2022 (“Data da 2ª Emissão”). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto destas debêntures era de R\$612 milhões. Para uma descrição detalhada a respeito das debêntures emitidas pela Companhia, vide item 12.3 deste Formulário de Referência.

1ª Emissão de Notas Comerciais: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2022, foi aprovada a 1ª emissão de 250.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Companhia, no valor total de R\$250 milhões. A data de emissão foi 18 de março de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto destas notas promissórias era de R\$261 milhões. Para uma descrição detalhada a respeito das notas comerciais emitidas pela Companhia, vide item 12.3 deste Formulário de Referência.

1ª Emissão de Debêntures: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de maio de 2021, foi aprovada a 1ª emissão de 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$500 milhões, nos termos da Instrução da CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“1ª Emissão” e “Debêntures da 1ª Emissão”, respectivamente). A data de emissão foi em 20 de maio de 2021 (“Data da 1ª Emissão”). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto destas debêntures era de R\$509 milhões. Para uma descrição detalhada a respeito das debêntures emitidas pela Companhia, vide item 12.3 deste Formulário de Referência.

Cédula de Crédito Bancário: Em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou a emissão de uma CCB no valor de R\$120.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,90% ao ano, com pagamento em 6 parcelas de R\$20.000, sendo o primeiro vencimento em janeiro de 2022 e o final em julho de 2024. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto destas debêntures era de R\$107 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

1ª Emissão de Notas Promissórias: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2020, foi aprovada a 1ª emissão de 60 Notas Promissórias, em 6 séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Companhia, no valor total de R\$500 milhões. A data de emissão foi 3 de abril de 2020. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto destas notas promissórias era de R\$507 milhões. Para uma descrição detalhada a respeito das debêntures emitidas pela Companhia, vide item 12.3 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia informa que desde 01 de dezembro de 2021, vem realizando captações através da sua controlada Orion Instituição de Pagamentos. Em 31 de dezembro de 2022, a posição é de R\$163.457 milhões, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,10% ao ano e prazo de liquidação previsto para 04 de abril de 2023. O objetivo desta captação é de liquidar as linhas de financiamento das carteiras de parcelado com juros, atraso, saque e refinanciamento da operação do novo cartão C&A Pay.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía transações de longo prazo com instituições financeiras no valor de R\$ 1,405 bilhão.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações com instituições financeiras são adequadas para suprir eventuais necessidades de financiamento para expansão do negócio da Companhia. Novas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022 possuía condição específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Nenhuma das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 possuem restrições e limites a endividamento e contratação de novas dívidas.

Dentre os contratos listados no item “i” acima, destaca-se o covenant listado abaixo:

- (i) Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, impairment e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não dispunha, em 31 de dezembro de 2022 de nenhum contrato de financiamento ou limite de contratação que não tenha sido realizado integralmente.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	6.183,6	100,0%	5.153,2	100,0%	20,0%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.077,4)	-49,8%	(2.755,9)	-53,5%	11,7%
LUCRO BRUTO	3.106,1	50,2%	2.397,3	46,5%	29,6%
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(682,6)	-11,0%	(487,9)	-9,5%	39,9%
Vendas	(2.260,3)	-36,6%	(2.025,6)	-39,3%	11,6%
Perdas em créditos, líquidas	(64,3)	-1,0%	(0,5)	0,0%	12.963,2%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	169,3	2,7%	209,5	4,1%	-19,2%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	268,2	4,3%	92,8	1,8%	189,0%
Resultado de variação cambial	0,3	0,0%	(0,7)	0,0%	-146,9%
Despesas financeiras	(601,3)	-9,7%	(267,3)	-5,2%	125,0%
Receitas financeiras	289,6	4,7%	176,2	3,4%	64,3%
Resultado financeiro	(311,5)	-5,0%	(91,8)	-1,8%	239,3%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	(43,3)	-0,7%	1,0	-0,0%	-4.466,4%
Impostos sobre o lucro	44,1	0,7%	328,0	6,4%	-86,6%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	0,8	0,0%	329,0	6,4%	-99,7%

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$6,184 bilhões comparativamente a R\$5,153 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$1,030 bilhão ou 20%. Esse aumento está relacionado principalmente ao bom desempenho do vestuário durante o ano, que obteve um aumento de 19,4% nas vendas em vestuário, e tivemos um aumento de 16,8% na venda de Fashiontronics e Beleza.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$3,077 bilhões comparativamente a R\$2,756 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$321 milhões ou 11,7%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representava 49,8% e 53,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente. Sendo assim, tivemos uma queda no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados em relação à receita líquida em função da nossa estratégia de precificação que buscou minimizar os impactos do aumento do custo dos produtos devido à pressão inflacionária, da otimização de promoções, da contínua evolução da precificação dinâmica e do início da captura do benefício da distribuição *push-pull* em nossos produtos de maior giro.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$3,106 bilhões comparativamente a R\$2,397 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$709 milhões ou 29,6%. O lucro bruto representava 50,2% e 46,5% da receita líquida (margem bruta) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente. Este aumento no lucro bruto é atribuído, principalmente, a melhoria da margem no vestuário e pelo aumento da participação de serviços financeiros aos fatores que impactaram o custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$683 milhões comparativamente a R\$488 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$195 milhões ou 39,9%. As despesas gerais e administrativas representavam 11,0% e 9,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente. Este aumento nas despesas gerais e administrativas decorreu do aumento da linha de pessoal, parcialmente mitigada pela redução na linha de materiais e serviços de terceiros em função do ganho de eficiência principal no centro de distribuição do e-commerce com a nova operação automatizada e da redução em manutenção de TI.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$2,260 bilhões comparativamente a R\$2,026 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$235 milhões ou 11,6%. As despesas com vendas representavam 36,6% e 39,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente. As despesas com vendas ficaram acima de 2021 em função do ajuste inflacionário e aumento de números de lojas, parcialmente mitigada pela redução na linha publicidade e vitrines.

Perdas em Crédito, líquidas

As Perdas em Crédito, Líquidas, totalizaram R\$ 64,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 com um aumento quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 que totalizou R\$ 0,5 milhões. Este aumento decorre devido à base de comparação dado que operação do C&A Pay era incipiente em 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$169 milhões comparativamente a R\$209 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$40 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente ao reconhecimento de créditos fiscais, no valor aproximado de R\$100 milhões, relacionado ao trânsito em julgado no STJ (Supremo Tribunal Judicial) do processo para discutir o direito de fruição de alíquota zero do PIS e COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como “Lei do Bem”), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país.

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$268 milhões comparativamente ao lucro de R\$93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$175 milhões. O lucro antes do resultado financeiro representava 4,3% e 1,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores acima mencionados.

Resultado com variação cambial

O resultado com variação cambial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi uma receita de R\$0,3 milhão comparativamente a uma despesa de R\$0,7 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$1 milhão. Esse resultado é decorrente da desvalorização do dólar frente ao real em 2022.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$601 milhões comparativamente a R\$267 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$334 milhões ou 125,0%. Um dos fatores que ocasionaram o aumento está associada ao aumento dos juros sobre empréstimos que é consequência do aumento da dívida e da taxa CDI.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$290 milhões comparativamente a R\$176 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$113 milhões. Esta variação refere-se ao aumento de juros sobre aplicações financeiras que é consequência do aumento de caixa, em função das captações que ocorreram no ano, e da taxa CDI.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ocasionou uma despesa de R\$311 milhões comparativamente a uma despesa de R\$92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$219 milhões. Esta variação é atribuída principalmente em função do aumento na taxa de juros e maior endividamento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro

O prejuízo antes dos impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$43 milhões comparativamente a um lucro de R\$1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$44 milhões. Esta variação é atribuída, principalmente em função do aumento na taxa de juros e maior endividamento, no resultado financeiro.

Impostos sobre o lucro

Os impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$44 milhões comparativamente a uma receita de R\$328 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$283 milhões. Esta redução é atribuída, substancialmente, ao reconhecimento do ganho da ação referente à não tributação do IR/CS sobre a SELIC.

Lucro líquido (prejuízo) do período

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$0,8 milhão comparativamente a um lucro de R\$329 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$328 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, aos fatores acima mencionados.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2022	2021	AH
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	1.090,4	480,8	126,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(471,6)	(571,3)	-17,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	5,1	(368,3)	-101,4%

Atividades operacionais

O caixa líquido originado das atividades operacionais totalizou R\$1,090 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$481 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação de R\$609 milhões é justificada sobretudo pela maior eficiência do capital de giro, com uma readequação dos prazos dos pagamentos com fornecedores e recebimentos dos clientes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$472 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$571 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$99,7 milhões ou 17,5%, é justificada pela redução da aquisição imobilizado.

Atividades de financiamento

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 tivemos uma geração de caixa nas atividades de financiamento no valor de R\$ 5 milhões comparado a um consumo de caixa de R\$ 368 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação de R\$373 milhões é decorrente principalmente de maiores captações em 2022 no valor de R\$ 776 milhões, um acréscimo no pagamento de principal e juros no valor de R\$ 352 milhões e um incremento de R\$51 milhões no pagamento de juros e principal sobre os arrendamentos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

a.1) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi composta substancialmente por revenda de produtos de vestuário, de aparelhos celulares, de produtos de beleza e pela oferta de produtos e serviços financeiros através do C&A Pay e da parceria com o Banco Bradescard S.A. e, em menor proporção, por receita decorrente de prestação de serviços, como por exemplo (i) receitas com fretes, (ii) receitas de comissionamento na comercialização de planos de telefonia e recarga, e (iii) receita de *marketplace* que são receitas de comissionamento em plataforma digital cedida onde parceiros comerciais oferecem seus produtos e serviços.

a.2) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento de varejo de moda e nossas operações consistem principalmente na venda de produtos de vestuário, de telefones celulares e de produtos de beleza. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e são influenciados pelos seguintes fatores:

(i) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: Nossa indústria de varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, taxa de juros e a taxa média anual de desemprego, que no exercício social de 2022 apresentou variação 2,9%, 13,75% e 9,3%, respectivamente, refletem uma perspectiva econômica desafiadora e que podem gerar possíveis oscilações de demanda no país.

(ii) Inflação: Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 5,8% no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022.

(iii) Taxa de câmbio: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais principalmente através do seu impacto no custo da mercadoria vendida, uma vez que parte dos nossos produtos são importados. Oscilações na cotação do dólar podem fazer com que nossos custos aumentem. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o dólar apresentou variação ao ano de - 6,5%.

(iv) Comportamento de compra do consumidor: Estamos constantemente avaliando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e não consumidores também para entender onde podemos melhorar nossos processos comerciais. A implementação e desenvolvimento do conceito omnicanal são exemplos de mudanças que realizamos para acompanhar e garantir a melhor experiência de compras para as nossas clientes.

(v) Sazonalidade: O varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos. No segundo trimestre temos o Dia das Mães e no quarto trimestre o Black Friday e o Natal, datas relevantes para o varejo do vestuário.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(vi) Clima: O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia busca desenvolver os seus produtos seguindo as tendências de moda que estão constantemente mudando. Dessa forma a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, comparar ou atribuir crescimento de receita por conta de alterações de volume de produtos vendidos pode levar a conclusões inadequadas, uma vez que não necessariamente se está ofertando os mesmos produtos de um período para outro.

A política de preços da Companhia é fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados pela nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de mercadorias vendidas de um período para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os nossos custos, a nossa gestão e o nosso trabalho com a cadeia de fornecimento buscam mitigar estes impactos.

Contudo, entendemos que variações na taxa de inflação têm impacto significativo em nossas despesas. Ainda que melhorias na gestão da Companhia e maior eficiência nos processos internos mitiguem parte dos efeitos inflacionários, nossas despesas são diretamente impactadas pela inflação, principalmente salários, contratos de aluguel, despesas com frete e energia elétrica, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM.

De forma similar, as variações das taxas de câmbio impactam os custos de mercadoria. O aumento na taxa de câmbio aumenta o custo, o qual pode não ser repassado integralmente para o preço, o que poderá afetar a margem bruta com a venda mercadorias. Contudo, nossos produtos são, em sua maioria, de origem nacional e para mitigar possíveis impactos na margem de produtos importados decorrentes de alterações nas taxas de câmbio, a Companhia possui operação de hedge, através de contratos de compra de dólar futuro (NDF – *Non Deliverable Forward*).

			Nocional USD (Pagar)/ Receber	Cenários Negativos		
				Cenário Provável USD 1 = R\$ 5,27	Cenário Possível +25% USD 1 = R\$ 6,59	Cenário Remoto + 50% USD 1 = R\$ 7,91
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas e	Alta do dólar	(46.908)	(2.454)	(64.372)	(126.291)

2.2 Resultados operacional e financeiro

Instrumento de Hedge	importação em andamento	Baixa do dólar				
	NDF					
			22.404	1.172	30.745	60.319
	Exposição líquida de pedidos de importação		(24.504)	(1.282)	(33.627)	(65.972)
	Impostos não recuperáveis (36%)		(16.887)	(883)	(23.174)	(45.465)
	Exposição líquida total		(41.391)	(2.165)	(56.801)	(111.437)
	Efeito no resultado líquido de IR/CS		(27.318)	(1.429)	(37.489)	(73.548)
USD em 31/12/2022 = R\$5,2177						

O impacto da taxa de juros no resultado é limitado uma vez que a Companhia possui empréstimos e aplicações indexados ao CDI. Dessa forma o tamanho do impacto está condicionado ao tamanho da posição de dívida líquida da Companhia.

Consolidado								
Risco	Saldo em 31/12/2022	em Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros		
				Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	
Aplicações financeiras(ii)	Baixa CDI	1.621.779	CDI	216.491	270.614	324.737	162.368	108.245
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(2.150.832)	CDI	(294.019)	(367.524)	(441.029)	(220.514)	(147.009)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS				(529.053)	(77.528)	(96.910)	(116.292)	(58.146)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(51.168)	(63.961)	(76.753)	(38.376)	(25.584)

Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS de 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 102,43% do CDI.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 e informam que não possuem mudanças a serem aplicadas em 2022.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 não possuem ressalvas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 1.11 do Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findos em 31 de dezembro de 2022, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por outras receitas (despesas) operacionais líquidas, ganhos na operação de desconto de duplicatas de fornecedores e recuperação de créditos fiscais.

A Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita Líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustada da Companhia para o último exercício social:

Em milhões de reais	Em 31 de dezembro de 2022
EBITDA	910,1
EBITDA Ajustado	750,1
Margem EBITDA Ajustada	12,1%

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos. A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida:

Em milhões de reais	Em 31 de dezembro 2022
Dívida Bruta	2.151,2
Caixa ou (Dívida Líquida)	(468,4)

2.5 Medições não contábeis

b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA e o EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustada para o último exercício social:

Em milhões de reais	Em 31 de dezembro 2022
Lucro líquido (prejuízo)	0,8
(+/-) Impostos sobre o lucro	(44,1)
(+/-) Resultado financeiro líquido	311,5
(+) Depreciação e amortização	641,9
(=) EBITDA	910,1
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas ⁽¹⁾	31,1
(+) Receita Financeira de Fornecedores ⁽²⁾	9,2
(-) Recuperação de Créditos Fiscais ⁽³⁾	(200,4)
(=) EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	750,1
Receita líquida Total	6.183,5
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁴⁾	12,1%

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado de outras despesas (receitas) operacionais líquidas, excluindo a recuperação de créditos fiscais, conforme divulgado nas notas explicativas Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas, por Natureza às demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

⁽²⁾ Refere-se à receita financeira auferida pelo desconto de duplicatas de fornecedores. A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante, assinatura de termo de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face.

⁽³⁾ Refere-se ao reconhecimento de recuperação de créditos fiscais, conforme divulgado nas notas explicativas Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas, por Natureza às demonstrações contábeis relativas exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

⁽⁴⁾ O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. De acordo com o previsto no art. 4º da Resolução CVM nº 156, a Companhia optou por divulgar o EBITDA Ajustado, conforme tabela acima, visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades. Os ajustes incluem: (i) Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas; (ii) Receitas Financeiras de Fornecedores; e (iii) Recuperação de Créditos Fiscais.

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhões de reais)	Em 31 de dezembro 2022
Dívida Bruta ⁽¹⁾	2.151,2
Dívida de Curto Prazo	746,4
Dívida de Longo Prazo	1.404,8
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	1.682,8
(=) Caixa ou (Dívida Líquida)	(468,4)

2.5 Medições não contábeis

⁽¹⁾A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

(Em milhões de reais)	31 de dezembro de 2022
EBITDA	910,1
(-) Pagamentos Arrendamento Mercantil	(449,9)
(=) EBITDA excluindo IFRS16	460,1
(+/-) Ganhos (Perdas) Venda de Ativos Excluindo Efeitos do IFRS16	8,6
(+/-) Impairment	(6,1)
(+) Receita Financeira de Fornecedores	9,2
(-) Gastos com Reestruturação/Consultoria	7,1
(+/-) Provisões (Reversões) de Contingências	22,2
(=) EBITDA Ajustado para covenants ⁽¹⁾	501,1

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado para fins de covenants das dívidas, exclui o os efeitos do CPC 06 (R2) e da norma Internacional de Contabilidade – IFRS 16, antes de: (i) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, (ii) despesas de depreciação do imobilizado (excluindo-se imobilização), (iii) despesas de amortização, (iv) do resultado financeiro (exceto receita obtida por antecipação de notas de fornecedores, que deve ser considerada parte do EBITDA), (v) da equivalência patrimonial, (vi) da participação de acionistas minoritários e (vii) do Resultado Não Operacional. Para esse relatório foi considerado como "Resultado Não Operacional": (i) a venda de ativos, (ii) provisões/reversões de contingências, (iii) impairment, (iv) despesas pontuais de reestruturação

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia para aferir o seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem influência de despesas não diretamente relacionadas ao negócio, de itens considerados como não recorrentes pela Companhia e de outros impactos sem reflexo direto, no entendimento da Companhia, no fluxo de caixa.

A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, não devendo ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting*

2.5 Medições não contábeis

Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa, auxiliando na compreensão da nossa atual capacidade em assumir novas dívidas e a honrar os compromissos existentes. Possuímos cláusulas restritivas em nossos empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a nossa habilidade na tomada de determinadas ações e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das nossas dívidas se não cumprirmos com essas cláusulas restritivas (covenants). Alguns desses contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures utilizam as seguintes métricas para o atendimento às cláusulas restritivas financeiras (covenants): (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado (covenants); (b) EBITDA Ajustado (covenants)/ despesa líquida financeira; (c) distribuição de dividendos.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Conforme descrito nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aprovada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023, houve os seguintes eventos subsequentes:

Prorrogação acordo C&A e Bradescard

Em 26 de janeiro de 2023 foi celebrado entre C&A e o Banco Bradescard o Aditivo ao Instrumento de Rerratificação do Contrato de Parceria Negocial, Administração e Exploração Conjunta de Cartões de Crédito e demais Serviços Financeiros o qual estabelece a prorrogação da parceria pelo período de 2,5 anos. Essa parceria prevê a manutenção das atuais contas ativas e uma remuneração pela prestação de serviço de abertura de novas contas de cartão de crédito Bradescard.

Como parte da renegociação do contrato com o Bradescard, as partes concordaram em prorrogar o vencimento da parcela a vencer em janeiro de 2023 para julho de 2025, a qual será corrigida a 112,5% do CDI a.a.

Também como parte desta renegociação, a partir do exercício 2023, a Companhia estará sujeita ao cumprimento de cláusula restritiva (*covenant*), tomando como índice financeiro apresentar dívida financeira líquida igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA, até a liquidação da obrigação com o Bradescard. A composição da dívida financeira líquida e EBITDA seguem os mesmos padrões dos demais contratos onde a Companhia está sujeita à cláusula restritiva.

Constituição C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.

A constituição da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A foi deliberada na assembleia realizada em 19 de novembro de 2021, obtendo a aprovação do Banco Central do Brasil para operação das atividades de oferta de crédito em 30 de dezembro de 2022 e produzindo efeitos a terceiros a partir de 13 de janeiro de 2023, data do registro da sua constituição na Jucesp e emissão do CNPJ.

Decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar os Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, resolveu que decisões individuais definitivas, ou seja, transitadas em julgado, perdem seus efeitos caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

A Companhia, com apoio de seus assessores jurídicos, avaliou as decisões individuais transitadas em julgado e concluiu não haver impactos nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

2.7 Destinação de resultados

Política de destinação dos resultados

Período	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei das S.A. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Estatutária de Lucros”, que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades, sendo que até 100% do saldo remanescente do lucro líquido poderá ser destinado para sua constituição. O Estatuto Social da Companhia encontra-se disponível para consulta nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.cea.com.br/) na aba “Governança Corporativa” e no ícone “Estatutos, Políticas e Regimentos”.
(a.i) Valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$831.378,20, cuja destinação está descrita abaixo: (i) R\$ 41.568,91, equivalentes a 5% do lucro líquido da Companhia relativo ao Exercício 2022, serão destinados à reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.; e (ii) R\$ 789.809,29 serão destinados à reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A.
(a.ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados	Reserva Legal: 5% Reserva de incentivos fiscais: 95%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O parágrafo 3º do artigo 31 do estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A periodicidades de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada	Durante o exercício de 2022, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais (leasing), ativos ou passivos, não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2022, nosso investimento foi de R\$ 373 milhões divididos nas diferentes alavancas como novas lojas e formatos, melhor oferta de produtos financeiros, transformação digital e modernização da cadeia de suprimentos. A alavanca que mais recebeu investimentos foi transformação digital, chegando a 49% do valor total.

Em 2023, continuaremos nosso investimento voltado para as alavancas estratégicas da Companhia, além do investimento para a sustentação de nossas operações. De um investimento em torno de R\$ 300 milhões, mais de 75% (240M) será destinado para a as alavancas digital e novas lojas.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de empréstimos e emissão de debêntures.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía desinvestimentos em andamento ou previsto.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

O movimento #VistaAMudança está integrado ao modelo de negócio da C&A para promover uma moda com impacto positivo. É a forma como a C&A pratica e comunica a sua estratégia de sustentabilidade, por meio de iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável do negócio.

Nossa estratégia de sustentabilidade está estruturada em três pilares — Unir&Inspirar nossos stakeholders, Renovar&Restaurar os recursos naturais e Inovar&Liderar a pauta ESG no setor. É resultado do alinhamento entre a Estratégia Global de Sustentabilidade — que norteia de forma integrada as ações e compromissos relacionados a gestão da sustentabilidade em todos os países onde a marca C&A está presente — com as ambições e o posicionamento da C&A Brasil sobre o tema.

Para oferecer uma moda mais sustentável, e em linha com os grandes compromissos assumidos, é necessário considerar diversas frentes que compõem este grande ecossistema. Ao conectá-los, podemos entregar produtos mais sustentáveis, com menor impacto socioambiental, e com princípios de economia circular. As frentes são:

- Matérias-primas mais sustentáveis
- Produção mais limpa com conformidade ambiental
- Rastreabilidade e Certificações

A C&A vem construindo e evoluindo na atuação nessas frentes, entendendo ser um processo colaborativo, pois para ser sustentável, deve incluir a todos: clientes, sociedade, parceiros, players, associações e demais impactados. A C&A entende seu papel como indutora dessas boas práticas, fazendo conexões entre atores externos e internos à empresa.

A cada 2 anos, a C&A avalia e prioriza as questões materiais de sustentabilidade para garantir que continuemos focados nas questões e impactos mais importantes de nossa empresa, cadeia de valor e setor. A avaliação de 2022 considerou as etapas de desk review, benchmarking, consulta à stakeholders e workshop com a liderança. Essa avaliação considerou o impacto dos temas importantes e sua significância para o negócio. O processo de revisão da materialidade teve como base análise dos contextos interno e externo da C&A. A matriz e a definição dos temas prioritários foram aprovados no Comitê Interno de ESG, e posteriormente reportado ao Comitê de RH e Sustentabilidade, Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e ao Conselho de Administração

A C&A monitora os riscos aos quais está exposta e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano

2.10 Planos de negócios

estratégico. Os principais riscos identificados e monitorados a partir da matriz de materialidade são:

- **Mudanças Climáticas:** mudanças climáticas extremas e desastres naturais podem afetar nossa capacidade de ofertar coleções adequadas.
- **Recursos naturais e geração de resíduos:** consumo ineficiente de água nos processos de fabricação e plantio de matérias-primas e geração de resíduos (produtos descartados) podem afetar a capacidade regenerativa e disponibilidade futura.
- **Paralisação das operações:** podem decorrer de pandemias ou movimentos sociais, prejudicando a produção, comercialização ou entrega.
- **Prejuízo econômico-financeiro:** prejudica a geração de valor para nossos acionistas.

Da mesma forma, entre as principais oportunidades identificadas na gestão e mitigação de riscos estão a economia circular, com relação ao desenvolvimento de processos e produtos de acordo com reaproveitamento e eficiência; e o uso de tecnologia em favor do meio ambiente. Adoção de tecnologia de *blockchain* para monitoramento de ações de preservação de prevenção ambiental e práticas ESG, além de processos produtivos de menor impacto.

Em 2022, a gestão de pessoas foi norteadora por quatro pilares estratégicos fundamentais para um gerenciamento integral e transversal, sendo um deles o pilar de ESG que tem como diretriz a definição e execução do posicionamento ESG da C&A, que impacta associados, clientes e a sociedade, de modo integrado com a Alta Liderança e stakeholders. Além disso, em 2022, a companhia trabalhou para ativar a cultura C&A, com foco nos clientes e produtos, engajamento dos times, paixão pela moda, experiência do cliente, sempre orientados pela ética, integridade, diversidade e sustentabilidade.

No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, a Companhia possui os seguintes objetivos a serem cumpridos até 2030:

- i. **Atuar como líder no setor no uso de MATÉRIAS-PRIMAS SUSTENTÁVEIS** - 80% das matérias-primas principais devem ser de origem sustentável, (algodão, viscose e poliéster).
- ii. **Promover a CIRCULARIDADE** - Incluir os princípios de circularidade em 50% dos produtos na forma como são projetados, produzidos ou reutilizados.
- iii. **Reduzir a poluição por PLÁSTICO** - Substituir 50% do plástico de uso único por alternativas mais sustentáveis.
- iv. **Promover a DIVERSIDADE E EQUIDADE** - Manter no mínimo 60% de mulheres alcançar 30% de Pretos e Indígenas em posição gerencial

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção.

A Companhia não possui informações a prestar sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

c) Premissas da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

d) Objeto e valores da projeção

Nos termos artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância.

A descrição dos fatores de risco deve ser elaborada em benefício da compreensão pelos investidores, abstendo-se o emissor de formular declarações de caráter genérico sobre riscos de investimento e de limitar sua responsabilidade ou de quaisquer pessoas que atuem em seu nome.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos a seguir são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco”.

a. emissor

a.01- Nossa agenda de crescimento depende da demanda por nossos produtos, que está sujeita a riscos de variações climáticas, sazonalidade, mudanças nas preferências dos consumidores, tendências de moda e gerenciamento de estoque.

A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento da compra junto a nossa cadeia de fornecimento e da venda para nossos clientes, o que pode reduzir nossa capacidade de vender nossos produtos mantidos em estoque, ainda estamos sujeitos a vários riscos relacionados à reposição e/ou otimização de estoque. Por exemplo, estamos sujeitos a riscos relacionados à sazonalidade, lançamento de novos produtos, mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos ou avariados, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos, entre outros fatores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A definição da coleção é um dos nossos principais diferenciais estratégicos em relação ao mercado e, portanto, a seleção de produtos, o apelo da marca de terceiros, a qualidade dos tecidos e as mudanças climáticas são considerados riscos estratégicos durante a construção da coleção. Não podemos fornecer qualquer garantia de que selecionaremos corretamente novos produtos a serem comprados ou que nossa estimativa inicial da demanda de qualquer produto será mantida ou precisa. Certos produtos que compramos podem exigir prazos de entrega mais longos e nossos fornecedores podem não aceitar devoluções ou trocas desses produtos.

Podemos não conseguir vender nossos produtos em quantidades suficientes ou vender quantidades acima do esperado durante os períodos de pico de vendas. Ainda, o manuseio incorreto ou armazenamento por tempo prolongado de peças em estoque, pode levar a obsolescência ou perda indesejada de parte destes produtos. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode causar ineficiência em nosso volume de estoque, gerar distorções no real inventário disponível para vendas e, ainda, afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno ou mais frias durante o verão podem deixar uma parte do nosso inventário incompatível com as condições climáticas esperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a vender o excesso de nossos estoques a preços descontados, reduzindo nossas margens, o que pode ter um efeito material negativo. Isso pode ser mais significativo nos casos de coleções de inverno, que têm preços médios mais altos.

Tipicamente, nossas vendas são desproporcionalmente maiores no quarto trimestre de cada ano fiscal devido ao aumento das vendas durante os eventos de Natal e Black Friday. Como resultado, qualquer crise, interrupção de nossos negócios ou de nossos fornecedores ou outras circunstâncias que afetem nossos negócios no último trimestre de qualquer exercício fiscal teria um efeito negativo desproporcional sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, para nos prepararmos para eventos comerciais, devemos comprar e estocar uma quantidade de peças maior do que a que temos em outras épocas do ano, além de contratar pessoal temporário para nossas lojas. Qualquer redução não planejada da demanda por nossos produtos durante os períodos habituais de pico de compras - ou mesmo o número de funcionários temporários contratados - pode nos obrigar a vender o estoque excedente a um preço substancialmente mais baixo, o que afetaria negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações em nossos resultados operacionais e condição financeira podem afetar o valor de mercado de nossas ações ordinárias.

Nossos produtos estão voltados para uma base de clientes cujas preferências não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas e, assim, concorremos com várias outras empresas de vestuário (físico ou on-line, nacional ou internacional) com base em preço, qualidade, seleção de marca, atendimento ao cliente, promoções, localização de loja, canais de vendas com inovações digitais e diferenciais de entrega. Acreditamos que a venda de produtos diferenciados, com preço e qualidade atrativos, o uso de tecnologias para acelerar e a satisfação do cliente estão entre as metas mais desafiadoras do nosso negócio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.02- Nossa estratégia de concessão de crédito pode ser adversamente afetada pelo aumento da inadimplência de clientes de nossos serviços e produtos financeiros.

Caso as condições econômicas no Brasil se deteriorarem ainda mais devido a, entre outros fatores, desaceleração da atividade econômica, depreciação do real, inflação, aumento das taxas de juros domésticas ou aumento das taxas de desemprego, um percentual maior dos nossos clientes, os quais são mais sensíveis a tais fatores, pode entrar em inadimplência, aumentando nossas perdas e as nossas provisões para devedores, o que nos levaria a restringir a concessão de crédito aos nossos clientes no C&A Pay e, eventualmente, pela nossa parceria com a Bradescard S.A..

Caso o governo brasileiro implemente políticas restritivas de crédito ao consumidor, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados com a diminuição significativa da demanda de crédito pelos nossos consumidores.

a.02- As elevadas taxas de juros podem afetar adversamente nosso grau de endividamento.

A existência de limitações sobre nosso endividamento poderá dificultar a celebração de novos contratos para financiamento de nossas operações ou para refinanciamento de nossas obrigações existentes, o que poderá demandar que parte significativa de fluxo de caixa da Companhia seja utilizado, limitando a nossa capacidade de destinar tais recursos para capital de giro, despesas de capital e outros, afetando adversamente nosso negócio, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira, colando a Companhia em desvantagem competitiva em relação a seus concorrentes que tenham grau de endividamento menor.

Adicionalmente, diversos contratos financeiros celebrados por nós, incluindo os contratos celebrados no âmbito de captação de recursos junto ao mercado de capitais, impõem o cumprimento de determinados índices financeiros, cláusulas restritivas financeiras e não financeiras ("*covenants*"), além de outras obrigações. Dessa forma, caso quaisquer índices financeiros que ultrapassem os limites fixados ou outras obrigações que sejam descumpridas e não tenhamos a anuência (*waiver*) dos respectivos credores, tais dívidas poderão ser consideradas vencidas antecipadamente de acordo com as disposições aplicáveis nos referidos contratos, e, como consequência, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados adversamente de maneira relevante.

Não há garantia de que nós conseguiremos renegociar as nossas dívidas no futuro caso índices financeiros ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros celebrados por nós sejam descumpridos. Caso nós não sejamos capazes de cumprir com os *covenants* financeiros e/ou outras obrigações e não consigamos renegociar nossas dívidas, o saldo em aberto de nossos contratos financeiros poderá vir a ser considerado antecipadamente vencido.

Além disso, alguns dos nossos contratos financeiros e títulos de dívida contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*). Caso qualquer desses eventos ocorra, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados de maneira adversa e relevante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso precisemos incorrer em novo endividamento em razão de nossa estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, poderemos ter dificuldade de contratá-lo em virtude dessas restrições ou poderemos ser obrigados a pagar antecipadamente o endividamento a respeito do qual as restrições serão aplicadas, o que poderá afetar negativamente nosso fluxo de caixa e nossos resultados operacionais.

Para mais informações sobre os contratos financeiros de que somos partes, bem como sobre as obrigações a que estamos sujeitos decorrentes da celebração desses contratos, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

a.04- Nossa estratégia de negócios é dependente da compra de nossos produtos de confecção.

A nossa estratégia de negócios se baseia na compra de nossos produtos de confecção e por isso dependemos de fornecedores (nacionais e internacionais) para fabricar nossos produtos. Ao usar fornecedores para fabricar nossos produtos, estamos sujeitos a interrupções nas operações destes em decorrência de qualquer evento adverso, como: acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou dos sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Além disso, algumas categorias de produtos são adquiridas, em grande parte, de um pequeno número de fornecedores. Se algum fornecedor não puder entregar os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente os adquirimos, e se não formos capazes de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, podemos não conseguir manter nosso nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Temos um acordo de fornecimento com uma parte relacionada com base em Hong Kong, que é a responsável pelo suprimento dos produtos importados do Oriente ("C&A Sourcing"). Este acordo prevê um prazo para cancelamento unilateral de qualquer parte, que, caso ocorra, teremos que buscar alternativa de acesso a fornecedores localizados nesta região, podendo, eventualmente, implicar em custos adicionais ou interrupção inesperada de importações. Para maiores informações sobre o contrato entre nós e a C&A Sourcing, ver seção 11 deste Formulário de Referência sobre transações entre partes relacionadas.

Finalmente, a maioria dos nossos fornecedores são empresas de manufatura de pequeno e médio porte e suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que nossos fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, (como preços mais altos de commodities, mão de obra ou combustíveis, e aumento da inflação ou carga tributária), e não podemos prever se conseguiremos aumentar os preços de venda para nossos consumidores. Um aumento nos custos de nossos produtos pode refletir negativamente em nossos negócios, resultados operacionais e valor de nossas ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.05- Somos altamente dependentes de tecnologias para operar nossos negócios.

Dependemos da disponibilidade e estabilidade operacional do data center e dos servidores em nuvem, da plataforma de comércio eletrônico (sítio eletrônico e aplicativo) e de vários sistemas (nossos ou de terceiros; em nuvem ou não), como sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de comunicação, e diversos outros softwares usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial.

O uso de tecnologias é um meio estratégico para apresentarmos nosso negócio, nossa identidade e nossas marcas, além de ser uma fonte relevante de informação. Consequentemente, contamos com o uso de tecnologias para processar, transmitir e armazenar dados, bem como para nos comunicar com o mercado, com consumidores e fornecedores.

Estamos, assim, sujeitos a sofrer interrupções devido a fatores que estão além do nosso controle, tais como desastres naturais, ataques de hackers, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupções, podemos perder dados, ficar sujeitos à violação de dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de ganhar receitas de vendas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante.

Para executar nossa agenda de crescimento, podemos precisar melhorar continuamente nossa plataforma tecnológica e seus controles de segurança, que podem apresentar problemas de integração ou erros de programação, além de levar a custos e despesas adicionais, o que pode ter efeito adverso nos nossos resultados financeiros. Além disso, as tecnologias utilizadas estão sujeitas a constantes atualizações e se não conseguirmos mantê-los corretamente, as nossas operações poderão ser prejudicadas e até interrompidas, o que pode nos causar efeito adverso ao negócio.

a.06- Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar impactos adversos, podendo, ainda, resultar na divulgação não autorizada de informações.

A proteção de dados é essencial para o negócio da Companhia e, apesar de contarmos com softwares e ferramentas para fornecer processamento, transmissão e armazenamento seguros de dados, incluindo pessoais e de transações com cartão de crédito, nossas instalações e sistemas, bem como de nossos provedores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, falhas de programação, erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados, incluindo pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança e privacidade evitarão vazamento de dados, incluindo pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.07- A interrupção ou desatualização de nossos planos de continuidade de negócios, no caso de uma crise, afetaria adversamente nossos negócios.

Nossas operações dependem de nossa capacidade de proteger a continuidade de nossa infraestrutura contra danos por catástrofes ou desastres naturais, violação de segurança, ataque cibernético, perda de energia, falha de telecomunicações, bem como outros fatores naturais ou eventos causados pelo homem.

Um evento catastrófico pode ter um impacto negativo direto sobre nós ao afetar adversamente nossos clientes, parceiros, prestadores de serviços terceirizados, funcionários ou instalações, ou um impacto indireto sobre nós ao afetar adversamente, os mercados financeiros ou a economia em geral.

Se nossos planos e procedimentos de continuidade de negócios e recuperação de desastres forem interrompidos, estiverem desatualizados ou forem mal executados, poderíamos sofrer uma interrupção adversa substancial de nossas operações.

Adicionalmente, utilizamos de serviços terceiros de tecnologia e serviços em nuvem e não controlamos a operação de tais instalações. Consequentemente, podemos estar sujeitos a interrupções de serviço, bem como a falhas em fornecer suporte adequado por motivos que estão fora de nosso controle direto. Tais serviços são vulneráveis a danos ou interrupções de várias origens, incluindo terremotos, inundações, incêndios, perda de energia, falhas de sistema, ataques cibernéticos, invasões físicas ou eletrônicas, erro humano ou interferência (incluindo por empregados, ex-empregados ou terceiros) e outros eventos catastróficos. Ainda, podem estar sujeitos a ações administrativas locais, mudanças nos requisitos legais ou de licenciamento e ações judiciais para interromper, limitar ou atrasar as operações de tais serviços. A ocorrência de um desastre natural ou um ato de terrorismo, a decisão de cessar tais serviços sem aviso adequado ou outros problemas imprevistos nessas instalações podem resultar em interrupções ou atrasos em nossos serviços, impedir nossa capacidade de dimensionar nossas operações ou ter outros impactos adversos sobre nossos negócios.

a.08- Incapacidade de manter níveis de capital de giro suficientes para o nosso negócio pode limitar nosso crescimento e nos afetar adversamente.

Considerando o caráter sazonal do nosso negócio, existem períodos em que a necessidade de capital de giro é maior. Todavia, não existe garantia de que, caso necessário, teremos oportunidade de: (i) nos financiar através da antecipação de nossa carteira de recebíveis de cartão de crédito; (ii) renovar nossas linhas de crédito atuais; (iii) ter acesso a novos financiamentos; (iv) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (v) negociar os prazos de pagamento com nossos fornecedores em condições atrativas; (vi) receber de nossos clientes em prazos reduzidos; ou (vii) manter nossa eficiência de estoque. Caso essas condições não ocorram, poderemos nos tornar insolventes, incapazes de implementar nossa estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a nós, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e situação financeira.

a.09- Nós estamos expostos a riscos relacionados a parceria com a Bradescard para financiamento e empréstimo de clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nós temos um acordo de parceria com o Banco Bradescard S.A. para oferecer aos nossos clientes serviços financeiros, incluindo cartões de crédito e empréstimos pessoais, vigente por mais 2,5 anos a partir de janeiro de 2023. Nossa parceria é responsável por financiar parte das nossas vendas, inclusive pagamentos parcelados. As políticas de financiamento e definições dos serviços financeiros ofertados aos nossos clientes são estabelecidas pelo nosso parceiro, que pode impor regras que restringem a concessão de crédito aos nossos clientes, afetando de maneira adversa os nossos negócios e estratégia de expansão. Ainda, o fracasso em controlar adequadamente fraudes em cartões de crédito pode resultar em perdas significativas, ferir nossa reputação e nossa marca.

Por fim, se nosso relacionamento com o parceiro se encerrar antecipadamente ou se não pudermos seguir com o plano de transição, nós podemos estar sujeitos a multas e penalidades contratuais, e nossa receita com serviços financeiros pode ser adversamente afetada.

a.10- Nossa estratégia do C&A Pay é dependente da nossa capacidade de atrair e reter clientes, bem como da manutenção de produtos e serviços que sejam de interesse destes.

Acreditamos que o estabelecimento de uma base de clientes de qualidade será a sustentação do C&A Pay, que tem como objetivo ampliar a oferta de crédito aos nossos clientes. O crescimento do negócio depende da nossa capacidade em atrair os clientes ativos da atual parceria, durante o período de transição que foi prologando por mais 2,5 anos, bem como de novos clientes. Se não formos capazes de atrair novos clientes para nossa plataforma ou encorajar clientes a ampliar o uso de nossos produtos e serviços, nosso crescimento pode desacelerar ou parar, afetando o futuro do C&A Pay.

A atração e manutenção de clientes depende de diversos fatores, incluindo nossa capacidade de providenciar produtos e serviços relevantes e tempestivos para atender suas necessidades crescentes a um custo aceitável. Se não lançarmos novas ou melhoradas funcionalidades, não atendermos a demanda de produtos e serviços dos clientes, não atraíremos novos clientes, ou não encorajarmos clientes existentes a ampliar seu envolvimento com nossos novos produtos e serviços financeiros, o crescimento do C&A Pay poderá ser desacelerado ou reduzido, não influenciando o crescimento de vendas do varejo.

Nossos clientes não têm obrigação de manter fidelidade aos produtos e serviços do C&A Pay, assim, não podemos garantir que nossos clientes continuarão a usá-los, por diversas razões, incluindo, mas não se limitando a: (i) perda de confiabilidade, desempenho ou funcionalidades de nossos produtos ou serviços; (ii) má qualidade na prestação dos serviços ao cliente; (iii) publicidade negativa sobre nossos produtos e serviços; (iv) baixo desempenho ou ineficiência de nossa plataforma; ou (v) oferta de produtos e serviços no mercado por concorrentes com maior qualidade, mais baratos ou mais adequados a demanda de nossos clientes.

a.11- A integração de nossos múltiplos canais do varejo (lojas físicas e plataforma de comércio eletrônico) e do ecossistema do C&A Pay é essencial para a nossa operação de negócios e perspectivas de crescimento.

Realizamos nossas operações por meio de lojas físicas e plataforma de comércio eletrônico (sítio eletrônico e aplicativo) e nossa agenda de crescimento está focada em melhorar esse multicanal por meio da integração, que inclui, ainda, os produtos e serviços do C&A Pay. Nossa incapacidade de integrar nossos

4.1 Descrição dos fatores de risco

canais de vendas em aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing para atender às necessidades de nossos clientes pode nos impedir de nos beneficiarmos plenamente de uma estrutura multicanal.

Adicionalmente, a precisão do estoque disponível para venda em nossos sistemas é essencial para a integração dos canais. Eventuais rupturas de estoque podem levar a uma não entrega ou entrega incorreta de produtos aos clientes, prejudicando diretamente nossa reputação e incentivando nossos clientes a buscar peças alternativas em nossos concorrentes, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, a nossa agenda de crescimento é fortemente baseada na consolidação e expansão dos canais de vendas por inovação digital. Estamos vulneráveis às pressões competitivas das atividades de comércio eletrônico e de serviços financeiros digitais no mercado porque nossos concorrentes podem, por exemplo, usar canais de divulgação (como as mídias sociais) com mais eficiência do que os usados por nós. Além disso, a expansão dos canais de vendas e de serviços financeiros por inovação digital pode aumentar nossa dependência de constantes desenvolvimentos tecnológicos, o que pode afetar adversamente nosso crescimento de vendas e resultados operacionais.

Por fim, a inovação digital proporcionada pela 4ª Revolução Industrial, com a expansão do comércio eletrônico, trabalho remoto e educação online, depende significativamente da inclusão digital num país de dimensões continentais e com muitas desigualdades. Assim, caso não sejam tomadas medidas para conectar a sociedade de uma forma organizada e igualitária, podemos não alcançar todo o potencial planejado em nossa agenda de crescimento.

a.12- Eventuais falhas nos controles de prevenção a fraudes do C&A Pay poderão impactar adversamente nossas operações.

À medida que as vendas de produtos e serviços do C&A Pay cresçam ou ocorra uma falha no nosso ambiente de controles de prevenção a fraudes, o risco de perdas financeiras em decorrência de eventuais operações fraudulentas também aumenta, podendo prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que afetará adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Por consequência, podemos receber questionamentos de órgãos competentes, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais por parte de nossos clientes.

a.13- Nós podemos enfrentar dificuldades em operar nossas lojas existentes e/ou abrir novas lojas, o que pode adversamente afetar nossas vendas e resultados operacionais.

Nossa agenda de crescimento depende de nossa habilidade de, com sucesso, operar nossas lojas existentes e/ou abrir novas lojas, o que está sujeito a diversos riscos e incertezas, muito dos quais estão além do nosso controle, incluindo, mas não se limitando à disponibilidade de locais desejáveis para lojas e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como nossa habilidade de determinar a demanda de nossos produtos, satisfazer as preferências de moda de nossos clientes, obter as licenças e autorizações governamentais necessárias, negociar contratos de locação em condições razoáveis, construir e equipar eficientemente as novas lojas, fornecer níveis suficientes de estoque para atender às necessidades de nossas lojas, integrar com sucesso novas lojas em nossos sistemas e operações

4.1 Descrição dos fatores de risco

existentes, acompanhar novos e atuais concorrentes, identificar pontos estratégicos de vendas, concluir projetos de construção e reforma de lojas, atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado, administrar o processo de expansão e implementar protocolos de proteção (como patrimonial, de valores, setorial e sanitário/ saúde pública e individual) para operar as lojas com a devida segurança.

A abertura de novas lojas pode resultar em desafios de concorrência, marketing e distribuição; ainda, quando novas aberturas de lojas ocorrem em mercados onde já possuímos lojas, podemos experimentar uma redução nas vendas líquidas de lojas pré-existentes nesses mercados devido ao deslocamento de vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Eventual expansão, construção e remodelação de lojas novas e existentes, conforme o caso, pode deteriorar nossas margens de lucro até que tais investimentos atinjam a maturidade e, consequentemente, podemos não ser capazes de manter o crescimento de vendas líquidas e lucro por metro quadrado, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas e resultados operacionais.

Períodos de restrição de circulação da população, das operações do comércio, da cadeia de fornecimento e/ou da cadeia logística, determinadas por autoridade competente no Brasil ou no exterior, podem impactar nossas vendas líquidas de forma adversa.

Ainda, podemos não ter capacidade e/ou velocidade de transformar a operação de nossas lojas físicas em minicentros de distribuição (suportando processos como o *do ship from store* e *drive thru*) ou de adaptar a nossa força de vendas ou nossos sistemas da informação para o conceito digital, impactando o negócio diretamente.

a.14- Nossas vendas dependem do tráfego de pedestres nos locais em que estamos localizados, principalmente daquele gerado pelos shopping centers.

Nosso sucesso depende de nossas lojas estarem operando em locais de destaque com alto tráfego de pedestres, sendo a maioria de nossas lojas estão localizadas em shoppings centers. Acreditamos que uma parte considerável de nosso volume de vendas e produtividade por metro quadrado é resultado do alto tráfego existente nos locais nos quais nossas lojas estão localizadas.

O tráfego de pedestres e, consequentemente, nosso volume de vendas, pode ser negativamente afetado por fatores externos ao nosso controle, como declínio econômico em uma determinada área, abertura de novas lojas e novos shopping centers na mesma região, encerramento ou queda da atratividade de outras lojas, fechamento temporário dos shoppings em que estamos localizados e restrição temporárias da circulação da população, entre outros.

Adicionalmente, o sucesso de nossa estratégia de expansão pode depender da abertura de novos shopping centers no futuro, da disponibilidade de espaço de lojas de varejo em shoppings existentes ou em ruas estratégicas. Nossa capacidade de manter ou abrir lojas em locais estratégicos (shopping center ou rua) pode ser limitada e resultar em um declínio no número de clientes que visitam nossas lojas, reduzindo significativamente nossas vendas, o que pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, as nossas lojas físicas, por estarem localizadas em espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, conseqüentemente, podem causar danos aos nossos clientes, frequentadores e funcionários.

No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja e as nossas marcas podem enfrentar sérios danos de imagem, considerando que o número de clientes nas lojas pode diminuir devido à percepção de falta de segurança e confiança e podemos ficar sujeitos à imposição de responsabilidade civil (sem prejuízo de responsabilização em outras esferas) e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia nos causar um efeito adverso relevante.

a.15- O enfraquecimento da nossa cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante.

A nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende significativamente da atuação ativa da nossa liderança e da cultura corporativa que ela promove.

A nossa liderança tem papel fundamental na manutenção de um ambiente de trabalho que incentive uma conduta ética, servindo como exemplo em termos de comportamento íntegro e honesto. Devendo, ainda, garantir que a Companhia atue sempre com transparência, seja inclusiva, diversa e tenha equidade, além de ser social e ambientalmente responsável.

Nossos líderes podem nos deixar por uma série de razões e o impacto dessas perdas é difícil de prever. A perda de membros de nossa liderança, os quais talvez não sejam substituídos por pessoas com a mesma experiência e qualificação, pode prejudicar a implementação da nossa agenda de crescimento, perturbar nossas operações, debilitar a sustentabilidade de nossa cultura e adversamente nos afetar.

Além disso, o nosso futuro sucesso também depende de nossa capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar funcionários com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses funcionários é intensa no mercado e se não obtivermos sucesso em nossas ações, nossos negócios podem ser adversamente afetados e podemos ter dificuldades em implementar nossa agenda de crescimento.

a.16- Nossas operações estão sujeitas à complexidade e desafios inerentes à gestão dos recursos humanos, incluindo seu bem-estar (físico e mental), em localidades dispersas e com atividades distintas.

Enfrentamos diversos desafios inerentes à gestão de um grande número de recursos humanos dispersos em uma grande área geográfica (todos os estados brasileiros e o Distrito Federal), de perfis característicos e atuando em diferentes atividades, que demandam flexibilidade e adaptação em nossas estratégias de comunicação, capacitação, bem-estar e liderança.

A instabilidade na sociedade, com o aumento de custo de vida, aumento do índice de desemprego, pressão por desempenho, falta de empatia, desconfiança, polaridade, fraturas em redes sociais, tem levado a um aumento de casos de doenças e/ou distúrbios de saúde mental, como ansiedade, depressão, estresse, solidão, entre outros, impactando negativamente o bem-estar e a produtividade de nossos funcionários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, nossos funcionários estão sujeitos a acordos sindicais específicos e com direitos trabalhistas, como dissídios coletivos ou outros acordos que podem ser renegociados dentro dos prazos estabelecidos em lei.

Caso não sejamos capazes de gerir tais recursos humanos de forma adequada, preservando o seu bem-estar físico e mental, e utilizando técnicas e ferramentas adequadas, nossos negócios podem ser adversamente afetados e podemos ter dificuldades em implementar nossa agenda de crescimento.

Por fim, greves e outras paralisações ou interrupções trabalhistas em uma ou mais unidades pode afetar de forma adversa nossas atividades.

a.17- Dependemos do sistema público e privado de infraestrutura logística para enviar nossos produtos para nossas instalações e consumidores.

Dependemos da operação contínua da infraestrutura logística pública e privada, incluindo estradas, aeroportos, portos (já que nossas importações são geralmente transportadas por mar) e todos os outros meios logísticos utilizados por nossos prestadores de serviços e fornecedores para entregar nossos produtos às nossas instalações e consumidores.

A ocorrência de qualquer evento adverso, como greves, problemas logísticos, aumento no preço de combustíveis, fechamento de fronteiras, restrições de deslocamento locais, eventos climáticos externos, incêndios, inundações e roubo, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades de infraestrutura ou operações de transporte ou qualquer falha no transporte de produtos entre nossas instalações, fornecedores ou consumidores, por qualquer motivo, podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, prejudicar a demanda e os preços dos produtos, impedir ou atrasar entregas, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

A eficiência de nossas importações depende de inspeções eficientes nas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais, entre outros fatores. Essas inspeções podem ter atrasos devido a vários motivos, incluindo: (i) a qualidade das informações e da documentação preparadas e necessárias para a liberação das mercadorias, (ii) greves de agentes; (iii) aumento da demanda que pode exceder a capacidade de processamento dos agentes, (iv) falta de recursos para desenvolver operações ou contratar outros agentes, ou (v) mudanças nas regulamentações ou implementação de regulamentos que possam aumentar a burocracia envolvida nessas inspeções ou exigem uma análise mais completa das mercadorias que passam pelas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais. No caso de inspeções serem substancialmente mais lentas, o fluxo de mercadorias será reduzido.

Por fim, a adoção de uma matriz de transportes com alta dependência dos Correios ou de outro parceiro com baixa capacidade ou sem flexibilidade poderia levar ao atraso na entrega de nossos produtos, prejudicando diretamente nossa reputação e incentivando nossos clientes a buscar produtos alternativos em nossos concorrentes, podendo, assim, afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.18- O nosso sortimento de produtos de confecção é dependente de operações de importação, sujeitas a flutuações cambiais, mudanças de legislação e instabilidades geopolíticas.

De acordo com nossas estimativas, aproximadamente 20% das compras de nossos produtos são importadas, de modo que tenhamos um maior sortimento de produtos de confecção. Importamos de vários países do Oriente e da América do Sul, diretamente ou através de um acordo de fornecimento com uma parte relacionada com base em Hong Kong, que é a responsável pela compra e serviços de controle de qualidade e desenvolvimento de amostras de produtos importados do Oriente (“C&A Sourcing”). Para mais informações sobre o contrato entre nós e a C&A Sourcing, ver seção 11 deste Formulário de Referência sobre transações entre partes relacionadas.

Podemos estar sujeitos a um impacto negativo sobre este sistema com um consequente impacto adverso no fornecimento de nossos produtos importados, se nós ou a C&A Sourcing enfrentarmos dificuldades em cumprir com as regulações (novas ou existentes) relacionadas a matéria aduaneira, fiscal e/ou comercial.

Ainda, o preço de venda praticado é influenciado pela taxa de câmbio dos países nos quais adquirimos tais produtos, e no caso de uma depreciação do real em relação à moeda de tais países ou do dólar dos EUA ou das moedas desses países em relação ao dólar dos EUA, podemos não ser capazes de repassar os custos mais elevados para nossos clientes, reduzindo nossas margens ou mesmo inviabilizando a venda de alguns bens ou, se repassados, esses custos adicionais podem tornar nossos produtos menos atraentes para nossos clientes, resultando em um impacto adverso em nossos resultados operacionais.

Por fim, mudanças nas regras de comércio internacional entre os países que importamos e o Brasil, bem como medidas restritivas por parte de autoridades governamentais (como: *lockdown* e fechamento de postos aduaneiros) ou instabilidades geopolíticas (como: guerras, fechamento de fronteiras, sanções econômicas), podem afetar a disponibilidade de produtos não fabricados localmente ou alterar os custos envolvidos, com consequente impacto em nossos estoques e vendas.

a.19- Nossos negócios podem ser impactados por interrupção das atividades de distribuição e pela nossa capacidade de adotar uma matriz de transportes mais moderna e flexível.

Atualmente, temos quatro centros de distribuição em funcionamento, sendo dois localizados em São Paulo, um no Rio de Janeiro e um em Santa Catarina, e lojas atuando como hub para operação do *ship from store*. Se a operação normal de um desses centros de distribuição ou de alguma loja hub for interrompida por qualquer motivo, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que poderia gerar um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, nossa agenda de crescimento inclui a abertura de novas lojas e aumento da participação das vendas por meio digital, o que pode demandar uma expansão na nossa capacidade de distribuição, uma reorganização de nossos centros de distribuição atuais, o estabelecimento de novos centros de distribuição e lojas hub. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consigamos integrar novas unidades de distribuição (centros ou hubs) ou expandir os existentes, ou adequar os serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques

4.1 Descrição dos fatores de risco

de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

a.20- Dependemos da eficácia e assertividade das nossas campanhas de marketing, publicidade, de mídia e de relacionamento com nossos clientes.

Nosso negócio dedica recursos significativos para campanhas publicitárias, de marketing, de mídia e de relacionamento, a fim de promover a manutenção de clientes atuais, de atrair novos clientes e de movimentar nossos canais de vendas. Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas e atraírem a atenção dos clientes, nossas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e talvez não consigamos fortalecer nossa marca como esperado. Consequentemente, nossos resultados operacionais e condição financeira podem ser adversamente afetados.

Além disso, se não formos capazes de identificar tempestivamente mudanças no comportamento e preferências do consumidor, de buscar novas plataformas digitais ou de adequar rapidamente nossas campanhas, podemos ser adversamente afetados.

a.21- Nossa estratégia de operação é dependente da locação de propriedades de terceiros.

Nós alugamos todas as propriedades em que se encontram nossas lojas, centros de distribuição e escritório central. Nós podemos ser adversamente afetados se não conseguirmos negociar com sucesso os contratos de locação em condições aceitáveis, ou se os contratos de locação em localidades consideradas como relevantes não forem renovados. Ainda, caso não seja possível descontinuar o contrato de locação para uma propriedade que não traga o retorno esperado, o negócio pode ser impactado adversamente.

Nós podemos ser obrigados a desocupar uma propriedade, se não conseguirmos chegar a um acordo na renovação, ou se caso nosso locador venda sua propriedade e nós não consigamos alcançar um acordo com o novo proprietário. Portanto, a perda de qualquer uma de nossas localizações estratégicas, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas lojas ou centros de distribuição, pode afetar adversamente nossas operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossa marca.

a.22- Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas e centros de distribuição.

Dependemos de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), relacionados à operação e à localização dos nossos centros de distribuição, lojas e escritório central. Grande parte desses documentos possui prazo de validade e deve ser renovada de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras), juntamente com o tempo de resposta de certos órgãos administrativos, podemos ser incapazes de obter ou renová-los em tempo hábil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A nossa estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas lojas e centros de distribuição existentes, se não conseguirmos abrir e operar novas lojas e centros de distribuição, ou se um acidente afetar adversamente uma loja enquanto essa estiver com uma licença pendente, em consequência da não obtenção, renovação ou suspensão de registros, autorizações, licenças e alvarás.

A não obtenção, a não renovação ou a suspensão temporária de registros, autorizações, licenças e alvarás poderá (i) resultar em autos de infração, (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas, (iii) nos impedir de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, (iv) resultar no fechamento das nossas lojas e centros de distribuição, (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (vi) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

a.23- Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nossos negócios, condição financeira e/ou resultados operacionais.

Somos, e podemos vir a ser no futuro, réus em processos judiciais e/ou administrativos, seja nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras. Não podemos garantir que os resultados de quaisquer destes processos serão favoráveis a nós ou aos membros de nossa administração, ou, no caso de procedimentos que somos parte, que mantemos ou que manteremos provisionamento, no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos.

Adicionalmente, estamos sujeitos à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão nos autuar e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais contra nós. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem a nossa marca ou habilidade de executar nossas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Para informações sobre os processos judiciais e administrativos, ver seção 4.4 até a 4.7 deste Formulário de Referência.

a.24- A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual, ou a infração da propriedade intelectual de terceiros, pode ter impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

O uso não autorizado ou outra forma de apropriação indébita das marcas por nós utilizadas pode diminuir o valor da marca “C&A”, do nosso negócio ou nossa reputação e causar um declínio nas nossas vendas. Similarmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós sobre as marcas por nós utilizadas, mesmo sem mérito, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso, causando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licenciamento. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros por nós pode ter um efeito negativo em nossos resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.25- Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e controles internos poderão afetar adversamente nossos negócios.

As nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

a.26- Nossas apólices de seguro podem não cobrir adequadamente todas as perdas e responsabilidades a que estamos sujeitos, o que afetaria os nossos negócios e as nossas condições financeiras adversamente

Nossas apólices de seguro são contratadas no exterior pela COFRA Holding AG (“COFRA”) e personalizados junto a seguradoras estrangeiras, sendo que suas subsidiárias locais emitem tais apólices de acordo com as negociações e com as práticas comuns de mercado local. Caso tenhamos a necessidade de contratar localmente alguma apólice de seguro, podemos não ser capazes de manter/renegociar ou obter o tipo requerido de seguro e a cobertura financeira requerida por um preço razoável.

Certos tipos de risco não estão garantidos por tais apólices, como por exemplo: guerra, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais, caso fortuito, cyber ataques, força maior ou parada de certas atividades. Portanto, se qualquer desses eventos ocorrer, podemos incorrer em custos adicionais, que podem afetar adversamente os resultados de nossas operações.

Em relação a qualquer sinistro coberto por uma apólice de seguro, não podemos garantir que quaisquer pagamentos que venhamos a receber nos termos das apólices que temos contratadas será suficiente para cobrir os danos resultantes de tal sinistro. Em uma eventual responsabilidade significativa para a qual não estejamos segurados, nossos negócios, condição financeira e resultados das operações podem ser negativamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.27- Aquisições e investimentos em novas empresas e negócios, bem como a incapacidade de produzir os resultados esperados de uma aquisição ou investimento, ou de integrar plenamente uma empresa adquirida, podem impactar adversamente nossos negócios.

Podemos eventualmente adquirir ou investir em empresas ou negócios. O sucesso de referidas aquisições ou investimentos se baseia na nossa capacidade de estabelecer premissas precisas relativas à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento, à integração e a outros fatores relacionados aos respectivos negócios. Não podemos garantir que as nossas aquisições ou investimentos produzirão os resultados que esperamos no momento em que celebramos ou concluímos uma determinada operação. Além disso, as novas aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio do nosso capital e da atenção da nossa administração de outras oportunidades de negócios. Podemos não conseguir integrar com sucesso as operações que adquirimos, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais, o que pode impactar adversamente nossos negócios. A integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os nossos resultados operacionais de maneira adversa.

a.28- Fazemos uso de marcas que são propriedade de um de nossos acionistas controladores, COFRA, e estamos sujeitos aos termos desse contrato de licenciamento de uso da marca.

Um de nossos acionistas controladores, COFRA, é proprietário da marca “C&A”, de outras marcas/patentes e de domínios relevantes usadas por nós, que foram licenciadas a nós mediante a celebração de um contrato de licenciamento de uso.

Nos termos desse contrato, temos diversas obrigações e, caso haja descumprimento relevante, este poderá ser rescindido e não mais produzirá efeitos e, conseqüentemente, nós perderemos o direito de usar a marca “C&A” e outras marcas relevantes em nossas operações, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais. Para mais informações sobre o contrato de licença celebrado entre nós e a COFRA, ver seção 1.6(c) deste Formulário de Referência.

a.29- Nós podemos não obter sucesso em nossas estratégias de negócios e inovações.

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas estratégias de negócios depende de uma série de fatores, tais como: (a) condições políticas e econômicas nacionais; (b) manutenção de leis e regulamentos existentes, em especial aqueles relacionados ao setor de gestão e análise de dados; (c) manutenção dos custos de operação; (d) desenvolvimento de infraestrutura tecnológica; (e) aumento da eficiência operacional; e (f) criação de novos produtos.

A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas novas estratégias e inovações diante de alterações nas circunstâncias acima, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

a.30- Nosso ritmo de crescimento de vendas pode não se manter o mesmo.

Os fatores mais importantes para o crescimento de nossas vendas são os seguintes: (i) apelo de nossas marcas; (ii) capacidade de antecipar e atender às diferentes tendências da moda e de consumo em tempo hábil; (iii) capacidade de executar nossa estratégia digital; (iv) atração de novos clientes e manutenção dos atuais; (v) confiança do consumidor cativo; (vi) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão

4.1 Descrição dos fatores de risco

localizadas; (vii) datas comemorativas (Black Friday, Natal, Dia dos Namorados, entre outras); (viii) atualização de nossas políticas de fidelidade e marketing; (ix) concorrência, (x) datas festivas; e (xi) variações climáticas. A alteração de quaisquer dos itens indicados acima pode impactar negativamente o ritmo de crescimento de nossas vendas e, conseqüentemente, os nossos negócios e resultados operacionais.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

b.01- Nós somos controlados por nosso Controlador indireto, COFRA, cujos interesses podem conflitar com os dos demais acionistas.

Nós somos controlados indiretamente pela COFRA. Nossos acionistas controladores terão o direito de exercer seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, controlar nossa administração e políticas, para determinar o resultado de quase qualquer ação que requeira aprovação dos acionistas, incluindo, mas não limitado a transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, disposições de ativos, parcerias e pagamento e tempestividade de dividendos futuros, que podem conflitar com os interesses de outros acionistas.

Nossos acionistas controladores podem estar interessados em buscar aquisições, alienações de ativos, parcerias ou buscar financiamento adicional, entre outras transações, que possam entrar em conflito com os interesses de nossos demais acionistas. Além disso, nossos acionistas controladores podem impedir ou postergar certas transações ou estratégias de negócios que nossos outros acionistas possam ver de maneira favorável.

Adicionalmente, qualquer desenvolvimento social, econômico ou político desfavorável à Suíça ou à Luxemburgo, onde a sede de nossos controladores diretos e indiretos é localizada, pode impor regulações adicionais para termos de cumprir e levar a um efeito negativo em uma ou mais das marcas da C&A que usamos em nossos negócios no Brasil, o que pode causar deterioração no valor de tais marcas e, conseqüentemente, nos nossos resultados operacionais.

b.02- Nós podemos continuar nosso envolvimento em uma variedade de transações com nossos acionistas controladores, COFRA, e outras companhias do Grupo COFRA.

Precisaremos continuar nosso envolvimento em uma variedade de transações que nos envolve aos nossos acionistas controladores e outras companhias do Grupo COFRA por algum tempo, incluindo o fornecimento de uma variedade de serviços, acordos de compartilhamento de custos, bem como o fornecimento de produtos e negociações com fornecedores internacionais, entre outros.

Para alcançar nossa estratégia de negócios, podemos precisar começar a realizar transações previamente executadas por nossos acionistas controladores e outras companhias do Grupo COFRA, nos levando a despesas ou investimentos adicionais, que podem afetar negativamente nossos resultados financeiros.

b.03- Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de nossas ações.

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a Legislação Societária Brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso Conselho de Administração poderá

4.1 Descrição dos fatores de risco

determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento e nossos acionistas escolham não distribuir dividendos.

b.04- Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Podemos levantar recursos adicionais no futuro por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações emitidas por nós. Os recursos que captamos por meio da distribuição pública de ações ou títulos convertidos em ações podem ser obtidos com a exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, incluindo investidores em nossas ações ordinárias, conforme previsto na Legislação Societária Brasileira, o que pode diluir a participação de nossos acionistas. Além disso, uma diluição da participação de nossos acionistas em nossas ações ordinárias pode ocorrer no caso de uma fusão, consolidação ou qualquer outro evento corporativo de efeito similar em relação a empresas que possamos adquirir no futuro.

c. suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

d. seus administradores

d.01- Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos judiciais ou administrativos que envolvam administradores da Companhia podem ter um efeito adverso relevante sobre esta.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos e judiciais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, que não tenham relação com a Companhia, porém cuja instauração e/ ou resultados podem afetá-los negativamente, impactando negativamente a reputação da Companhia direta ou indiretamente, e especialmente caso sejam condenados em processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia.

O envolvimento de nossos administradores em processos que prejudiquem nossa imagem, ou decisões que sejam contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que nos impedem de conduzir nossos negócios conforme planejado originalmente, pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Não temos como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos de eventuais investigações em curso ou alegações envolvendo a diretores, empregados ou membros do Conselho de Administração. Caso surjam investigações, alegações ou desdobramentos, a reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das ações da Companhia, poderão ser adversamente afetados.

d.02- A perda de membros da administração da Companhia poderá ocasionar um efeito adverso relevante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A capacidade da Companhia em manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por sua administração. A perda de membros da administração da Companhia pode prejudicar suas operações e ter um efeito adverso em seus negócios e, consequentemente, os resultados operacional e financeiro. Em caso de renúncia de membros da administração da Companhia, esta pode não ser capaz de manter sua cultura ou substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação.

e. seus fornecedores

e.01- Podemos ser afetados negativamente se nossa cadeia de fornecimento não cumprir as leis e regulamentações ambientais vigentes.

Nossa cadeia de fornecimento de produtos de confecção, desde a plantação de algodão até a produção de roupas, está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente, inclusive em relação ao uso de químicos, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos, como regras em relação ao tratamento de efluentes e outros.

O descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação ambiental pelas partes diretas ou indiretas pode nos sujeitar a riscos reputacionais e comprometer a gestão de estoques, caso multas e penalidades sejam aplicadas, ou mesmo se as licenças forem revogadas, de uma ou mais das partes, direta ou indiretamente, envolvida em nossa cadeia de fornecimento de produtos.

e.02- Não podemos garantir que nossos fornecedores, prestadores de serviços ou parceiros de *marketplace* não se envolvam em práticas irregulares, tenham condições de trabalho inadequadas ou desrespeitem direitos humanos.

São aplicáveis à nossa cadeia de fornecimento inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

Dada a capilaridade e a diversidade de nossos fornecedores, resultado da terceirização de nossa cadeia de produção, prestadores de serviços e parceiros de *marketplace*, não podemos garantir que eles não terão problemas relacionados às condições de trabalho de seus funcionários, contratados e subcontratados, respeito a segurança, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto.

Se algum de nossos fornecedores, prestadores de serviços ou parceiro de *marketplace* se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, nossa reputação pode ser prejudicada e, consequentemente, a percepção de nossos clientes sobre nossos produtos pode ser afetada negativamente, causando, assim, uma redução nas vendas líquidas e nos resultados das operações, bem como no preço de negociação das nossas ações ordinárias.

e.03- Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

4.1 Descrição dos fatores de risco

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

e.04- Aumentos significativos nos custos de nossos fornecedores podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.

A maioria dos nossos fornecedores é formada por sociedades comerciais de pequeno e médio portes, mais suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais, principalmente no caso de uma crise econômica ou mudanças em políticas econômicas. Alguns fatores, inclusive macroeconômicos e o “custo Brasil”, podem levar nossos fornecedores a aumentar os preços de suas mercadorias para compensar custos, como futuros aumentos na inflação ou de tributos, por exemplo. Não podemos prever se seremos capazes de repassar qualquer aumento dos custos da mercadoria para nossos consumidores, de modo que um aumento de custos poderá refletir negativamente em nossos negócios, resultados operacionais e valor de nossas ações.

e.05- Podemos estar sujeitos a suspensão, temporária ou permanente, de entregas/serviços por falta de mão de obra qualificada ou pela descontinuidade da atividade empresarial do terceiro.

Nossa cadeia de fornecimento ou nossos prestadores de serviços podem experimentar dificuldade na contratação e manutenção de mão-de-obra qualificada, o que pode gerar a redução ou descontinuidade na produção dos produtos que revendemos em nossas lojas ou na prestação de serviços, podendo afetar adversamente nossos resultados.

Além disso, caso ocorram suspensões ou atrasos, temporários ou permanentes, devido a problemas econômicos ou técnicos, como a insolvência de um terceiro ou por falta de liquidez, a nossa capacidade de entregar produtos e serviços de qualidade aos nossos clientes e em tempo hábil pode ser afetada adversamente, levando à queda de vendas e a efeitos adversos nos nossos negócios, na nossa condição financeira e nos resultados das nossas operações.

f. seus clientes

f.01- Nossos clientes são sensíveis a diminuições no poder de compra e a ciclos econômicos desfavoráveis, o que influencia diretamente o seu comportamento de compra.

Historicamente, a queda de gastos de nossos clientes tem estado relacionada a períodos de desaquecimento econômico. O sucesso de nossas operações depende, dentre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam a renda do consumidor, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários.

Um revés econômico poderia reduzir consideravelmente os gastos do consumidor e sua renda disponível, o que teria efeitos negativos em nossas vendas, resultado operacional e desempenho financeiro em geral.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer efeito negativo em nosso desempenho financeiro provavelmente levaria a uma queda no preço de mercado de nossas ações ou de nossa capacidade de honrar com obrigações assumidas perante terceiros, inclusive de pagar dívidas contratadas.

f.02- Precisamos identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas preferências dos consumidores e nas tendências da moda.

O sucesso de nossas vendas e resultados de operações depende da nossa capacidade de gerenciar nosso inventário, bem como identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado e da moda (incluindo design, estilo, qualidade, produção, merchandising e preços dos produtos) e preferências dos nossos clientes. Se não gerenciarmos nosso inventário com precisão, nos mantermos atualizados com as tendências mais recentes ou ajustarmos nossos produtos com êxito às preferências dos clientes, isso poderá resultar em uma redução nas vendas devido a excesso de estoque, estoque de má qualidade ou desatualizado e oportunidades perdidas da indisponibilidade de outros produtos e, portanto, pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem de nossas marcas.

f.03- Nós incorremos em riscos pela oferta de crédito aos nossos clientes com o C&A Pay.

O C&A Pay é uma das alavancas estratégicas para ofertar créditos aos nossos clientes. É parte da nossa estratégia aumentar o percentual de vendas pagas por clientes utilizando o C&A Pay e, conforme expandirmos e escalarmos os nossos produtos e serviços, nossos níveis de inadimplência podem aumentar. Quaisquer eventos que possam afetar a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações em relação ao crédito a eles concedido, poderão resultar em perdas para a C&A. Ao mesmo tempo, nossos clientes podem optar por produtos ou serviços mais atrativos de nossos concorrentes, caso não tenham produtos semelhantes à disposição ou na rapidez esperada pelos nossos clientes.

f.04- Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros da parceria foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para venda ou uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas, entre outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade. Ademais, nossa defesa em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode

4.1 Descrição dos fatores de risco

afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

g.01- O segmento de varejo (físico e on-line) é altamente competitivo no Brasil, com concorrentes nacionais e internacionais, o que pode afetar adversamente nossa participação de mercado e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

A concorrência no setor de varejo (físico e on-line) no Brasil é baseada principalmente na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade e promoção, conveniência ou local de armazenamento, segurança e atendimento ao cliente. Nossos concorrentes, incluindo varejistas locais ou internacionais, podem ter maiores recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos ou menores despesas operacionais do que nós.

Nossos concorrentes podem usar políticas de preços ou de descontos agressivas e publicidade para aumentar as vendas durante os eventos comerciais e períodos de pico de vendas.

Nosso negócio é vulnerável a mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos consumidores. Caso não consigamos competir com nossos concorrentes, nossas vendas podem cair, e podemos decidir ou ser obrigados a oferecer descontos maiores a nossos clientes, o que pode reduzir nossos lucros e afetar nossa situação financeira.

Atualmente, há forte concorrência no comércio eletrônico, com o aumento de plataformas de varejo *cross-boarder* atuando no Brasil. Algumas destas plataformas conseguem vender produtos sem o incremento do “custo Brasil” e, por praticarem preços em média 2,5 vezes menor ao consumidor final, têm conquistado relevante *market share* brasileiro.

Ademais, outras empresas do ramo de varejo e comércio eletrônico podem firmar alianças e acordos comerciais que possam fortalecer sua posição competitiva. Na medida em que nossa carteira de clientes cresce e a fidelidade de clientes para diferentes segmentos do mercado on-line aumenta, as empresas desses segmentos podem buscar expandir seus negócios para o setor em que operamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar a natureza competitiva do varejo on-line e esse aumento na concorrência pode reduzir nossas vendas e nossos lucros operacionais.

Além disso, nossos concorrentes, tanto no varejo físico quanto no comércio eletrônico, podem ter mais recursos para desenvolver suas estratégias de tecnologia e marketing do que nós. Na medida em que aumenta o uso da Internet e de outros serviços on-line, os varejistas que operam nesse mercado podem ser adquiridos, receber investimentos ou estabelecer relações comerciais com empresas maiores e mais estabelecidas, que podem ter mais recursos financeiros do que nós, o que poderia nos afetar adversamente.

g.02- O setor de varejo é sensível a reduções no poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor de varejo brasileiro experimentou períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos do consumidor. O sucesso de nossas operações depende de vários fatores,

4.1 Descrição dos fatores de risco

incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário. Nossos resultados operacionais e situação financeira foram e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do produto interno bruto brasileiro, ou PIB. Não podemos garantir que o PIB brasileiro cresça ou permaneça estável. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do Brasil e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais. Além disso, dependemos da taxa de crescimento da população urbana do Brasil e de seus diferentes níveis de renda. Qualquer redução ou desaceleração em tal crescimento pode afetar adversamente nossas vendas e nossos resultados operacionais.

g.03- A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente as condições financeiras no setor do varejo.

A moeda brasileira sofreu variações frequentes e substanciais em relação ao dólar dos EUA e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e aumentos nas taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira, resultando em efeitos adversos e materiais sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Também restringe o acesso aos mercados financeiros internacionais e determina as intervenções do governo, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do real frente ao dólar pode levar a uma redução do consumo e a um crescimento econômico mais lento. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar e outras moedas estrangeiras pode resultar no agravamento da balança comercial brasileira, bem como na desaceleração do crescimento das exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou apreciação do real pode ter um efeito material e negativo sobre o crescimento da economia brasileira, bem como sobre o setor do varejo e os nossos negócios.

g.04- A dependência em vendas de cartão de crédito e financiamento ao consumidor é uma tendência crescente no setor do varejo, de modo que qualquer alteração nas políticas pelos emissores de cartão de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O setor de varejo é relativamente dependente de cartões de crédito como meio de pagamento. A possibilidade de parcelamento (inclusive no crédito rotativo) oferecida por operadoras de cartões de crédito estimula o consumo e, em certa medida, influencia no volume de vendas no setor de varejo. Qualquer mudança nas políticas praticadas no varejo ou pelas operadoras de cartões de crédito, que impossibilitem ou dificultem a disponibilização desse meio de pagamento aos clientes do setor de varejo, poderá afetar nossas receitas e condições financeiras.

Dependemos dos emissores de cartões de crédito para continuar oferecendo aos seus portadores a possibilidade de pagar suas compras em parcelas. Mudanças nas políticas das empresas de cartão de crédito em relação aos planos de parcelamento ou de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Ainda, os varejistas estão sujeitos as taxas que as adquirentes cobram para possibilitar os pagamentos via cartão de crédito. Qualquer alteração nas políticas de relacionamento com as adquirentes, incluindo, por

4.1 Descrição dos fatores de risco

exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais, pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

No passado, o Governo Brasileiro implementou medidas para restringir a demanda doméstica, impondo restrições de crédito a bancos, administradoras de cartão de crédito e setor de varejo, e aumentando a taxa de juros. Caso o governo brasileiro implemente políticas restritivas de crédito ao consumidor, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados pela diminuição significativa da oferta de crédito e planos de parcelamentos pelos emissores do cartão de crédito.

g.05- O setor do varejo tem demandado a adoção rápida de medidas de transformação digital.

A tecnologia empregada no e-commerce e na cultura digital está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar, ou de fazê-lo, de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento do nosso e-commerce pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar o nosso e-commerce e a nossa tecnologia própria ultrapassados e afetar adversamente nossos resultados.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

h.01- Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar e, por fim, a demanda do consumidor por nossos produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Não podemos garantir que os benefícios fiscais que recebemos serão mantidos ou renovados. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou se nossos benefícios fiscais forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, nossos negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Para garantir a continuidade desses incentivos durante o prazo, a Companhia deve cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados.

Caso não consigamos cumprir parte ou a totalidade das obrigações, nossos incentivos fiscais ou até autorizações de operação poderão ser suspensos, revistos ou cancelados, inclusive por decisão judicial

4.1 Descrição dos fatores de risco

e/ou administrativa, e poderemos ainda ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para nós.

Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterem os incentivos fiscais de suas subsidiárias operacionais durante ou após seus prazos de vigência poderá afetar adversamente nossos negócios.

Novos incentivos fiscais poderão ser criados depois de encerrado o prazo de vigência dos nossos atuais incentivos fiscais com condições menos favoráveis com relação aos incentivos fiscais atualmente em vigor, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e nossas atividades operacionais. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não sejamos capazes de renová-los, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não sejam tão benéficos a nós em comparação aos que estão atualmente em vigor, seremos igualmente afetados de maneira relevante e adversa.

Diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, pode haver risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente nossos negócios.

No mais, eventual alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente às atividades da empresa, mas o setor como um todo.

Ainda no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, foi publicada a Lei Complementar 160/2017 (“LC 160/2017”) e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivam a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação:

- Até 31 de dezembro de 2032: Agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano;
- Até 31 de dezembro de 2025: Atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio exterior, incluindo a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador;
- Até 31 de dezembro de 2022: Manutenção e incremento de atividades comerciais, desde que o benefício seja para o real adquirente da mercadoria;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Até 31 de dezembro de 2020: Operações e prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura;
- Até 31 de dezembro de 2018: Demais setores.

Caso as regras de convalidação não sejam cumpridas pelos estados, não se pode descartar a possibilidade de as Fazendas Estaduais virem a exigir valores de ICMS da Companhia. De acordo com as informações públicas disponíveis, até o momento, os estados nos quais a Companhia possui benefícios fiscais têm cumprido as regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

h.02- A regulamentação da internet e do comércio eletrônico está em constante atualização e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o nosso negócio e de nossas controladas.

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

h.03- Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade ou tratar adequadamente das questões de privacidade, divulgando informações confidenciais ou sensíveis que possam prejudicar nossos negócios e reputação.

A Constituição Federal, a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e o Decreto nº 8.771/16 são as principais leis que regem o uso de dados pessoais no Brasil. Entre outros requisitos, para que os dados pessoais sejam coletados e usados, quando através de provedores, precisamos obter o consentimento prévio, expresso e informado do titular dos dados. Não obstante estas disposições, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), que entrou em vigor em 16 de agosto de 2020, foi promulgada para regular o tratamento de dados pessoais. Como coletamos, armazenamos, processamos e usamos informações pessoais de funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e clientes, além de outros dados de usuários, em nossos negócios, devemos cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais. Um risco significativo associado ao nosso negócio, particularmente em nossa plataforma de comércio eletrônico e campanhas de marketing e relacionamento com cliente em geral, é a transmissão e o armazenamento seguro de dados pessoais em nossos sistemas ou no de terceiros por nós contratados.

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode nos afetar adversamente. Devemos garantir que qualquer tratamento, coleta, uso, armazenamento,

4.1 Descrição dos fatores de risco

compartilhamento, transferência e descarte de dados pessoais pelos quais somos responsáveis estejam em conformidade com as leis aplicáveis de proteção de dados.

h.04- Podemos ser afetados substancialmente por violações à Lei Anticorrupção e leis semelhantes.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode nos levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar de modo adverso nossos negócios, imagem e condição financeira.

h.05- As instituições que oferecem serviços financeiros no Brasil estão sujeitas a mudanças regulatórias por parte do Banco Central.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições brasileiras que oferecem serviços financeiros está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas. Não possuímos controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas às nossas atividades, incluindo as relativas a requerimentos de capital mínimo, investimento em capital fixo, limites e outras restrições de crédito, gestão de riscos, contábeis e estatísticos, dentre outros. Tais mudanças podem afetar de forma adversa nossas operações e rendimentos.

h.06- Os serviços de oferta de crédito no Brasil estão sujeitos a mudanças regulatórias por parte do Conselho Monetário Nacional.

O Governo Federal define, por meio de órgão competente, mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.549, de 26 de janeiro de 2017, determinando que o saldo da fatura de cartão de crédito, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade “crédito rotativo” até o vencimento da fatura subsequente. Decorrido esse prazo, o saldo poderá ser financiado apenas na modalidade “crédito parcelado” e desde que em condições mais vantajosas para o cliente. Essa medida, assim como outras mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, pode implicar na redução de nossas receitas financeiras decorrentes dos juros praticados em tais operações e afetar nossos resultados.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Não temos operações em países estrangeiros, mas devido ao uso por nós e por outras companhias internacionais do Grupo COFRA das marcas C&A, que são amplamente conhecidas no Brasil, qualquer

4.1 Descrição dos fatores de risco

publicidade negativa ou comentários negativos a respeito de outras companhias controladas, ou associadas com a COFRA globalmente pode ter um efeito negativo em uma ou mais das marcas C&A e marcas que utilizamos no Brasil, o que pode deteriorar o valor de tais marcas e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

j. questões sociais

j.01- Nossa incapacidade de implementar medidas sociais voltadas para os nossos stakeholders e para as comunidades em que estamos inseridos, com a promoção de respeito, diversidade e inclusão, poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Nos últimos anos, os órgãos do mercado de capitais, o Banco Central do Brasil, o público investidor e a sociedade civil têm se mostrado cada vez mais atentos à adoção das empresas de práticas ASG (ou ESG), onde: (i) Ambientais, com a implementação de medidas visando à redução de impacto ao meio ambiente; (ii) Sociais, com o cuidado de seus colaboradores, fornecedores e da comunidade de sua influência; e (iii) de Governança, com ações voltadas à aplicação eficiente e com responsabilidade dos recursos financeiros e humanos.

No que tange ao aspecto Social, a implementação eficaz de práticas sociais depende da identificação contínua, dinâmica e sistemática, bem como de minucioso entendimento das principais características e demandas dos stakeholders com os quais a Companhia se relaciona e interage, e com as comunidades que ela influencia, de modo a avaliar os potenciais riscos e impactos gerados por suas operações sobre tais pessoas e comunidades.

Caso a Companhia não seja capaz de implementar medidas sociais eficazes para seus públicos e nas comunidades onde atua, incluindo a realização de treinamentos periódicos com seus funcionários, implementação de processos internos específicos, contratação e alocação de times dedicados a esse tema, e inserção de medidas coercitivas com o objetivo de evitar que seus stakeholders venham a praticar atos que não estejam alinhados com os pilares do respeito, da diversidade e inclusão, a sua reputação e, consequentemente, a percepção de seus clientes sobre a Companhia poderão ser negativamente afetadas, o que pode afetar adversamente resultados das suas operações.

j.02- Uma rápida e massiva disseminação de doença infecciosa, com propagação e duração incertas, pode afetar negativamente a operação de nossos negócios.

Nossas operações podem ser adversamente afetadas no caso de uma propagação rápida e maciça de doença infecciosa (vírus, parasitas, fungos ou bactérias), como a COVID-19, que causem um contágio descontrolado, resultando em uma epidemia ou pandemia com perda de vidas e perturbação econômica. Tal evento levaria a adoção de medidas restritivas por parte de autoridades governamentais (no Brasil e exterior), com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, fechamento de fronteiras e postos aduaneiros, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Tais medidas poderiam levaria a interrupções não planejadas das nossas operações e até a suspensão de nossas atividades, o que pode

4.1 Descrição dos fatores de risco

reduzir ou até zerar as nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios e as condições financeiras da Companhia.

Ainda, tal evento poderia levar a uma mudança de comportamento e queda na frequência de consumidores em nossas lojas físicas, impactando negativamente as nossas vendas.

Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, por motivo de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado, a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

O alcance do impacto de tal evento sobre nossos negócios e resultados operacionais depende da duração e a rapidez de transmissão, que normalmente são incertos e imprevisíveis, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e das ações tomadas para contê-lo, entre outras.

Por fim, mesmo após a eventual diminuição da propagação da doença, uma recessão e/ou desaceleração econômica pode ocorrer, aumentando o desemprego e podendo resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes, o que pode levar a uma redução da demanda pelos produtos que oferecemos.

O fechamento de fronteiras e postos aduaneiros, como medida para conter o avanço da COVID-19, como foi o caso do porto de Xangai em abril de 2022 pelo governo chinês, coloca cadeia de suprimentos global em xeque e os impactos de tal evento nos estoques e consequente vendas da companhia, se existentes, são desconhecidos.

Não é possível garantir que novos surtos regionais e/ou globais de doenças infecciosas, conhecidas ou não, não acontecerão novamente. E, caso aconteçam, também não é possível garantir que nós sejamos capazes de impedir um impacto negativo em nossos negócios de dimensão igual ou superior a eventuais impactos já sofridos em surtos (ondas) anteriores, como as da pandemia da COVID-19 ocorridas até a emissão deste Formulário.

j.03- Eventual instabilidade geopolítica ou eventos que degradem a coesão social, como guerras, sanções, movimentos migratórios involuntários, podem nos afetados adversamente.

Nossas operações podem ser afetadas adversamente por conta de movimentos que perturbem a estabilidade social, como: guerras, ataques terroristas, conflito/tensão entre nações, sanções econômicas, protestos, ondas de migração involuntária. A perda de capital social, fechamento de fronteiras, e fratura nas redes sociais podem impactar negativamente a estabilidade social, o bem-estar individual e a produtividade econômica, como resultado de raiva pública persistente, desconfiança, divisão, falta de empatia, marginalização de minorias, polarização política, guerra, entre outros. Adicionalmente, o aumento de casos de doenças e/ou distúrbios de saúde mental, como ansiedade, demência, depressão, solidão, estresse, entre outros, impacta negativamente o bem-estar, a coesão social e a produtividade.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, o desengajamento dos jovens e falta e/ou perda de confiança nas estruturas econômicas, políticas e sociais existentes, podem também impactar negativamente a estabilidade social, o bem-estar individual e a produtividade econômica, podendo afetar adversamente os nossos negócios.

Tais eventos ameaçam a segurança da população e estabilidade social podem levar a interrupções significativas ou redução de nossas atividades, e ainda podem atrasar ou afetar nossa capacidade de adquirir e distribuir nossos produtos, impedir ou atrasar entregas, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

Os eventos geopolíticos em curso em abril de 2023, como: a guerra prolongada entre Ucrânia e URSS, a tensão nas relações políticas da China (com os EUA, Taiwan e Hong Kong), colocam mais uma vez as relações internacionais e a economia global em momento delicado. Os impactos de tais eventos nas operações da companhia e no mercado financeiro, em sua totalidade, ainda são desconhecidos.

k. questões ambientais

k.01- Podemos estar sujeitos a leis e regulamentos ambientais e eventuais descumprimentos podem afetar adversamente a nossa reputação e posição financeira.

A Companhia está sujeita a uma vasta legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente e especialmente ao processo de licenciamento ambiental e gestão da sua operação de lojas e centros de distribuição. Entre outras obrigações, a legislação estabelece exigências e padrões de licenças ou autorizações ambientais no que se refere a efluentes, gases refrigerantes, gestão de resíduos sólidos e áreas protegidas. A Companhia incorre em despesas para prevenção, controle, redução ou eliminação de liberações de poluentes no ar, solo e água, bem como descarte e manejo de resíduos em seu escritório central, lojas e centros de distribuição.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades criminais e/ou administrativas (Companhia e/ou seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e autoridades governamentais que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância à legislação.

Ademais, a Companhia não pode assegurar que essas leis e regulamentos não se tornarão mais rigorosos. Nesse caso, talvez a Companhia seja obrigada a aumentar, significativamente, seus investimentos e custos visando cumprir as referidas leis e regulamentos ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar significativa e adversamente a Companhia.

k.02- Podemos ser impactados pela incapacidade de reduzirmos impactos ambientais na confecção de nossos produtos (circularização dos produtos, materiais sustentáveis, uso consciente de recursos naturais, redução de químicos, tratamento de resíduos poluentes).

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os nossos stakeholders e o mercado consumidor estão repensando seus hábitos e se tornando mais conscientes dos impactos gerados pela indústria têxtil ao meio ambiente, como: poluição de águas e solo, uso excessivo de químicos, descarte inadequado de tecidos e peças de roupas, entre outros.

Assim, a Companhia tem o desafio de adotar práticas cada vez mais sustentáveis em suas operações – como a circularização de produtos, adoção de materiais primas sustentáveis, uso consciente de recursos naturais, diminuição de ciclos de lavagem, redução do uso de químicos, tratamento adequado de resíduos poluentes, entre outros – o que pode trazer uma maior complexidade de requisitos para a sua cadeia de fornecimento e levar a custos adicionais, que não temos como prever se poderemos repassar para nossos consumidores, causando um efeito adverso nos nossos resultados financeiros.

k.03- Podemos sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por nossas operações.

A Lei nº 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, somos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos gerados em nossas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por nossas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre nossas atividades e o dano ambiental. Penalidades podem ser aplicadas se deixarmos de cumprir as condições exigidas, o que afetaria adversamente nossas operações e reputação.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

I.01- Podemos ser afetados por mudanças climáticas extremas e desastres naturais.

Nossa cadeia de fornecimento de produtos de confecção pode ser afetada adversamente por conta de desastres naturais ou mudanças climáticas extremas, como tormentas ou inundações, impactando significativamente a cadeia desde a plantação de algodão até a produção de roupas. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente a nossa gestão de estoques, nossas operações e resultados financeiros.

Adicionalmente, nossa operação de lojas e centros de distribuição pode ser afetada adversamente por conta de desastres naturais ou mudanças climáticas extremas, como tormentas ou inundações, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades, e ainda podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, impedir ou atrasar entregas, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

I.02- O combate aos riscos relacionados às mudanças climáticas exige o aprimoramento contínuo de práticas da Companhia.

As ações de países desenvolvidos, somadas aos interesses de uma nova classe de investidores, têm elevado o foco para questões climáticas e como as empresas têm feito a gestão de possíveis impactos negativos ao negócio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O combate aos riscos relacionados às mudanças climáticas, exige o aprimoramento contínuo de práticas da Companhia e devem ser incorporadas à sua estratégia de operação, assim como a modernização dos equipamentos, fontes de energia mais limpas e o aumento da eficiência energética.

Os padrões vigentes requerem extenso mapeamento e engajamento da cadeia de fornecimento referente a cálculo de emissões, e as metodologias de cálculo atualmente disponíveis seguem padrões internacionais que não refletem a realidade das etapas de produção e abastecimento brasileiros, necessitando assim de adequações e articulações institucionais para padronização e acuracidade na apuração e objetivos eventualmente assumidos. Em caso de eventuais adequações, a Companhia poderá ser obrigada a aumentar, significativamente, seus investimentos e custos, o que poderá levar a desembolsos significativos pela Companhia.

Ademais, a Companhia faz uso de gases refrigerados nos sistemas de refrigeração em seu parque de lojas, centros de distribuição e escritório central. A manutenção requerida nos equipamentos e a reposição dos gases resulta em emissões fugitivas que contribuem para as mudanças climáticas. Caso a Companhia venha a ser questionada e eventualmente condenada em decorrência de tais práticas, esta poderá sofrer sanções, além de que poderão afetar adversamente a sua imagem e reputação.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

m.01- Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas ações.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, Europa e outros países afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, nos afetar

4.1 Descrição dos fatores de risco

adversamente. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente e o valor de mercado de nossas ações.

m.02- A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações encerradas e em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro, desvio de dinheiro ou corrupção. Tais investigações tem um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Diversos políticos importantes, incluindo membros atuais e antigos do governo federal brasileiro e do poder legislativo, bem como executivos de alto escalão de grandes corporações e empresas estatais no Brasil, foram presos, condenados por várias acusações relacionadas à corrupção, celebraram acordos de confissão com promotores federais e/ou renunciaram ou foram destituídos de seus cargos. Os efeitos das investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados capitais. Não temos controle e não podemos prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Não podemos prever se e por quanto tempo as divisões políticas no Brasil que surgiram nas eleições recentes continuarão e afetarão as futuras eleições. Também não está claro quais efeitos, se houver, terão tais divisões políticas na capacidade do Presidente de governar o Brasil e implementar reformas.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em um impasse do Congresso, agitação política e protestos em massa e/ou greves que poderiam afetar adversamente nossas operações. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às nossas ações ordinárias.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à oscilação global nos preços das commodities. O atual governo federal brasileiro deve propor termos gerais de reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o governo brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas específicas adicionais. Até a data da emissão deste Formulário de Referência, muitos dos gastos públicos propostos no

4.1 Descrição dos fatores de risco

orçamento do Brasil foram mantidos e não está claro se outras despesas serão reduzidas ou totalmente eliminadas. Se algumas ou todas essas despesas públicas forem mantidas, o Brasil continuará a administrar um déficit orçamentário. Não podemos prever os efeitos desse déficit orçamentário sobre a economia brasileira ou quais políticas o governo federal brasileiro pode adotar ou alterar ou o efeito que tais políticas possam ter sobre nossos negócios e sobre a economia brasileira. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

m.03- A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em julho de 1994. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos em nós.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro pode adotar políticas monetárias que resultaram em alterações nas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente nosso custo de financiamento, incluindo o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e pagamentos de leasing.

m.04- A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre nós.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações

4.1 Descrição dos fatores de risco

significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das nossas ações ordinárias em dólares norte-americanos.

m.05- Qualquer queda no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

O Brasil tem, historicamente, perdido grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch. Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

m.06- Um mercado ativo e líquido para nossas ações ordinárias pode não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez inerente ao mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar significativamente a capacidade dos investidores venderem nossas ações ordinárias pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos político e econômico, incluindo, mas não se limitando, a:

- Mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter retorno total ou parcial sobre seus investimentos; e
- Restrições ao investimento estrangeiro e repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos e União Europeia. Não podemos garantir que, após a conclusão da oferta, haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações pelo preço e tempo desejados. O preço de nossas ações ordinárias pode flutuar significativamente em resposta a vários fatores que estão além

4.1 Descrição dos fatores de risco

do nosso controle. Além disso, o B3 pode ser regulado de forma diferente do que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender suas ações pelo preço e tempo desejados.

Além disso, o preço das ações após uma oferta pública está frequentemente sujeito a volatilidade. Essas características do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias emitidas por nós, pelo preço e no momento desejado. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas por nós não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de nossas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

a.01- Nossa agenda de crescimento depende da demanda por nossos produtos, que está sujeita a riscos de variações climáticas, sazonalidade, mudanças nas preferências dos consumidores, tendências de moda e gerenciamento de estoque.

a.02- Nossa estratégia de concessão de crédito pode ser adversamente afetada pelo aumento da inadimplência de clientes de nossos serviços e produtos financeiros.

a.03- As elevadas taxas de juros podem afetar adversamente nosso grau de endividamento.

f.01- Nossos clientes são sensíveis a diminuições no poder de compra e a ciclos econômicos desfavoráveis, o que influencia diretamente o seu comportamento de compra.

g.01- O segmento de varejo (físico e on-line) é altamente competitivo no Brasil, com concorrentes nacionais e internacionais, o que pode afetar adversamente nossa participação de mercado e, consequentemente, nossos resultados operacionais

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

As atividades da Companhia e de sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros. Um dos exemplos é o risco de mercado, o qual é composto pelo risco cambial e pelo risco de taxa de juros.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que ocorra a flutuação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro em razão das variações nos preços de mercado, e estão sujeitos a três categorias de riscos: (i) risco de taxas de juros; (ii) risco cambial; e (iii) risco de preço, o qual pode se referir a commodities, ações, entre outros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

A companhia busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% dos empréstimos estão no mercado de renda fixa e indexados ao CDI.

A administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários para próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 31 de dezembro de 2022 (CDI anualizado 13,67%).

A análise de sensibilidade da tabela abaixo foi desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador atualmente utilizado nas aplicações financeiras e empréstimos contratados pela Companhia, e apresenta seus impactos no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Consolidado								
Risco	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros		
				Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	
Aplicações financeiras(i)	Baixa CDI	1.621.779	CDI	216.491		270.614	324.73	162.368 108.245
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(2.150.832)	CDI	(294.019)		(367.524)	(441.029)	(220.514) (147.009)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(529.053)		(77.528)		(96.910)	(116.292)	(58.146) (38.764)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(51.168)		(63.961)	(76.753)	(38.376) (25.584)

(i) Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 102,43% do CDI.

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. A política de gestão de risco cambial é definida pela Administração da Companhia e aprovada pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF. Estes impostos representam 36% do valor do pedido.

No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de hedge e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a Companhia não está protegida. A Companhia demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar.

A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 31 de dezembro de 2022. A estimativa dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio e seus impactos no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

		Risco	Cenários Negativos			
			Nocional USD (Pagar)/ Receber	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto + 50%
				USD 1 = R\$ 5,60	USD 1 = R\$ 7,00	USD 1 = R\$ 8,40
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(46.908)	(2.454)	(64.372)	(126.291)
Instrumento de Hedge	NDF	Baixa do dólar	22.404	1.172	30.745	60.319
Exposição líquida de pedidos de importação			(24.504)	(1.282)	(33.627)	(65.972)
Impostos não recuperáveis (36%)			(16.887)	(883)	(23.174)	(45.465)
Exposição líquida total			(41.391)	(2.165)	(56.801)	(111.437)
Efeito no resultado líquido de IR/CS			(27.318)	(1.429)	(37.489)	(73.548)

SD em 31/12/2022 = R\$5,2177

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Contingências Fiscais

Mandado de Segurança: 5001178-76.2017.4.03.6144 / Processo Administrativo nº 13896.722179/2019-82 / Execução Fiscal nº 5004873-67.2019.4.03.6144	
a. Juízo	2ª Vara Federal de Barueri / Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	21/08/2019
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A/ Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 141.933.000,00
f. Principais Fatos	Ação judicial proposta pela Companhia para discutir o direito de fruição da alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país. A Companhia foi intimada da instauração de um processo administrativo para inclusão, controle e cobrança dos débitos confessados por meio de declaração. A Companhia ajuizou uma ação com pedido de tutela provisória de urgência, cautelar incidental e/ou tutela de evidência para a antecipação de garantia do débito mediante a apresentação de seguro garantia. Garantia transferida para os autos da execução fiscal nº 5004873-67.2019.4.03.6144, a qual aguarda julgamento de defesa da Companhia. Em 27/10/2022, ocorreu o trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Posteriormente, o processo foi remetido ao Supremo Tribunal Federal para julgamento do Agravo em Recurso Extraordinário, tendo sido proferida decisão favorável à Companhia em 19 de dezembro de 2022, restando-lhe, atualmente, aguardar a certificação do trânsito em julgado da referida decisão pela Corte Suprema, apenas como questão procedimental.
g. Resumo das decisões de mérito	Decisão proferida e transitada em julgada em 27/10/2022, no Superior Tribunal de Justiça para reconhecer o seu direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, estabelecido nos arts. 28 a 30 da Lei 11.196/2005 até 31.12.2018, tendo sido declarado o seu direito à compensação ou restituição dos valores indevidamente recolhidos, observada a prescrição quinquenal e a incidência da taxa Selic a partir de cada pagamento, além de condenar a União ao ressarcimento das custas processuais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. Estágio do processo	Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado da decisão, no âmbito do STF, reconhecendo a perda do objeto e, por consequência, garantindo o julgamento favorável à Companhia no STJ.
i. Chance de perda	Não se aplica.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
K. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não se aplica.

Mandado de Segurança nº 5000247-73.2017.4.03.6144	
a. Juízo	2ª Vara Federal de Barueri / Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	09/03/2017
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A./ Réu: Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 271.940.000,00
f. Principais Fatos	Ação judicial proposta pela Companhia para discutir o reconhecimento do seu direito líquido e certo de não incluir o valor do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS à luz da Lei nº 12.973/14, a partir da sua vigência. Em 06/07/2017 a liminar foi deferida e em 25/01/2018 foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar deferida, para declarar o direito da Companhia à exclusão do valor correspondente ao ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, bem como reconhecer o seu direito à compensação do indébito corrigido a partir da vigência da referida norma (a partir de 01/2015), após o trânsito em julgado. Diante da ação proposta, a Companhia discute o direito à compensação do indébito relativo ao período de 01/2015 (início da vigência da Lei nº 12.973/14) a 06/2017 (competência que antecedeu a concessão da liminar), enquanto a Receita Federal do Brasil já instaurou um processo administrativo para inclusão, controle e cobrança dos débitos a partir do mês de 07/2017 (competência que sucedeu a concessão da liminar), confessados pela Companhia por meio de declaração. Em 12/11/2020, foi publicada a decisão que determinou o sobrestamento do feito até o julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário 574.706 pelo STF (Tema 69). Em 13/05/2021 houve decisão, no âmbito do STF, que consolidou o entendimento da exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS. Diante disso, a Companhia reconheceu, em 30/06/2021, os créditos tributários correspondente ao período de 2015 a 2017, objeto desta ação judicial. Em 23/02/2022, trânsito em julgado da decisão de mérito em sentido favorável à Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito	Em 09/09/2020, proferido acórdão aplicando a tese do <i>leading case</i> RE 574.706/PR para reconhecer a possibilidade de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.
h. Estágio do processo	Aguardando arquivamento.
i. Chance de perda	Não se aplica.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Não aplicável

Ações Ordinárias distribuídas nos estados do PR, GO, DF, CE, SC, AM, AL, RN, PB, MT, PE, RS, PI, RO, SE e ES.	
a. Juízo	Ações distribuídas nas justiças estaduais da capital de cada estado.
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	Os processos foram distribuídos entre os anos de 2015 e 2016.
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A./ Réu: Secretária de Fazenda dos estados PR, GO, DF, CE, SC, AM, AL, RN, PB, MT, PE, RS, PI, RO, SE e ES.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 75.382.000,00
f. Principais Fatos	Em 17 de dezembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. A Companhia, durante os períodos de 2015 e 2016, ajuizou Ações Ordinárias pleiteando o direito de aplicação da alíquota geral para o ICMS incidente sobre energia elétrica.
g. Resumo das decisões	Em sede de repercussão geral o STF fixou a seguinte tese: “Quando adotada a seletividade, há necessidade de se observar o critério da essencialidade e de se ponderarem as características intrínsecas do bem ou do serviço com outros elementos. Energia elétrica e serviços de telecomunicação. Itens essenciais. Impossibilidade de adoção de alíquota superior àquela que onera as operações em geral.”
h. Estágio do processo	Aguardando aplicação do precedente estabelecido pelo STF no RE 714.139 aos casos da Companhia
i. Chance de perda	Remota
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Não aplicável

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ações Ordinárias distribuídas nos estados da BA, CE, DF, ES, MG, PE, PR, RJ, RS e SC.	
a. Juízo	Ações distribuídas nas justiças estaduais da capital de cada estado.
b. Instância	Os processos estão majoritariamente na 1ª Instância
c. Data de instauração	Processos distribuídos em 2018
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A./ Réu: Secretária de Fazenda dos estados BA, CE, DF, ES, MG, PE, PR, RJ, RS e SC.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.317.000,00
f. Principais Fatos	Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do <i>leading case</i> (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS – DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito.
g. Resumo das decisões	Em sede de repercussão geral o STF fixou a seguinte tese: “A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais”
h. Estágio do processo	Aguardando aplicação do precedente estabelecido pelo STF no RE 1.287.019 aos casos da Companhia
i. Chance de perda	Remota
k. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Não aplicável

Processo 0012773-42.2010.4.03.6100	
a. Juízo	21ª Vara Federal
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	08/06/2010
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A./ Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 51.750.000,00
f. Principais Fatos	A Companhia, durante os períodos de 2010 e 2011, ajuizou Ações Ordinárias visando discutir a incidência da contribuição previdência sobre parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus colaboradores, tais como: salário maternidade, aviso prévio indenizado e auxílio nos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de doença. Em vista do posicionamento favorável da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, a Companhia obteve decisões favoráveis em seus processos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões	Reconhecido o recurso da empresa para afastar a exigibilidade do crédito tributário referente à contribuição previdenciária incidente sobre as verbas pagas aos empregados a título de auxílio-doença nos primeiros 15 dias de afastamento, aviso prévio indenizado e o terço constitucional de férias, com o direito à restituição ou compensação dos valores recolhidos a este título
h. Estágio do processo	Aguardando trânsito em julgado da ação.
i. Chance de perda	Possível
l. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Não aplicável

Processo Administrativo nº 35415.000153/2007-44 (NFL nº 37.066.538-4) - Embargos à Execução nº 5000949-77.2021.4.03.6144 - Execução Fiscal nº 5004627-37.2020.4.03.6144	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	27/12/2006
d. Partes no processo	Autuante: União Federal / Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.627.404,11
f. Principais Fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal relativo a cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos a título de Assistência Médica e Hospitalar a seus funcionários e empregados segurados, dos períodos de 12/12/1997 e 28/02/2005. Houve adesão ao REFIS para pagamento parcial dos débitos. O saldo remanescente permanece em discussão através da Execução Fiscal nº 5004627-37.2020.4.03.6144 e Embargos à Execução nº 5000949-77.2021.4.03.6144. Em 25/02/2021 a Empresa opôs de Embargos à Execução, com apresentação de seguro garantia. Em 08/03/2022 foi apresentada Impugnação pela Fazenda Nacional.
g. Resumo das decisões	As decisões foram proferidas apenas em âmbito administrativo no sentido de validar a cobrança autuada. Aguarda-se a análise judicial do caso.
h. Estágio do processo	Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.
i. Chance de perda	Possível
m. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Companhia terá que desembolsar a quantia indicada no item 'e'.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Execução Fiscal 0000034-89.2016.4.03.6144 – Embargos à Execução 0003302- 54.2016.4.03.6144. (PAF nº 13896.722554/2011-37)	
a. Juízo	Justiça Federal Seção Judiciária de São Paulo
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	11/01/2016
d. Partes no processo	Exequente: União Federal / Executado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18.929.595,87
f. Principais Fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União, objetivando a cobrança de supostos créditos tributários inscritos nas Certidões de Dívida Ativa nº. 80.6.15.071746-61 e 80.7.15.017496-78, oriundos da não homologação das compensações relacionadas ao Processo Administrativo de Compensação nº 13896.722.554/2011-37, realizadas pela Companhia para compensar débitos de PIS/COFINS com crédito decorrente de valores pagos indevidamente a título de PIS e COFINS sobre receitas de terceiros, referente ao ano-calendário de 2008. Em 21/03/2016 foram opostos Embargos à Execução (defesa à Execução Fiscal) pela C&A e julgados improcedentes em 11/10/2016. Em 30/11/2017 foi apresentado Recurso de Apelação pela C&A que atualmente aguarda julgamento. A Companhia apresentou seguro garantia do valor total em discussão.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	Embargos à Execução julgados improcedentes em 1ª instância sob o fundamento de que a comissão de seguros não poderia ser excluída do conceito de renda bruta, e ainda, que a existência de crédito não teria sido cabalmente demonstrada pela documentação acostada aos autos.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Apelação
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Companhia terá que desembolsar a quantia indicada no item 'e'.

Processo Administrativo nº. 13986.904911/2013-45	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	04/11/2013
d. Partes no processo	Autuante: União Federal / Autuado: C&A Modas S.A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.361.807,32
f. Principais Fatos	Trata-se de pedido de compensação, em razão de pagamento indevido ou a maior de COFINS, relativo ao mês de agosto de 2012 e recolhido em

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	25/09/13, compensado com débito do mesmo tributo (cód. 5856-01), referente ao período de apuração de setembro de 2012, com vencimento em 25/10/2012. Houve decisão julgando improcedente o pedido. Em 11/12/2013 protocolada manifestação pela Companhia que aguarda julgamento.
g. Resumo das decisões de méritos proferidas	Ainda não foi proferida decisão de mérito no processo.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Ação Anulatória 5001089-78.2023.4.03.6100 - Processo Administrativo nº. 10314.720709/2016-11	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	19/04/2016
d. Partes no processo	Autuante: União Federal / Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.087.541,92
f. Principais Fatos	Trata-se de processo administrativo decorrente ao Auto de Infração que visa a cobrança de Imposto sobre Importação, PIS/PASEP Importação e COFINS Importação ante a não inclusão de Royalties pagos por uso de marcas licenciadas, na base de cálculo de mercadorias importadas em 2012. Em 25/05/2016, foi apresentada defesa pela Companhia. Após decisão desfavorável, foi interposto Recurso Voluntário, o qual, em 21/03/2018 foi negado, implicando na interposição de Recurso Especial pela Companhia. Em 20/07/2018 foi negado seguimento ao Recurso, requerendo a interposição de Agravo de Instrumento considerando não ter sido nada mencionado sobre juros e multa na decisão do Recurso Especial. Em 26.12.2018, foi proferida decisão dando parcial seguimento ao Recurso Especial interposto pela Companhia, com referência à matéria "incidência de juros sobre as penalidades aplicadas na autuação". Em 29/11/2021 foi negado provimento ao Recurso Especial. Em janeiro de 2023 a Companhia ingressou com Ação Anulatória para discutir judicialmente a cobrança perpetrada pela Receita Federal do Brasil e obteve, sem apresentação de qualquer garantia, a suspensão da exigibilidade dos débitos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Reconhecimento da cobrança de II, IPI, PIS/COFINS-importação sobre os royalties e o IR exigido na remessa desses valores ao exterior.
h. Estágio do processo	Aguardando intimação da União Federal.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Além do alto valor envolvido no processo, o tema discutido é relevante para a operação da Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Companhia terá que desembolsar a quantia indicada no item 'e'.

Processo Administrativo nº. 13896-723.458/2016-11	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	22/11/2016
d. Partes no processo	Autuante: União Federal / Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 62.329.422,34
f. Principais Fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a PIS e COFINS sobre frete de transferência, taxa de cartão de crédito, propaganda e publicidade, mão de obra temporária, energia elétrica, ajustes positivos de créditos e despesas de aluguéis de imóveis. Após negado provimento à Impugnação da Companhia, foi interposto Recurso Voluntário em 16/05/2017. Em 19/11/2019 o Recurso foi convertido em diligência para verificação da atividade realizada pela C&A e consequente realização de uma análise mais detalhada sobre os créditos tomados pela Companhia. Na oportunidade, foi apresentado relatório detalhado emitido pela KPMG. Após finalizadas as diligências, o Recurso Voluntário foi remetido em 05/08/2020 ao CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) onde aguarda julgamento até o momento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até essa fase processual, foi proferida apenas decisão na DRJ no sentido de que (i) que não seria possível a apropriação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas que não estão literal e expressamente nominadas pelas Leis nº(s) 10.637/02 e 10.833/03; (ii) que o aproveitamento de créditos extemporâneos estaria restrito ao método que tem como premissa a retificação das declarações fiscais correlatas, especificamente, da DACON e DCTF, não sendo, supostamente, admitida a possibilidade de aproveitamento extemporâneo diretamente na escrita fiscal, mesmo na hipótese em que não há qualquer atualização dos valores creditados.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso Voluntário da Companhia.
i. Chance de perda	Possível e provável (Possível: R\$ 17.515.364,37 + Provável R\$ 44.814.057,97)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Além do alto valor envolvido no processo, o tema discutido é relevante para a operação da Companhia.
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado

Processo Administrativo nº. 19515.720397/2018-15	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	2ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	03/09/2018
d. Partes no processo	Autuante: União Federal / Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 42.679.719,08
f. Principais Fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a PIS e COFINS sobre taxa de frete, mão de obra temporária, aquisição de cabides, aquisição de embalagens, cartão de terceiros, cartão PL, propaganda de televisão, jornal, rádio e contratos exclusivos de propaganda. Em 10/10/2018 foi apresentada Impugnação pela Companhia. Após negado provimento à Impugnação, foi apresentado Recurso Voluntário pela em 26/04/2019. Em 15/12/2021 foi negado provimento ao Recurso Voluntário. A empresa opôs Embargos de Declaração e em 18/02/2022, os autos foram remetidos ao CARF para análise. Atualmente, é aguardada a inclusão dos Embargos de Declaração em referência na pauta de julgamento da 4ª Câmara da 3ª Seção do CARF.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	As decisões proferidas pautam-se no argumento de que empresas dedicadas à atividade comercial não podem se apropriar de créditos de PIS e COFINS por nada produzirem e nada fabricarem, deixando de analisar se a aquisição de cabides e embalagens, tarifas pagas às administradoras de cartões de crédito, despesas com propaganda e publicidade, frete de transferência e mão de obra temporária, representam insumos das atividades da empresa.
h. Estágio do processo	Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração pelo CARF.
i. Chance de perda	Possível e Provável (Possível: R\$ 8.858.004,48 + Provável: R\$ 33.821.714,60)
J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Além do alto valor envolvido no processo, o tema discutido é relevante para a operação da Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado
--	--

Ação Ordinária: 0060642-02.2013.4.01.3400	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. Data de instauração	16/10/2013
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A / Réu: Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.767.524,18
f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Ordinária na qual se busca afastar o recolhimento da Contribuição instituída pelo ar. 1º da LC nº. 110/01, bem como a repetição dos valores indevidamente recolhidos no curso da ação ora ajuizada e nos 5 anos anteriores à propositura da demanda. Após sentença julgando procedente a Ação em favor da Companhia, a Fazenda interpôs Recurso de Apelação. Em 07/07/2015, foi publicado despacho recebendo o Recurso de Apelação no duplo efeito (suspensivo e devolutivo) e posteriormente provida a apelação em 25/10/2018. Em 20/11/2018 a Companhia interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Em 04/09/2020 houve decisão em sentido desfavorável à tese, em sede de Repercussão Geral pelo STF. Em 12/05/2021 foi publicada decisão que não admitiu os Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Companhia, a qual transitou em julgado em 06/07/2021. Atualmente aguarda-se recebimento dos autos na origem e a requisição pela União sobre a conversão do depósito judicial em renda a favor da Fazenda. Em 28/08/2018 foi realizado depósito judicial para garantir o débito e viabilizar obtenção de Certidão Negativa de Débitos, sendo este procedimento realizado na Ação de Tutela Cautelar Antecedente nº 1034941.61.2018.4.01.0000, de 03/12/2018
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	As exações instituídas pela Lei Complementar nº 110/2001 são constitucionais e possuem natureza de contribuições sociais gerais, submetendo-se, portanto, à regência do art. 149 e, por conseguinte, do art. 150, III, b, ambos da Constituição Federal.
h. Estágio do processo	Aguardando manifestação da União Federal para conversão do depósito em renda.
i. Chance de perda	Provável
J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em razão de jurisprudência já pacificada de forma contrária à tese dos Contribuintes, em setembro de 2020 a Companhia constituiu provisão para contingência no valor do depósito, do qual a União requisitará a sua

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	conversão em renda a favor da Fazenda, portanto, nenhum impacto adicional é esperado.
--	---

Mandado de Segurança: 0003868-50.2013.04.03.6130	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. Data de instauração	27/08/2013
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A./ Réu: Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 41.896.534,26
f. Principais Fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para assegurar o direito líquido e certo da Impetrante excluir o ICMS e o ISS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária Substitutiva (Lei nº 12.546/2011), bem como o seu direito de crédito, no que concerne aos pagamentos indevidamente realizados àquele título nos últimos 5 (cinco) anos. Em 10.05.2019, proferida decisão em apelação para afastar a inclusão do ICMS e ISS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB. Em 30 de Setembro de 2021, a matéria foi reapreciada no âmbito de repercussão geral do STF, através do RE 1187264, Tema 1048, o qual firmou o entendimento de que o ICMS e o ISS integram a base de cálculo da CPRB, indo de encontro ao conceito firmado na decisão do leading case (RE nº 574.706), que fixou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Por este motivo a Companhia alterou o prognóstico de risco “possível” para “provável” para o seu caso concreto, em 30/06/2021. Atualmente aguarda-se aplicação efetiva do julgado do tema 1048 do STF ao caso concreto.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	O STF decidiu, em âmbito de repercussão geral (RE 1187264 - Tema 1048), que o ICMS e o ISS integram a base de cálculo da CPRB.
h. Estágio do processo	Aguarda-se aplicação do acórdão de mérito proferido nos autos do RE 1.187.264, Tema 1048.
i. Chance de perda	Provável
J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia converterá o Depósito Judicial em renda a favor da União.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

As contingências descritas no item 4.3 acima possuem provisão constituída no montante total de R\$ 137.299.831,01 em 31 de dezembro de 2022.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, a Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 Outras contingências relevantes

Termos de Ajustamentos de Conduta ("TACs") são acordos firmados com o Ministério Público do Trabalho, no curso de um inquérito civil ou em uma ação civil pública e tem como objetivo impor o cumprimento da legislação trabalhista. Identificamos sete TACs firmados pela empresa, relacionados a (i) cumprimento de cota de aprendizes; (ii) cumprimento de cota de pessoas com deficiência e reabilitados (2 TACs celebrados no âmbito do mesmo procedimento administrativo); (iii) jornada de trabalho; (iv) trabalhadores estrangeiros (cadeia de fornecimento); (v) contratação de cooperativas e (vi) trabalhadores temporários. Dentre os TACs firmados pela C&A, destacamos o seguinte:

- Em 05 de novembro de 2007, a C&A celebrou TAC com o Ministério Público do Trabalho da 2ª Região, pelo qual se obrigou a advertir seus fornecedores no site de internet e fazer constar nos pedidos de compra encaminhados aos fornecedores que não aceitará, sob pena de rescisão, descredenciamento e cancelamento de pedido de compras, as confecções que (i) contratem trabalhadores estrangeiros em situação irregular no país; (ii) contratem empresas integradas por estrangeiros que não estejam legalmente constituídos como pessoa jurídica e (iii) contratem empresas que utilizem trabalhadores estrangeiros em situação irregular no país. A C&A também se obrigou a visitar periodicamente as confecções para verificar o cumprimento das obrigações, no intervalo mínimo de 1 ano e máximo de 2 anos. O descumprimento de qualquer das obrigações do TAC implicará no pagamento de multa de R\$ 10.000,00 por trabalhador contratado em situação irregular. A Companhia informa que cumpre todas as obrigações firmadas no âmbito do TAC, tendo, inclusive, incluído em seus termos gerais de contratação de fornecimento os princípios que norteiam tais obrigações.

Trânsito em julgado favorável em ação tributária. A Companhia ajuizou mandado de segurança, distribuído sob o número 0001187-13.2007.4.03.6100 (número antigo 2007.61.00.001187-0) em busca de decisão judicial que lhe reconhecesse e assegurasse o direito de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em relação aos fatos geradores vencidos e vincendos, bem como o reconhecimento do direito aos créditos provenientes dos pagamentos indevidamente efetuados a título de PIS e COFINS, em decorrência da indevida inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, para fins de imediata compensação.

- A medida liminar foi parcialmente concedida para reconhecer e assegurar o direito de não incluir os valores pagos a título de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em relação aos fatos geradores vincendos. No entanto, os efeitos dessa decisão foram suspensos pela decisão que atribuiu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 2007.03.00.011561-0, interposto pela União Federal. Em 29/08/2007 foi publicada sentença que denegou a segurança pleiteada ao considerar ser devida a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Contra essa decisão, em 12/09/2007, a Companhia interpôs recurso de apelação, ao qual foi negado provimento. Foram opostos embargos de declaração, posteriormente rejeitados. A Companhia, então, interpôs recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores. O Recurso Extraordinário foi sobrestado e o Recurso Especial não conhecido/prejudicado.
- Diante da declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no regime de repercussão geral (RE nº 574.706/PR), o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em juízo de retratação, deu provimento ao recurso de apelação da Companhia, determinando a aplicação do prazo prescricional quinquenal e autorizando a compensação tributária, após o trânsito em julgado. Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, em razão de omissão quanto ao período dos créditos passíveis de compensação, e Agravo Interno pela União Federal. Os Embargos de Declaração da Companhia foram acolhidos e o Agravo Interno da União Federal foi improvido. Após, a

4.7 Outras contingências relevantes

União Federal interpôs Recurso Extraordinário, julgado prejudicado, tendo transitado em julgado a decisão em favor da Companhia, em 28/02/2019.

- Em razão do trânsito em julgado da decisão favorável, a Companhia vem utilizando os créditos decorrentes do indébito relativo ao período de 2002 a 2014, reconhecidos em 30/06/2019 no montante de R\$1.282.030,00. Em 17/03/2020, foi deferida, perante à Receita Federal do Brasil, a habilitação do indébito tributário, assegurando o direito à compensação do crédito. Em 31/12/2022, o saldo remanescente do crédito atualizado é de R\$801.208.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a) e o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos com o objetivo de conhecer e responder adequadamente aos riscos aos quais a Companhia esteja exposta. A Política de Gerenciamento de Riscos vigente foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de outubro de 2019.

b) objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia entende que o gerenciamento efetivo de riscos é um diferencial que traz confiança aos planos e estratégias de negócios, e que a Gestão dos Riscos aos quais estamos expostos é uma ferramenta importante para priorizar esforços para mitigar a sua materialização, ainda mais com o ambiente de negócios cada vez mais competitivo, rigoroso, digital e regulado. Assim, o objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados nos procedimentos de Gestão de Riscos da Companhia, considerando seu apetite à tomada de risco no processo decisório.

A Companhia está em uma jornada de evolução de sua Governança Corporativa e está alinhando a Política de Gerenciamento de Riscos às recomendações de normas e práticas de gestão de riscos reconhecidas no mercado, como a ISO 31000, de modo a: (i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela Companhia; (ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; (iv) garantir a transparência na comunicação dos riscos identificados; (v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; (vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos da Companhia, melhorando o ambiente de controles; (vii) melhorar a governança, assegurando que as práticas de Governança Corporativa da Companhia sejam seguidas e criticamente analisadas; (viii) prevenir ou minimizar perdas; e (ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da Companhia.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

No escopo da Companhia, são considerados riscos de natureza:

a) Não financeiros:

- Estratégico: grupo de riscos que afetam os objetivos estratégicos, modelo de negócio, inteligência competitiva e governança da Companhia, além de fatores externos e independentes de ações internas.
- Operacional: grupo de riscos relacionados a nossa infraestrutura (processos e pessoas), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos.
- Tecnológico: grupo de riscos associados aos sistemas aplicativos, ferramentas, tecnologias e informações/dados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Regulamentar: grupo de riscos relacionados ao cumprimento de legislação: trabalhista, cível, tributário/fiscal, ou que envolvem procedimentos relacionados a órgãos reguladores, como: contábil, CVM/B3, BCB, entre outros.
- Socioambiental: grupo de riscos relacionados a proteção do meio ambiente, uso consciente de recursos naturais, mudanças climáticas e respeito aos direitos e garantias fundamentais.

b) Financeiros:

- Liquidez: grupo de riscos relacionados a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações e manter suas operações diárias.
- Mercado: grupo de riscos relacionados a alterações no mercado (taxas de câmbio, taxas de juros e preços) que possam afetar as atividades da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.
- Crédito: grupo de riscos relacionados a oferta de crédito aos clientes.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Em sua jornada de evolução de sua Governança Corporativa, a Companhia está consolidando o seu pilar de Gestão de Riscos & Controles Internos Riscos, com base em recomendações de normas e práticas de gestão de riscos reconhecidas no mercado, que é o guardião da Política de Gerenciamento de Riscos e responsável pelo constantemente fortalecimento da gestão de riscos na Companhia.

A Diretoria Executiva tem participado ativamente nesta jornada, que incluiu a atualização do Dicionário de Riscos, que considerou em sua criação aspectos como: (i) cenários interno, político e econômico; (ii) projetos estratégicos da Companhia; (iii) resultados de auditorias e (iv) evolução da cultura de *compliance* e riscos, e a priorização num Mapa Geral de Riscos, considerando para cada risco o seu potencial impacto para ao negócio e a probabilidade de cada risco se materializar.

A partir dos riscos identificados e priorizados, cabe as Áreas de Negócio, implementar melhorias para garantir o adequado tratamento dos riscos. Tais atividades e prazos estão sendo definidos para todos os riscos e serão acompanhados pelo pilar de Gestão de Riscos & Controles Internos, sendo reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e a Diretoria Executiva.

Este pilar também realizará, regularmente, o monitoramento dos riscos para:

- Verificar se o perfil de risco foi alterado;
- Identificar quando é necessário tratamento adicional;
- Obter segurança de que o gerenciamento de riscos é eficaz.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- Conselho de Administração: responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:

o Aprovar a política de gerenciamento de riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

o Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e

o Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.

- Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos: (i) avalia e monitora a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade; (ii) supervisiona as atividades da área de Auditoria Interna; (iii) avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugere soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração; (iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões à matriz de riscos da Companhia; (v) assessora o Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e (vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.
- Diretoria Executiva: responsável por: (i) assegurar que o modelo de “três linhas” seja aplicado aos processos de gerenciamento de riscos e controles da Companhia; e (ii) acompanhar o processo de gerenciamento de riscos, patrocinando e monitorando a implementação de ações de tratamento de riscos eventualmente identificados pela Companhia.
- Gestão de Riscos e Controles Internos: (i) garante a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, quando necessário; (ii) antecipa e planeja possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança; (iii) incentiva que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos; (iv) reporta as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; (v) toma decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos; (vi) busca melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e (vii) supervisiona quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.
- Auditoria Interna: fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e à área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia e a qualidade/efetividade dos processos de governança.
- Áreas de Negócios: responsáveis por seguir o processo de gerenciamento de riscos, ao identificar, controlar e mitigar os riscos, com a implementação de processos e controles internos que tratem os riscos aos quais a Companhia está exposta.

c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia e supervisiona as atividades de Gestão de Riscos & Controles Internos, fazendo recomendações de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisão pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos deve ser revisada e atualizada sempre que necessário pela área de Gestão de Riscos, sendo aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades e a melhoria contínua no modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos. Dentre as ações realizadas ou em andamento, destacam-se: (i) consolidação da Gerência de GRC (Governança, Riscos e *Compliance*), que está vinculada à Diretoria Executiva e realiza reportes periódicos dos assuntos dos quais trata ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças (“CARF”) e está organizada em quatro pilares: a) Gestão de Riscos & Controles Internos, b) Segurança da Informação & Gestão de Identidades, c) *Compliance* Corporativo & Regulatório, e d) Auditoria Interna – sendo que foram adotadas todas as medidas necessárias para assegurar a adequada independência e segregação das funções entre as áreas; (ii) revisão ou instituição de políticas corporativas relevantes; (iii) aprimoramento de normas e procedimentos internos, incluindo os de *compliance* e anticorrupção; e (iv) aprimoramento contínuo de canal de denúncias e práticas de apuração.

Dentre as práticas de controles internos, destacamos o seguinte:

- A Companhia definiu e mantém um “Mapa de Processos” por negócio, onde seus processos são categorizados em: (i) processos de *entity level*, que estão relacionados a atividades estratégicas que permeiam toda a entidade; (ii) processos core, que consideram as atividades que suportam diretamente a entrega da estratégia, e que geram valor diretamente para a nossa cliente, ou (iii) processos *cross* (ou transversal), conjunto de atividades com papel essencial de suportar o funcionamento de todos os demais processos.
- Todos os processos identificados no “Mapa de Processos” possuem uma Matriz de Riscos e Controles (“MRC”), sendo que em toda MRC existem dois tipos de controles internos: a) de nível de entidade, que contempla os controles que permeiam toda a Companhia e não somente um processo crítico; e b) de nível operacional, que numa visão sistêmica permitem aos funcionários entender que a Companhia um conjunto de processos inter-relacionados e interdependentes, desvinculando o foco de um departamento ou de um conjunto de funções.
- Adicionalmente, todos os processos no “Mapa de Processos” estão formalizados em diretrizes em normas e procedimentos internos, sendo que é de responsabilidade de Gestão de Riscos & Controles Internos garantir que essa documentação esteja sempre atualizada pelas Áreas de Negócios, auxiliando em sua revisão, com a visão de riscos e busca por controles compensatórios, quando necessário.
- A Companhia definiu, ainda, processo de acompanhamento da implantação dos planos de ação decorrentes da avaliação periódica da eficácia e efetividade operacional dos controles chaves, de modo a verificar o status da implantação das melhorias nos controles e processos, bem como identificar possíveis novos riscos.

Com relação à prevenção e controle das práticas contábeis: (i) a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS/CPC); (ii) as demonstrações financeiras são elaboradas pela Contabilidade, com apoio da Tesouraria, Tributário e Jurídico (áreas que respondem ao CFO da Companhia); (iii) as informações contábeis são registradas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (iv) os lançamentos manuais buscam respeitar o *4-eye principle* (há um revisor independente); (v) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (vi) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes

5.2 Descrição dos controles internos

de todas as contas contábeis; e (vii) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pela Contabilidade.

Ademais, anualmente, os Auditores Externos atuam: (i) na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras; e (ii) na emissão de carta de recomendação sobre controles internos da Companhia de acordo com art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99.

Ainda, cumpre destacar que o CARF acompanha as atividades do pilar de Gestão de Riscos & Controles Internos e dos Auditores Externos.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia é assim segmentada:

- Conselho de Administração: aprova as diretrizes corporativas de gestão de riscos e controles internos da Companhia, e ainda supervisiona a exposição ao risco da Companhia, garantindo o alinhamento com as prioridades estratégicas.
- Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças: acompanha as atividades Gestão de Riscos & Controles Internos, da Auditoria Interna, e da Auditoria Externa, bem como supervisiona a elaboração das demonstrações financeiras pela Companhia, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.
- Diretoria Executiva: patrocina as melhorias no ambiente de controles internos buscando sempre o equilíbrio entre a eficácia dos processos dos controles e dos custos, alinhado com os objetivos estratégicos da Companhia, e garantindo a implantação e/ou adequação de controles definidos pelas áreas de negócios. Por fim, supervisiona as atividades Gestão de Riscos & Controles Internos, e suporta o funcionamento independente da Auditoria Interna e da Auditoria Externa.
- Gestão de Riscos & Controles Internos: visa garantir que as respostas aos riscos, definidas pela Companhia, estão sendo aplicadas em seu ambiente de controles internos, seja pela melhoria de controles existentes ou por meio de novos controles, cumprindo a ela: (i) documentar e zelar pelo cumprimento das políticas, procedimentos, matrizes de riscos e controles; (ii) prover suporte em revisões de processo; (iii) avaliar periodicamente a aderência dos controles internos; (iv) atender as atividades de auditorias, como: interna, externa e de certificação; e (v) acompanhar a implementação de planos de ação das auditorias que atendeu.
- Compliance Corporativo & Regulatório: visa garantir o cumprimento de obrigações relevantes da Companhia por meio de um programa de integridade, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência de obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética do resultado das investigações internas; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controle de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.
- Auditoria Interna: (i) realizar auditoria de processos para identificar riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias ao longo de um processo de negócio, com avaliação do desenho dos controles e/ou execução de testes para assegurar a execução dos controles; (ii) verificar se os

5.2 Descrição dos controles internos

processos de negócio seguem as políticas e procedimentos internos, bem como as regulamentações e leis específicas; (iii) executar testes abrangentes e emitir parecer sobre o nível de conformidade da atividade; e (iv) identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhoria avaliando e testando as melhorias nos controles implementados.

- Áreas de Negócios: responsáveis pela execução dos controles internos, conforme desenho e frequência esperados, implementação de novos controles e aprimoramento de controles existentes, sempre buscando tratar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de Controle Interno relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito nos itens 5.2.a e 5.2.b deste formulário de referência.

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, que são realizados pela área de Auditoria Interna, conforme Plano Anual aprovado pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as Áreas de Negócios responsáveis, liderada pelo Diretor Executivo responsável, definem planos de ação para remediá-las.

Anualmente, a Diretoria Executiva recebe carta de recomendação dos Auditores Externos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório emitido pelo Auditor Externo relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 apontou as seguintes deficiências significativas sobre controles internos da Companhia:

- Avaliação dos aspectos de imparidade referente à CPC 48 (Equivalente ao IFRS 9); e
- Saldos de abertura relativos ao crédito de ICMS energia pelo reconhecimento de créditos extemporâneos em competência incorreta.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado pelo Auditor Externo sobre os controles internos da Companhia durante o processo de auditoria relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, destacando que os apontamentos reportados estão sendo endereçados e que continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que as situações reportadas no relatório circunstanciado do Auditor Externo não têm impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

5.3 Programa de integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia tem a honestidade como cultura, atua em conformidade com as leis relacionadas aos seus negócios, e mantém um compromisso ético na realização das suas atividades. A Companhia estruturou e formalizou as suas boas práticas em normas e procedimentos de integridade, em consonância com o propósito e os valores da Companhia.

Essas normas e procedimentos de integridade reúnem um conjunto de mecanismos e práticas voltadas à prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção. Ainda, as políticas e procedimentos consolidam e reforçam as regras e diretrizes gerais como o Código de Ética, políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, funcionários, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura de honestidade e boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Os principais objetivos do Código de Ética e das políticas e procedimentos de integridade são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, incluindo as de anticorrupção; (iii) implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos funcionários; (v) estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; (vi) buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e (vii) promover a transparência.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os funcionários, a saber: Código de Ética, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de dezembro de 2022, e é aplicável a todos administradores, funcionários e terceiros da Companhia e Política Corporativa Anticorrupção; (ii) treinamentos periódicos a todos os funcionários sobre o conteúdo do Código de Ética; (iii) detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização de canal de denúncias independente; (iv) monitoramento contínuo dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade; (v) revisão periódica de suas normas e procedimentos internos; e (vi) implementação de Comitê Interno de Ética, responsável pela avaliação e resposta de questões de ética e integridade da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

- Compliance Corporativo & Regulatório: é responsável por garantir o cumprimento de obrigações

5.3 Programa de integridade

relevantes por meio de um programa de integridade, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência da Companhia às obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética dos assuntos de competência do órgão; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controles de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.

- **Comitê Interno de Ética:** é composto por sete membros, sendo um dos membros o responsável pela Gerências de GRC (Governança, Riscos e *Compliance*) e os demais membros representantes de áreas diversas áreas e indicados pela Diretoria Executiva. Dentre as responsabilidades do Comitê Interno de Ética estão: (i) aprovar, incentivar e monitorar o programa de integridade da Companhia; (ii) acompanhar ações de disseminação, capacitação e treinamento referente aos códigos, políticas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis; (iii) recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta mais graves; e (iv) comunicar periodicamente à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos sobre as suas atividades.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de dezembro de 2022. O Código de Ética define o propósito, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus funcionários, o papel e as responsabilidades da liderança, diretrizes de relacionamento com fornecedores e clientes.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

As disposições do Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os funcionários, diretores executivos, membros de comitês e conselheiros da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros, agentes governamentais e com a sociedade. Além disso, o Código de Ética também se aplica a parceiros comerciais, estabelecendo os padrões de conduta a serem respeitados.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

São realizados treinamentos periódicos a todos os funcionários e administradores a respeito do Código de Ética e normas relacionadas ao tema.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética prevê a adoção das seguintes medidas disciplinares em caso de violações: (i) advertência oral; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão; (iv) término antecipado da relação com o terceiro infrator; ou (v) medidas legais relacionadas a ressarcimento

5.3 Programa de integridade

dos danos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi devidamente aprovado e revisado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de dezembro de 2022 e está disponível no site de RI Companhia, na intranet da Companhia, e no website do Canal de Denúncias (<https://canaldeetica.com.br/cea/>).

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Reformulado em 2021, o Canal de Ética agora é um canal unificado para o acesso de todos os stakeholders da C&A. É um canal exclusivo para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta e/ou a legislação vigente. O acesso ao canal de comunicação se dá pelo website <https://canaldeetica.com.br/cea/> (disponível em português, inglês e espanhol) ou pelo telefone 0800 591 8819.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é terceirizado. As informações registradas são recebidas pela empresa independente e especializada, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pelo *Compliance* Corporativo & Regulatório da C&A, sem conflitos de interesses.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros, como: clientes, fornecedores, parceiros, agentes governamentais e com a sociedade em geral.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Código de Ética determina que a Companhia não tolerará qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. Adicionalmente, o canal de denúncias não solicita os dados pessoais do denunciante, e pode ocultar as informações do relato recebido para quem irá realizar a apuração, de modo que se mantenha o anonimato.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é pilar de *Compliance* Corporativo & Regulatório, que poderá contar com especialistas ou terceiros para auxiliá-la com tal função caso seja necessário.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não adota procedimentos específicos para identificação de vulnerabilidades em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, visto que não se trata de acontecimentos comuns em seu

5.3 Programa de integridade

dia a dia.

Sem prejuízo, na hipótese de ocorrência dos casos citados, a Companhia efetuará a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas, conforme aplicável) para a condução de processos de “*Due Diligence*” de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos envolvidos nas operações.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

Não houve alteração significativa na natureza dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos adotada em relação ao último exercício social.

A Companhia entende que o cenário político e macroeconômico brasileiro ainda permanece desafiador e o que cenário mundial, com as consequências da pandemia da COVID-19, a guerra prolongada na Ucrânia, o aumento de tensões políticas com a China e a desaceleração econômica global, ainda é delicado. Assim, a Companhia, com o suporte e acompanhamento de todos os seus Órgãos de Governança, tem tomado ações que julga necessária para a redução na exposição a tais riscos, mas ainda há um grau elevado de incertezas que podem continuar a impactar as atividades da Companhia e os indicadores operacionais para o próximo exercício fiscal.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante e que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.					
06.049.145/0001-63	Luxemburgo	Não	Sim	10/07/2020	
Sim	Fernando Garcia Brossi		Fisica	214.387.588-63	
100.363.049	32,559	0	0,000	100.363.049	32,559
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
COFRA LATIN AMERICA LTDA					
05.236.528/0001-88	Brasil	Não	Sim	24/10/2019	
Não					
17.121	0,006	0	0,000	17.121	0,006
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
INCAS SARL					
06.049.146/0001-08	Luxemburgo	Não	Sim	24/10/2019	
Sim	Fernando Garcia Brossi		Fisica	214.387.588-63	
100.939.166	32,746	0	0,000	100.939.166	32,746
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
2.650.500	0,860	0	0,000	2.650.500	0,860	
OUTROS						
104.275.232	33,829	0	0,000	104.275.232	33,829	
TOTAL						
308.245.068	100,000	0	0,000	308.245.068	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.				06.049.145/0001-63		
Cofra Holding AG						
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Não	25/08/2021		
Não	Fernando Garcia Brossi		Física	214.387.588-63		
80.000	100,000	0	0,000	80.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
80.000	100,000	0	0,000	80.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA LATIN AMERICA LTDA				05.236.528/0001-88		
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.						
06.049.145/0001-63	Luxemburgo	Não	Sim	19/04/2023		
Sim	Fernando Garcia Brossi		Fisica	214.387.588-63		
3.505.413	50,000	0	0,000	3.505.413	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
INCAS SARL						
06.049.146/0001-08	Luxemburgo	Sim	Sim	19/04/2023		
Sim	Fernando Garcia Brossi		Fisica	214.387.588-63		
3.505.414	50,000	0	0,000	3.505.414	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COFRA LATIN AMERICA LTDA				05.236.528/0001-88	
7.010.827	100,000	0	0,000	7.010.827	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INCAS SARL				06.049.146/0001-08		
Cofra Holding AG						
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Sim	25/08/2021		
Não	Fernando Garcia Brossi		Física	214.387.588-63		
24.000	100,000	0	0,000	24.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
24.000	100,000	0	0,000	24.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cofra Holding AG				05.565.819/0001-10		
Família Brenninkmeijer						
	Suíça	Não	Sim	28/01/2021		
Sim	Fernando Garcia Brossi		Física	214.387.588-63		
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cofra Holding AG				05.565.819/0001-10		
Família Brenninkmeijer						
	Suíça	Sim	Sim	28/01/2021		
Sim	Fernando Garcia Brossi		Física	214.387.588-63		
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.				06.049.145/0001-63		
Cofra Holding AG						
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Sim	25/08/2021		
Sim	Fernando Garcia Brossi		Física	214.387.588-63		
80.000	100,000	0	0,000	80.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
80.000	100,000	0	0,000	80.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INCAS SARL				06.049.146/0001-08	
Cofra Holding AG					
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Sim	25/08/2021	
Sim	Fernando Garcia Brossi		Física	214.387.588-63	
24.000	100,000	0	0,000	24.000	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
24.000	100,000	0	0,000	24.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cofra Holding AG				05.565.819/0001-10		
Família Brenninkmeijer						
	Suíça	Não	Sim	28/01/2021		
Sim	Fernando Garcia Brossi		Física	214.387.588-63		
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cofra Holding AG				05.565.819/0001-10		
Família Brenninkmeijer						
	Suíça	Não	Sim	28/01/2021		
Sim	Fernando Garcia Brossi		Física	214.387.588-63		
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	38.958
Quantidade acionistas pessoa jurídica	162
Quantidade investidores institucionais	219

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

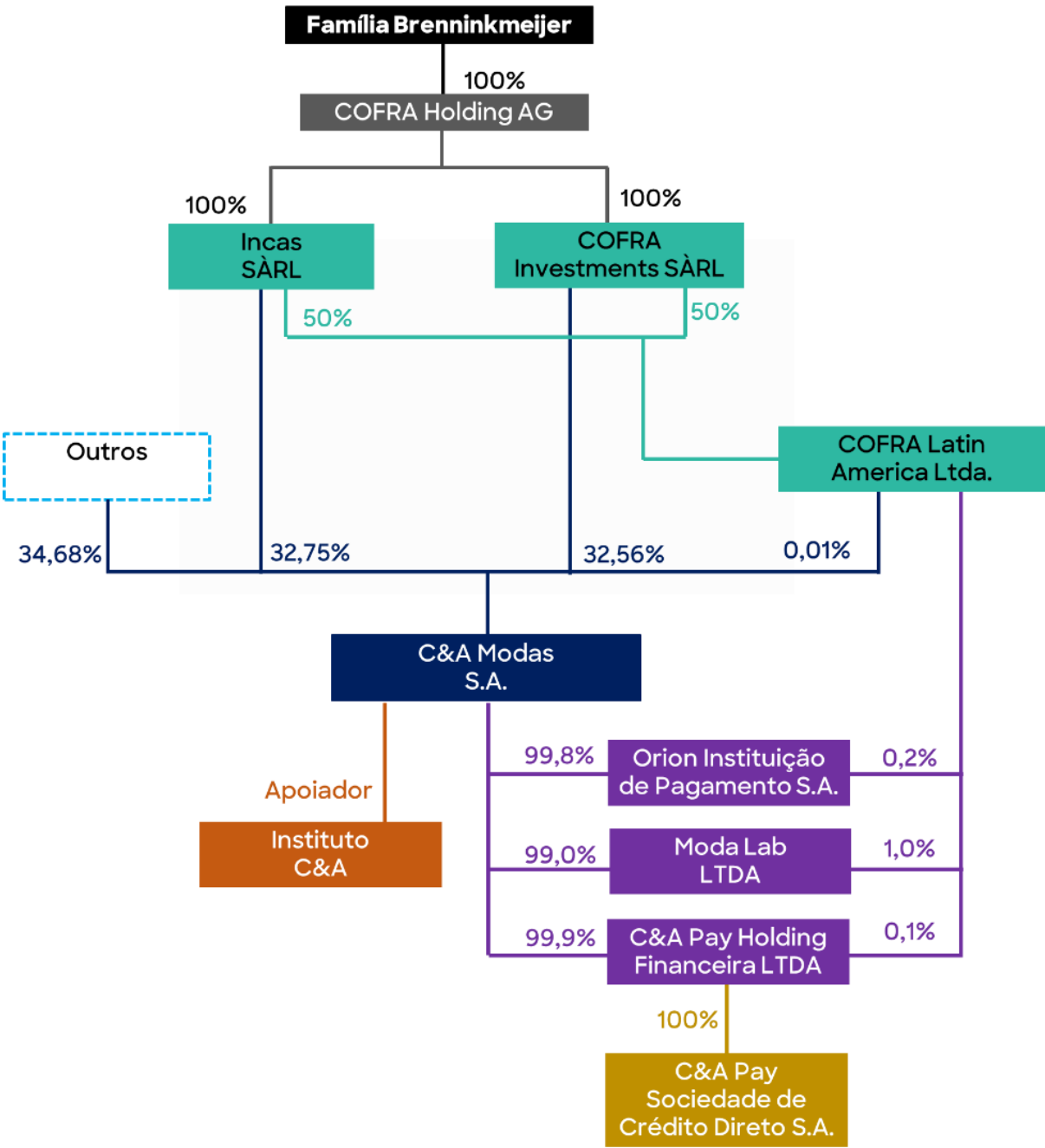
Quantidade ordinárias	103.292.235	33,510%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	103.292.235	33,510%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
C&A PAY HOLDING FINANCEIRA LTDA	48.988.862/0001-09	99,99
MODA LAB LTDA	46.280.334/0001-67	99
ORION INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.	06.982.609/0001-90	99,8

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Em complementação às informações prestadas nas seções 6.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a COFRA Holding AG (“COFRA”) é detida integralmente por membros da Família Brenninkmeijer (“Família”).

Apesar disso, nenhum dos membros da Família detém mais de 5% das ações da COFRA, em razão da dispersão das ações entre os mesmos. Dessa forma, considerando a dispersão das ações da COFRA e a ausência de acordo de acionistas ou de voto, bem como qualquer outro tipo de pacto e/ou contrato que tenha por objeto o exercício de poder de controle pelos acionistas, a COFRA não tem acionista ou grupo de acionistas controlador.

Em que pese a COFRA estar sujeita ao regime jurídico da Suíça, para fins de elaboração das seções 6.1/2 deste Formulário de Referência, levamos em conta a seguinte definição de acionista controlador: a pessoa natural ou jurídica ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que (i) seja titular de direitos de acionista que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76. Nesse sentido, é possível afirmar que (i) nenhum dos membros da família detém mais de 5% das ações da COFRA; (ii) não há acordo de acionistas ou de voto bem como qualquer outro tipo de pacto e/ou contrato que tenha por objeto o exercício de poder de controle pelos acionistas que os vincule; e que, portanto, (ii) a COFRA não possui acionista controlador. Por fim, vale apontar que as decisões estratégicas e as orientações de voto dos acionistas controladores diretos da Companhia não partem da COFRA em si, mas sim do Conselho de Administração da C&A Modas S.A. (“C&A Brasil”).

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

As principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor:

A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, cujos membros serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, conforme Artigos 14 e 15 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social").

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração") é um órgão colegiado estatutário e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição ("Conselheiros").

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, pelo Estatuto Social e Regimento Interno:

- a) avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (compliance);
- b) rever periodicamente os valores e princípios éticos da Companhia e zelar pela manutenção da transparência do Conselho no relacionamento com todas as partes interessadas;
- c) rever periodicamente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo;
- d) aprovar e manter atualizado um plano de sucessão do(a) Diretor(a) Presidente, cuja elaboração deve ser coordenada pelo(a) Presidente do Conselho;
- e) zelar para que a diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade (compliance) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas.

DIRETORIA

A Diretoria Executiva é um órgão de administração executiva e um órgão colegiado e será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, os quais serão eleitos com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos e destituídos a qualquer tempo por deliberação do Conselho de Administração ("Diretores Executivos"). Compete à Diretoria Executiva, nos termos do Estatuto Social e do seu regimento interno:

- f) zelar pela observância da lei, do Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- g) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- h) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto na legislação aplicável e neste Estatuto Social;
- i) abrir, transferir e extinguir filiais, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- j) criar e extinguir subsidiárias, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- k) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- l) submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual da Companhia;
- m) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o resultado econômico- financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e de suas controladas;
- n) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais,

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros, observado o disposto no Estatuto Social; e

o) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia ("Conselho Fiscal") é um órgão estatutário, de natureza colegiada e funcionamento não permanente, que age de forma independente dos demais órgãos da administração e dos auditores independentes da Companhia, tendo como objetivo fiscalizar a gestão dos administradores durante cada período de funcionamento, exercendo todos os poderes, as funções, as atribuições e as prerrogativas previstas na legislação aplicável, no Estatuto Social e no seu regimento interno.

O Conselho Fiscal será instalado por Assembleia Geral, a pedido dos acionistas, sendo que cada período de funcionamento se inicia com a sua instalação e termina na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação. Quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, cujo mandato será coincidente com o período de funcionamento do órgão e funcionará em conformidade com o regimento interno e legislação aplicável em vigor.

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma "*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*" ("*Política de Indicação*"), que foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019 e visa determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de assessoramento e Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência, quais são:

- (i) o Conselho de Administração deverá ser composto considerando a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança, bem como por mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, conforme a definição da regulamentação vigente e do Regulamento do Novo Mercado;
- (ii) a Diretoria Executiva deverá ser composta considerando a diversidade, inclusive de gênero, almejando sua ocupação por pessoas com competências complementares e habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia, bem como visando formar um grupo alinhado com os princípios e valores da Companhia; e
- (iii) a Comitês de Assessoramento deverão ser compostos considerando os critérios estabelecidos na Política, bem como as diretrizes e atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia quando de sua instalação.

A indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos Comitês de Assessoramento deverão considerar ainda:

- (i) alinhamento e comprometimento com os princípios, valores, cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;
- (ii) visão estratégica;
- (iii) disposição para defender seu ponto de vista a partir de julgamento próprio;
- (iv) capacidade de comunicação;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (v) capacidade de trabalhar em equipe;
- (vi) conhecimento das melhores práticas de governança corporativa;
- (vii) capacidade de interpretar relatórios gerenciais, contábeis e financeiros e não financeiros;
- (viii) reputação ilibada;
- (ix) formação acadêmica compatível com as atribuições de Conselheiro(a) ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas no mandato de Conselheiro(a) ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;
- (x) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (não administrável, não pontual ou situacional, que seja, ou espera-se que seja, permanente) e constantemente atento aos assuntos da organização; e
- (xi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade de Conselheiro(a), que vai além da presença nas reuniões do Conselho e da leitura prévia da documentação.

Em 2022 o Conselho Fiscal foi instalado, com a composição de 3 (três) membros efetivos e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas realizada em 28 de abril de 2022, com mandato unificado que se encerra na Assembleia Geral Ordinária de 2023.

Em 2023 o Conselho Fiscal foi instalado, com a composição de 3 (três) membros efetivos e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas realizada em 28 de abril de 2023, com mandato unificado que se encerra na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A Política de Indicação está disponível para consulta no website da Companhia: www.ri.cea.com.br.

b) se há mecanismos de avaliação de desempenho informando, em caso positivo:

- i. **a periodicidade das avaliações e sua abrangência**
- ii. **metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**
- iii. **se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.**

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os(as) próprios(as) Conselheiros(as) a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho realizará, no mínimo a cada 1 (um) ano, a avaliação formal de seu desempenho, como órgão colegiado, e dos comitês de assessoramento, da Diretoria Executiva, do(a) Presidente do Conselho, do(a) Diretor(a) Presidente, dos(as) Conselheiros(as), individualmente considerados, e da Secretaria de Governança.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, qualquer membro do Conselho que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

O processo de avaliação será conduzido pelo Conselho de Administração e monitorado pelo Presidente do referido órgão. A avaliação será realizada pela Secretaria de Governança que poderá contar com o auxílio do Comitê de Gente e ASG e/ou do executivo responsável pela área de recursos humanos da Companhia, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

O resultado da avaliação do Conselho será divulgado a todos os membros do Conselho.

Poderá ser contratada empresa de consultoria para assessorar com o processo de avaliação. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração devem respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e na “*Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses*” da Companhia (“Política de Transações e Conflitos de Interesse”).

Ainda, de acordo com a Política de Transações e Conflitos de Interesse, nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação nos termos de referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas.

O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política de Transações e Conflitos de Interesse, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Para maiores detalhes, vide item 11.2 (n) deste Formulário de Referência.

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não se aplica

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O Conselho de Administração é responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:

- Aprovar as diretrizes da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos;
- Decidir pela estrutura funcional e atribuições dos Comitês e áreas relacionadas à gestão de riscos;
- Definir uma tolerância de risco apropriada;
- Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	2	0	0	0
TOTAL = 16	5	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 16	0	15	0	1	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

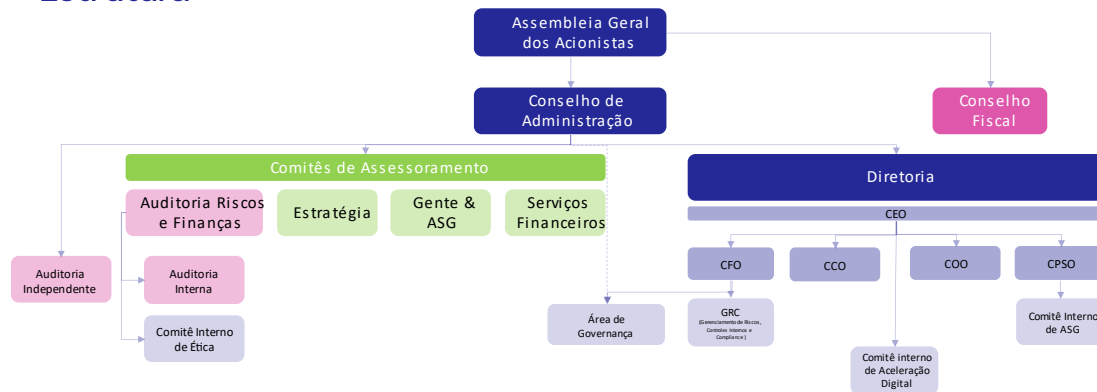
a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração:

Conforme Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia, sendo de sua competência a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição dos membros.

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria Executiva; (iii) Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (“Comitês” ou “Comitês de Assessoramento”): Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças (“CARF”), Comitê de Estratégia (“CE”), Comitê Gente e ASG (“CGASG”) e Comitê de Serviços Financeiros (“CSF”); e (iv) Conselho Fiscal, quando instalado pela assembleia geral dos acionistas (“Assembleia Geral”) nos termos da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”).

Abaixo, apresentamos o organograma e as suas respectivas atribuições:

Estrutura



Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças:

A Companhia possui um Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria simples do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro será conselheiro independente e que ao menos 1 (um) membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, sendo que o mesmo membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos pode acumular ambas as características.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, dentre outras matérias:

- (a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Ainda, de acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, compete-lhe o seguinte:

- (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a “Política de Gerenciamento de Riscos da C&A Modas S.A.”; e
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

A auditoria interna da Companhia está vinculada e subordinada diretamente ao CARF e tem como atribuições avaliar os riscos dos principais processos e controles utilizados na mitigação desses riscos, bem como verificar o cumprimento das políticas e dos procedimentos determinados pela Diretoria Executiva, inclusive aqueles voltados para elaboração das demonstrações financeiras.

A auditoria externa (independente) não é vinculada a nenhum órgão da Companhia, todavia seus trabalhos são supervisionados periodicamente pelo CARF, incluindo as demonstrações financeiras.

Comitê de Estratégia

O Comitê será composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, sendo ao menos 01 (um) membro do Conselho de Administração e 01 (um) membro especialista externo com experiência e conhecimentos profissionais específicos.

Compete ao Comitê de Estratégia, o que segue:

- (a) Acompanhar o processo de planejamento estratégico, garantindo o alinhamento com as diretrizes estratégicas aprovadas no Conselho de Administração.
- (b) Acompanhar o mercado e concorrência, aprofundando conhecimento e entendimento de impactos sobre o negócio.
- (c) Discutir e avaliar posicionamento e gestão da marca, gestão e performance de categorias, experiência do cliente, programa de fidelidade e serviços, transformação digital e omnicanalidade, gestão e produtividade operacional, gestão logística.
- (d) Discutir, avaliar e acompanhar os planos de gestão de canais e expansão de canais físicos.
- (e) Mapear possíveis impactos da estratégia em gente, cultura, ESG e outros temas que poderão ser

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

aprofundados em outros comitês.

- (f) Auxiliar na definição de projetos de expansão, M&A e programas de investimento da C&A.
- (g) Acompanhar a execução e os resultados dos planos e programas.

Comitê Gente e ASG

O Comitê Gente e ASG é composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 04 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração devendo, pelo menos dois dos membros serem pertencentes ao Conselho de Administração da Companhia e até 2 (dois) especialistas externos com experiência e conhecimentos profissionais específicos, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo possível a reeleição.

Compete ao Comitê Gente e ASG, nos termos do seu Regimento Interno, o que segue:

- (a) Examinar periodicamente a Estrutura Organizacional da empresa proposta pelo Diretor Presidente, para assegurar que esteja compatível com seus objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados, observando os fatores chave de sucesso dos negócios.
- (b) Coordenar os processos de recrutamento e seleção de membros de Comitês e do Diretor Presidente, participando ativamente de entrevistas com candidatos, e apoiar o Diretor Presidente nesses processos relativos aos demais membros da Diretoria.
- (c) Manter atualizado um Plano de Sucessão dos Conselheiros, membros de Comitês e Diretor Presidente, bem como assegurar-se de que o Diretor Presidente mantenha atualizado um Plano de Sucessão da Diretoria.
- (d) Coordenar o processo de avaliação de desempenho e competências do Conselho, dos Conselheiros, membros de Comitês e do Diretor Presidente e revisar as avaliações, feitas pelo Diretor Presidente, dos demais membros da Diretoria.
- (e) Propor o pacote de remuneração e benefícios dos Conselheiros, membros de Comitês e Diretor Presidente, assim como analisar e opinar a respeito do pacote proposto pelo Diretor Presidente para a Diretoria Executiva, tudo com base nas melhores práticas do mercado bem como responsabilidades e desempenho individuais e da empresa.
- (f) Analisar e opinar sobre o Plano Anual de Participação nos Resultados, definindo os parâmetros e métricas das metas do Diretor Presidente, bem como revisar as metas propostas pelo Diretor Presidente para a Diretoria, para assegurar que haja alinhamento entre suas próprias metas e a de seus subordinados.
- (g) Revisar o atingimento das metas e os cálculos da apuração dos resultados do Plano Anual de Participação da Diretoria.
- (h) Propor ao Conselho, para subsequente submissão aos Acionistas, Plano de outorga de opções de compra de ações e/ou de outorga de ações restritas (ou ainda performance shares) aos Administradores e Executivos.
- (i) Respeitadas as condições estabelecidas no Plano aprovado pelos acionistas, propor ao Conselho os Programas de outorga de opções ou ações restritas, bem como propor ajustes a esses Programas quando necessário, sempre de acordo com as melhores práticas do mercado.
- (j) Submeter ao Conselho proposta preparada conjuntamente com o Diretor Presidente de outorgas individuais aos Administradores e Executivos.
- (k) Monitorar periodicamente a evolução da cultura empresarial com relação à transformação digital da empresa.
- (l) Monitorar o clima interno, através de métricas e metodologias tais como o NPS.
- (m) Analisar e opinar a respeito da matriz de materialidade, das metas e do plano estratégico de sustentabilidade da Companhia.
- (n) Analisar, tomar providências e, conforme o caso, submeter ao Conselho assuntos envolvendo questões ambientais, sociais e/ou de governança corporativa ("ESG") que representem riscos ou possam ter impacto relevante para a imagem, para os negócios, para os resultados de longo prazo,

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

ou no relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores da Companhia.

- (o) Supervisionar o desempenho da Companhia em matéria de desenvolvimento sustentável.
- (p) Supervisionar e opinar a respeito da adesão, continuidade ou ações visando ingresso/melhor posicionamento da Companhia em "Índices", "Ratings", "Protocolos", "Princípios", "Acordos" e "Tratados", nacionais ou internacionais, relacionados com ESG.
- (q) Aprovar as normas e procedimentos corporativos relacionados às questões de responsabilidade socioambiental.
- (r) Assegurar que a Companhia cumpra e pratique as melhores práticas, políticas, procedimentos, normas e legislações aplicáveis à matéria de ESG.
- (s) Recomendar a inclusão da responsabilidade socioambiental no planejamento estratégico da Companhia, bem como nas práticas de gestão da organização e nas suas operações.

Comitê de Serviços Financeiros:

O Comitê de Serviços Financeiros é composto por, no mínimo, 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, sendo ao menos 02 (dois) membros do Conselho de Administração, que não participem da Diretoria, e demais membros especialistas, que devem ser externos com experiência e conhecimento profissional específico, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo possível a reeleição.

Compete ao Comitê de Serviços Financeiros, nos termos do seu Regimento Interno, o que segue:

- a) Examinar periodicamente e sugerir alterações, quando cabíveis, a Declaração de Appetite por Riscos ("RAS") proposta pela Diretoria, para assegurar que esteja compatível com seus objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados.
- b) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da Declaração por Appetite por Riscos ("RAS") proposta pela Diretoria.
- c) Assegurar que a Diretoria esteja sempre atualizada em relação às principais normas legais, estatutárias e regulatórias das atividades de Serviços Financeiros, e que acompanhe com regularidade potenciais alterações dessas normas que estejam sendo discutidas pelo mercado e pelas autoridades.
- d) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da estrutura legal da atividade de Serviços Financeiros proposta pela Diretoria.
- e) Apoiar a Diretoria na formulação da estratégia de *funding* das operações, sempre avaliando as possíveis estruturas alternativas e sua adequação em termos de volume e condições de prazo e custo.
- f) Examinar periodicamente e sugerir alterações, quando cabíveis, nas estratégias relacionados a: (i) modelo de negócios; (ii) portfólio de Produtos; e (iii) parcerias para a exploração de produtos e/ou serviços financeiros propostos pela Diretoria, para assegurar que estejam compatíveis com seus objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados.
- g) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da estratégia relacionada ao: (i) modelo de negócios; (ii) portfólio de produtos; e (iii) parcerias para a exploração de produtos e/ou serviços financeiros propostos pela Diretoria.
- h) Apoiar a Diretoria na atribuição de alçadas individuais e coletivas aos membros da Diretoria para aprovação de assuntos relacionados à assunção de obrigações e riscos pela Companhia.
- i) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das alçadas propostas pela Diretoria.
- j) Monitorar periodicamente os resultados das operações dos serviços financeiros, com foco em: vendas, margens, crédito, EBITDA e *cashflow*, por meio de métricas apropriadas.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Monitorar o desempenho do mercado de Serviços Financeiros em geral, e, em particular, o dos concorrentes diretos.

COMITÊ INTERNO DE ESG ("CIESG")

O CIESG é um órgão interno subordinado e vinculado à Diretoria Executiva e é responsável por auxiliar a Diretoria Executiva, o CGASG e CARF em suas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados ao tema ESG (práticas ambientais, sociais e de governança).

COMITÊ INTERNO DE ÉTICA ("CIE")

O Comitê Interno de Ética é um órgão interno subordinado e vinculado à Diretoria Executiva e é responsável por auxiliar a Diretoria Executiva e CARF em suas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados ao canal de denúncias da Companhia.

SECRETARIA DE GOVERNANÇA

É um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e aos Comitês de Assessoramento, atualmente vinculado à Diretoria Executiva e tem como uma das suas principais responsabilidades auxiliar os órgãos nos processos de governança corporativa da C&A, no funcionamento de suas atividades e no aprimoramento das melhores práticas.

Os regimentos citados acima podem ser consultados no site da Companhia: <https://ri.cea.com.br>.

b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nos termos da Política Corporativa de Contratação do Auditor Externo, aprovada pelo Conselho de Administração em 10/08/2021 e disponível no site da Companhia: <https://ri.cea.com.br>, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos deve avaliar anualmente o auditor externo, bem como recomendar ao Conselho sobre a contratação do prestador de serviços para o ano fiscal/calendário seguinte.

A referida política determina as regras relativas à avaliação do auditor, bem como a eventual contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente.

c) e houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Contamos com uma alta liderança comprometida com o assunto, com competências atribuídas e acompanhadas periodicamente pelo Conselho de Administração ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos a respeito do tema, conforme regimento interno disponível no site de RI, e com instalação pela Diretoria Executiva de um comitê interno de ética para assegurar o tratamento do tema com a seriedade e comprometimento necessários, além do bom desempenho da área de Compliance Corporativo e Ética.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Comitê Interno de Ética é um órgão interno subordinado e vinculado à Diretoria Executiva e é responsável por auxiliar a Diretoria Executiva e CARF em suas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados ao canal de denúncias da Companhia.

A C&A disponibiliza todos os dias da semana, em três idiomas e de fácil acesso aos seus associados, terceiros e sociedade em geral, um Canal de Ética exclusivo da C&A para receber relatos sobre condutas que violam nosso compromisso com a ética, integridade e transparência. Entre as várias tipologias previstas no Canal, estão tópicos de natureza ambiental, social e de governança. O canal é um recurso de comunicação seguro e, se desejado, anônimo, gerido por empresa independente e especializada, que assegura a confidencialidade das informações e o tratamento adequado, sem conflitos de interesses, de cada situação.

Todas as denúncias recebidas, via site ou telefone, passam por triagem inicial e, em seguida, são direcionadas para apuração da Companhia. Medidas cabíveis são aplicadas sempre que necessário, sendo que as penalidades adotadas pela C&A são proporcionais à natureza e gravidade da violação.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Cristina Presz Palmaka de Luca **CPF:** 100.484.148-59 **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 06/09/1968

Experiência Profissional: A Sra. Cristina é Presidente da SAP América Latina e Caribe desde agosto de 2020, depois de ter presidido a SAP Brasil por 7 anos. Possui uma vasta experiência profissional no segmento de TI no Brasil, com foco em inovação e tecnologia. Em sua carreira acumula passagens em empresas como Compaq, Microsoft, HP e Phillips. Ela também é membro do Conselho de Administração da Arcos Dourados, onde atua como agente de governança corporativa, promovendo igualdade e diversidade no ambiente corporativo, articulando uma boa integração entre times. Atua ainda no Conselho de Administração da Eurofarma. É formada em ciências contábeis pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado e em administração de empresas pela FGV – Fundação Getulio Vargas, com MBA pela FGV – Fundação Getulio Vargas e a University of Texas. A Sr. Cristina não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, a Sra. Cristina é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do comitê de gente e ASG	28/04/2023	Não	20/10/2020

Nome: Diego Santana Tristão **CPF:** 004.990.420-50 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 24/01/1986

Experiência Profissional: O Sr. Diego é formado em Ciências Econômicas e mestrado em Finanças na Universidade Federal do Rio Grande do Sul Graduação (UFRGS), atuando há mais de 9 anos como gestor na área de finanças e controladoria. O Sr. Diego não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.Além disso, o Sr. Diego é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	Pres. C.F.Eleito p/Controlador	Não ocupa outros cargos na Companhia	28/04/2023	Sim	28/04/2022

Nome: Fernando Garcia Brossi **CPF:** 214.387.588-63 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 29/08/1976

Experiência Profissional: O Sr. Fernando é formado em engenharia elétrica pelo Instituto Mauá de Tecnologia. Trabalhou por cinco anos (2000-2006) no Banco Citibank, onde desempenhou a função de coordenador de risco de crédito. Posteriormente, foi superintendente de cartões do Banco Ibi, entre 2006 e 2009. Em 2009, se tornou gerente sênior da Companhia, em 2012 se tornou diretor de supply chain, em 2018 se tornou o Diretor de Operações e em 2021 passou a ser o Diretor de Operções e Serviços Financeiros.O Sr. Brossi é membro-diretor do Conselho de Administração do Instituto Camp;A.Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/05/2023	2 anos	Outros Diretores	N/A	02/05/2023	Sim	28/08/2019

Nome: Francislei Cassio Donatti **CPF:** 137.942.248-50 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 30/06/1966

Experiência Profissional: Sr. Donatti trabalha é economista, formado pela Universidade Anchieta, em MBA Fundação Dom Cabral – 2008, e com Leadership na Kellogg School of Management – 2003,em especialização Leading Excellence - IMD Suíça – 2014, Leadership – Sanford University – 2014. Atua na Companhia há 29 anos, sendo que começou quando ainda era estagiário. Se tornou chefe de compras em 2006 e diretor comercial em 2015, tendo antes passado pela Vulcabrás e pela Editora Abril.O Sr. Francislei Cassio Donatti é membro-diretor do Conselho de Administração do Instituto Camp;A.Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/05/2023	2 anos	Outros Diretores	N/A	02/05/2023	Sim	28/08/2019

Nome: Isabella de Oliveira Vianna Cavalcanti Wanderley **CPF:** 949.606.587-20 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 02/08/1968

Experiência Profissional: A Sra. Isabella é uma executiva sênior que desenvolveu a maior parte da sua carreira nas áreas comercial e de marketing e, desde 2021, tem atuado como General Manager da Novo Nordisk Brasil. Ela é uma profunda conhecedora dos setores de consumo e varejo, principalmente do setor de beleza. Ela atuou em empresas de destaque, tanto multinacionais quanto nacionais como L’Oreal, Gillette, The Body Shop e Grupo Boticário. Sua atuação no Grupo Boticário ocorreu por um período de 10 anos ocupando as posições de Diretora de Marketing e Produtos e Vice-Presidente de Novos Canais. Isabella é graduada em Economia pela PUC-RJ, possui um MBA em Marketing pelo Instituto Tecnológico Autônomo de México e AMP no ISE-IESE. Além disso é socia minoritária da MUDE Serviços Digitais Ltda.A Sra. Isabela não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.Além disso, a Sra. Isabela é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro de comitê de estratégia	28/04/2023	Não	28/04/2023

Nome: Jamil Saud Marques CPF: 312.645.158-63 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 09/06/1983

Experiência Profissional: O Sr. Jamil Saud Marques atua como CFO do banco Neon e é membro do Comitê de Auditoria da Westwing Brasil. Antes de se juntar à Neon, atuou como CFO na Cognia Educação, foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Vasta Platform, e exerceu diferentes funções na AES Corporation no Brasil, na McKinsey amp; Company na América Latina e no banco UBS em São Paulo, Zurique e Londres. Jamil é Engenheiro de Produção formado pela Escola Politécnica da USP e possui MBA pelo INSEAD na França e Singapura.O Sr. Jamil não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.Além disso, o Sr. Jamil é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do comitê de auditoria, riscos e finanças e do comitê de serviços financeiros	28/04/2023	Não	23/03/2022

Nome: Laurence Beltrão Gomes **CPF:** 585.750.140-72 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 04/07/1970

Experiência Profissional: O Sr. Laurence possui extensa experiência na liderança de áreas financeiras, sendo membro da diretoria de empresas de capital aberto desde 2007. Exerceu o cargo de Vice-Presidente Financeiro e DRI na Lavoro Agro de 2021 a 2023; Diretor Administrativo Financeiro e RI da Lojas Renner de 2013 a 2020, onde também acumulou a função de Diretor Presidente da Realize CFI. Na WEG S.A., entre 2010 e 2013, exerceu a função de Diretor Financeiro e RI, e na SLC Agrícola ocupou o cargo de Diretor Financeiro e RI entre 2006 e 2010. É formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde concluiu mestrado em Administração, além de vários cursos de especialização no Brasil e exterior. Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	19/06/2023	2 anos	Diretor de Relações com Investidores	Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores	19/06/2023	Sim	19/06/2023

Nome: Manuel da Cunha Marinho **CPF:** 004.680.977-59 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 24/09/1969

Experiência Profissional: O Sr. Manuel da Cunha Marinho é advogado e contador, com especialização acadêmica em Direito Societário e Governança Corporativa e MBA em Gestão Corporativa. Atuou na PwC por 25 anos. Ex-sócio da área de Consultoria Tributária e Societária entre 2004 a 2020, com alocação profissional a partir de 2009 na prática de Tax Reporting and Strategy, uma vertical de negócio da PwC especializada em projetos voltados para aspectos organizacionais, de processos e de tecnologia da Função Fiscal das empresas, tendo acumulado casos de sucesso significativo em diversos segmentos de negócios. É sócio fundador da EthQuo Compliance, empresa de tecnologia dedicada a suporte em informações públicas para background check e due diligence de contrapartes. O Sr. Manuel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, o Sr. Manuel é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	Não ocupa outros cargos na Companhia.	28/04/2023	Sim	28/04/2022

Nome: Marcos Guimarães Grasso **CPF:** 045.350.748-44 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 18/05/1962

Experiência Profissional: O Sr. Marcos é graduado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV, certificado em executive coaching pela Universidade de Columbia, EUA e com formação executiva em governança, gestão e liderança na Harvard Business School, Oxford University, Columbia University e IBGC. Possui mais de 25 anos de experiência executiva em empresas de consumo onde atuou em diversos países como Brasil, Estados Unidos, Indonésia, Portugal e Colômbia, e em empresas como Warner-Lambert, Pfizer, Cadbury, Kraft Foods/Mondelez. Atualmente o Sr. Marcos é Senior Advisor e Head da Eurazeo para a América do Sul; Membro do Conselho Consultivo e coordenador do Comitê de Estratégia da Cacau Show; Membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Pessoas da Neogrid e Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu, organização sem fins lucrativos. Atuou ainda como conselheiro de administração em empresas como BRF, Condor, Iberchem, Marilan, e Tokamp;Stok e como conselheiro consultivo na Camp;A. Sr. Marcos é sócio da M2G Advisors, mentor da Endeavor, mentor do Programa de Diversidade em Conselhos PDEC-IBGC e mentor/coach de CEO's. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2025	Presidente do Conselho de Administração	Membro do comitê de estratégia e do comitê de gente e ASG	28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome: MARIA CAROLINA BRASIL BORGHESI **CPF:** 196.886.168-85 **Profissão:** Gestora de Recursos Humanos **Data de Nascimento:** 10/12/1973

Experiência Profissional: Sra. Maria Carolina Brasil Borghesi é formada em administração de empresas pela FEA-USP, possui MBA em RH também pela USP, com Especialização em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral e INSEAD. Possui ampla experiência na área de Recursos Humanos tendo atuado em grandes empresas do setor de varejo no Brasil e no exterior, tais como, Dafiti, Carrefour e Tok&Stok, além de ter passagem em empresas dos setores financeiro, aéreo e industrial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/10/2023	2 anos	Outros Diretores	Diretora Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG	16/10/2023	Sim	16/10/2023

Nome: Marina de Mesquita Willisch **CPF:** 297.395.578-56 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 21/01/1979

Experiência Profissional: A Sra. Marina é, desde julho de 2019, vice-presidente de Relações Institucionais, Comunicação e ESG da General Motors América do Sul. A executiva acumula 20 anos de experiência nas áreas jurídica, financeira e tributária, no Brasil e na Alemanha, sendo mais de 15 anos de atuação na indústria automotiva. Iniciou na General Motors em 2013 como diretora tributária para o Brasil, assumindo, em 2015, a liderança da área para a América do Sul e, em 2019, a vice-presidência de relações institucionais, comunicação e ESG. Anteriormente, atuava como head da área tributária da Mercedes Benz do Brasil, empresa em que ingressou como trainee em 2003. Antes disso, atuou como advogada no escritório Baker amp; Mckenzie, entre 2000 e 2003. Marina é especialista em Direito Corporativo e Economia pela Fundação Getúlio Vargas, e Bacharel em Direito pela PUC/SP. A Sra. Marina não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, a Sra. Marina é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Não ocupa outros cargos na Companhia.	28/04/2023	Sim	28/04/2022

Nome: Meily Franco de Paula **CPF:** 862.823.445-49 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 29/07/1975

Experiência Profissional: A Sra. Meily é formada em Direito pela Universidade Salvador e em Ciências Contábeis pela Faculdade Baiana de Ciências, possui especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Atualmente é Regional Tax Director LATAM na Alstom e possui mais de 16 anos de experiência em consultoria tributária. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, a Sra. Meily é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	Não ocupa outros cargos na Companhia	28/04/2023	Sim	28/04/2023

Nome: Paulo Correa Junior **CPF:** 926.420.477-68 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 06/01/1965

Experiência Profissional: O Sr. Paulo é engenheiro de produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA em administração de empresas em Duke. Foi consultor sênior da McKinsey entre 2001 e 2003; diretor da Xerox entre 2003 e 2004 e trabalha na Companhia desde 2004, onde já foi diretor e vice-presidente, ocupou o cargo de Diretor Comercial entre 2008 e 2014 e assumiu o cargo de Diretor Presidente em 2015.O Sr. Paulo é membro do Conselho de Administração do Instituto Camp;A.Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/05/2023	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente	Membro do comitê de estratégia	02/05/2023	Sim	28/08/2019

Nome: Peter Takaharu Furukawa **CPF:** 031.741.678-25 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 17/03/1962

Experiência Profissional: O Sr. Peter Furukawa possui mais de 15 anos de experiência como CEO e possui profundas habilidades estratégicas, operacionais e comerciais, além de uma trajetória de sucesso em serviços financeiros de varejo. Atualmente é o CEO da Lojas Quero Quero, tendo sido um dos responsáveis pelo seu IPO em agosto de 2020, também é membro do conselho de administração da Fortbras. Em sua carreira Peter atuou como CEO da IMC, COO da Pernambucanas, CEO do Submarino, Diretor Financeiro na PepsiCo Foods e Senior Engagement Manager na McKinsey amp; Co. É formado em Ciências da Computação e possui MBA pela Brigham Young University – EUA e exerce a função de vice presidente do CDL de Porto Alegre.O Sr. Peter não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiroDeclara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.Além disso, o Sr. Peter é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do comitê de serviços financeiros	28/04/2023	Não	20/10/2020

Nome: Rafael de Souza Morsch **CPF:** 012.184.570-23 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 27/11/1990

Experiência Profissional: O Sr. Rafael é formado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2012 e é sócio na Zenith Asset Management Ltda. É membro associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e da APIMEC-SUL. Além disso, atuou como membro do conselho fiscal da Positivo Tecnologia S.A., da Coteminas S.A., da Encorpar S.A., da Companhia Tecidos Santanense S.A., da Excelsior Alimentos S.A. e da Forjas Taurus S.A., além de ter atuado como membro suplente do conselho fiscal da Metalgráfica Iguaçu S.A., da Companhia Tecidos Satanense S.A. e da Encorpar S.A. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, o Sr. Rafael é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	Ate AGO a ser realizada em 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	Não ocupa outros cargos na Companhia	28/04/2023	Não	28/04/2023

Nome: THIAGO WOLF PEREIRA **CPF:** 011.381.810-64 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 03/04/1986

Experiência Profissional: O Sr. Thiago é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o sr. Thiago Wolf Morsch é Sócio da Zenith Asset Management Ltda, e já atuou como Membro Efetivo do Conselho Fiscal nas empresas Metalgráfica Iguaçu S/A (de 2018 a 2021) e Randon S/A Implementos e Participações (em 2022). Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, o Sr. Thiago é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	Não ocupa outros cargos na Companhia	28/04/2023	Não	28/04/2023

7.4 Composição dos comitês

Nome: Ana Paula Malvestio CPF: 138.576.478-33 Profissão: Advogada Data de Nascimento: 21/09/1969

Experiência Profissional:

A Sra. Ana tem experiência de mais de 30 anos em Big Four, sendo 19 como sócia atuando nas áreas de consultoria tributária e societária, agronegócio, diversidade e inclusão. Liderou na PwC a implementação de processos de governança corporativa em empresas familiares, especialmente na área tributária e societária, em empresas do Agronegócio brasileiro, setor que também liderou e contribuiu com o desenvolvimento de um centro de excelência global. Atuou de forma intensa no contexto de aumento dos investimentos estrangeiros, em diversas expansões de negócios, em frentes como estruturação societária, definições de business plan, análises da cadeia de valor, due diligencies, revisão e elaboração de contratos, dentre tantos outros. Como líder de Diversidade e Inclusão na PwC Brasil e membro do comitê global de líderes de Diversidade, participou ativamente do desenvolvimento e implementação de políticas em diferentes dimensões do tema, tendo sido a porta-voz em diversos eventos, artigos e publicações de alta relevância nesses assuntos. A Sra. Ana tem larga experiência em Coaching e Mentoring. Entre os anos de 2018 e 2020, atuou na PwC de Nova York como líder do US Brazil Business Center, onde pode apoiar empresas dos dois países. É conselheira formada no IBGC, atualmente se dedica ao aprofundamento dos temas de ESG, além de atuar como Conselheira Fiscal na Raízen e consultora em governança para empresas familiares. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2023	Até primeira reunião do CA após a realização da AGO de 2024			02/05/2023	Não	02/05/2023

Nome: Cristina Presz Palmaka de Luca CPF: 100.484.148-59 Profissão: Contadora Data de Nascimento: 06/09/1968

Experiência Profissional: A Sra. Cristina é Presidente da SAP América Latina e Caribe desde agosto de 2020, depois de ter presidido a SAP Brasil por 7 anos. Possui uma vasta experiência profissional no segmento de TI no Brasil, com foco em inovação e tecnologia. Em sua carreira acumula passagens em empresas como Compaq, Microsoft, HP e Phillips. Ela também é membro do Conselho de Administração da Arcos Dourados, onde atua como agente de governança corporativa, promovendo igualdade e diversidade no ambiente corporativo, articulando uma boa integração entre times. Atua ainda no Conselho de Administração da Eurofarma. É formada em ciências contábeis pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado e em administração de empresas pela FGV – Fundação Getulio Vargas, com MBA pela FGV – Fundação Getulio Vargas e a University of Texas. A Sr. Cristina não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, a Sra. Cristina é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2023	Até primeira reunião do CA após a realização da AGO de 2024	Comitê de Gente e ASG		02/05/2023	Não	20/12/2021

Nome: Isabella de Oliveira Vianna Cavalcanti Wanderley **CPF:** 949.606.587-20 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 02/08/1968

Experiência Profissional: A Sra. Isabella é uma executiva sênior que desenvolveu a maior parte da sua carreira nas áreas comercial e de marketing e, desde 2021, tem atuado como General Manager da Novo Nordisk Brasil. Ela é uma profunda conhecedora dos setores de consumo e varejo, principalmente do setor de beleza. Ela atuou em empresas de destaque, tanto multinacionais quanto nacionais como L’Oreal, Gillette, The Body Shop e Grupo Boticário. Sua atuação no Grupo Boticário ocorreu por um período de 10 anos ocupando as posições de Diretora de Marketing e Produtos e Vice-Presidente de Novos Canais. Isabella é graduada em Economia pela PUC-RJ, possui um MBA em Marketing pelo Instituto Tecnológico Autônomo de México e AMP no ISE-IESE. Além disso é socia minoritária da MUDE Serviços Digitais Ltda.A Sra. Isabela não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.Além disso, a Sra. Isabela é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2023	Até primeira reunião do CA após a realização da AGO de 2024	Comitê de Estratégia		02/05/2023	Não	28/04/2023

Nome: Marcos Guimarães Grasso **CPF:** 045.350.748-44 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 18/05/1962

Experiência Profissional: O Sr. Marcos é graduado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV, certificado em executive coaching pela Universidade de Columbia, EUA e com formação executiva em governança, gestão e liderança na Harvard Business School, Oxford University, Columbia University e IBGC. Possui mais de 25 anos de experiência executiva em empresas de consumo onde atuou em diversos países como Brasil, Estados Unidos, Indonésia, Portugal e Colômbia, e em empresas como Warner-Lambert, Pfizer, Cadbury, Kraft Foods/Mondelez. Atualmente o Sr. Marcos é Senior Advisor e Head da Eurazeo para a América do Sul; Membro do Conselho Consultivo e coordenador do Comitê de Estratégia da Cacau Show; Membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Pessoas da Neogrid e Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu, organização sem fins lucrativos. Atuou ainda como conselheiro de administração em empresas como BRF, Condor, Iberchem, Marilan, e Tokamp;Stok e como conselheiro consultivo na Camp;A. Sr. Marcos é sócio da M2G Advisors, mentor da Endeavor, mentor do Programa de Diversidade em Conselhos PDEC-IBGC e mentor/coach de CEO's. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2023	Até primeira reunião do CA após a realização da AGO de 2024	Comitê de Estratégia		02/05/2023	Não	02/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2023	Até primeira reunião do CA após a realização da AGO de 2024	Comitê de Gente e ASG		02/05/2023	Não	02/05/2023

Nome: Maria Susana de Souza **CPF:** 399.000.104-34 **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 24/08/1964

Experiência Profissional: A Sra. Susana é formada em Psicologia Organizacional e pós graduação em Administração e Planejamento de Recursos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco. Cursou os Programas PMD e AMP no IESE Universidade de Navarra em Barcelona. A Sra. Susana é uma executiva atuante na área de Gente, Cultura e Sustentabilidade, com ênfase na indústria do Varejo há mais de 30 anos, tendo trabalhado no Walmart/Bompreço de 1997 à 2010, onde ocupou diferentes posições de liderança em Recursos Humanos e nos últimos anos esteve à frente da Diretora de Desenvolvimento Organizacional e Diversidade. Posteriormente ingressou no Makro South América, empresa do grupo Holandês SHV, em 2010, onde liderou as estratégias de Recursos Humanos na região até 2014. Atualmente é a Diretora Vice Presidente de Gente, Cultura e Sustentabilidade da Raia Drogasil, cargo que ocupa desde 2014. A Sra. Susana não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro. Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2023	Até primeira reunião do CA após a realização da AGO de 2024	Comitê de Gente e ASG		02/05/2023	Não	19/01/2021

Nome: Paulo Correa Junior **CPF:** 926.420.477-68 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 06/01/1965

Experiência Profissional:

O Sr. Paulo é engenheiro de produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA em administração de empresas em Duke. Foi consultor sênior da McKinsey entre 2001 e 2003; diretor da Xerox entre 2003 e 2004 e trabalha na Companhia desde 2004, onde já foi diretor e vice-presidente, ocupou o cargo de Diretor Comercial entre 2008 e 2014 e assumiu o cargo de Diretor Presidente em 2015. O Sr. Paulo é membro do Conselho de Administração do Instituto Camp. A. Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2023	Até primeira reunião do CA após a realização da AGO de 2024	Membro do Comitê de Estratégia.		02/05/2023	Não	02/05/2023

Nome: Peter Takaharu Furukawa **CPF:** 031.741.678-25 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 17/03/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Peter Furukawa possui mais de 15 anos de experiência como CEO e possui profundas habilidades estratégicas, operacionais e comerciais, além de uma trajetória de sucesso em serviços financeiros de varejo. Atualmente é o CEO da Lojas Quero Quero, tendo sido um dos responsáveis pelo seu IPO em agosto de 2020, também é membro do conselho de administração da Fortbras. Em sua carreira Peter atuou como CEO da IMC, COO da Pernambucanas, CEO do Submarino, Diretor Financeiro na PepsiCo Foods e Senior Engagement Manager na McKinsey amp; Co. É formado em Ciências da Computação e possui MBA pela Brigham Young University – EUA e exerce a função de vice presidente do CDL de Porto Alegre. O Sr. Peter não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro Declara que: (i) nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento); (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, o Sr. Peter é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2023	Até primeira reunião do CA após a realização da AGO de 2024	Coordenador do Comitê de Serviços Financeiros		02/05/2023	Não	22/12/2021

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há na data deste Formulário de Referência relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre administradores da Companhia e/ou entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há na data deste Formulário de Referência relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia oferece 2 seguros de responsabilidade civil em favor de seus administradores contra eventuais danos e prejuízos por atos vinculados ao exercício de suas funções e atribuições na Companhia, cujo limite máximo de garantia total é de R\$ 181.212.278,00 (cento e oitenta e um milhões, duzentos e doze mil e duzentos e setenta e oito reais), sendo uma com (i) a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e AIG Seguros Brasil S.A. (“Apólice de Primária”), com cobertura no limite de até R\$ 100.000.000,00 (cento milhões de reais), prêmio líquido de R\$ 263.610,66 (duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e dez reais e sessenta e seis centavos) e vigência até 31 de outubro de 2023 e a outra com (ii) Allianz Global Corporate & Specialty A.G., em excesso ao limite da Apólice Primária (“Apólice de 1º Excesso”), com cobertura no limite de até R\$ 81.212.278,00 (oitenta e um, duzentos e doze mil e duzentos e setenta e oito reais), prêmio líquido de R\$ 67.677,35 (sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos) e vigência até 31 de outubro de 2023 (“Seguros D&O”).

Visando a atração e retenção de bons profissionais e a composição de um pacote de cobertura adequado para administradores da Companhia, em 10 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou, nos termos dos parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 15 do Estatuto Social, a celebração do Acordo de Indenidade com os todos membros da diretoria executiva e do Conselho de Administração (“Acordo”), por meio do qual a Companhia se compromete a indenizar toda e quaisquer despesas razoáveis nas quais estes comprovadamente vierem a incorrer ou por valores que sejam condenados a pagar por força do exercício regular de suas funções na Companhia, nos termos deste Acordo e conforme permitido pela lei e orientação da CVM aplicável.

7.8 Outras informações relevantes

Assembleia Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Geral da Companhia realizadas nos últimos anos, (i) data de realização; (ii) caso de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum exato de instalação de cada assembleia:

Evento	Data	Quórum de Instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26/06/2020	72,90%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2021	77,50%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2022	74,40%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2023	69,15%	Não

No que diz respeito às atribuições dos órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração não estatutários, as informações estão disponíveis no item 7.1 deste Formulário de Referência. Não há qualquer relação hierárquica entre os referidos órgãos, sendo todos subordinados apenas e diretamente ao Conselho de Administração.

Nos termos do disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração, a pauta das reuniões é enviada para a análise do conselheiro, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias de forma que ele possa analisar as matérias antes de sua votação.

Adicionalmente, há reuniões de reportes periódicos da diretoria de Relações com Investidores e ESG junto ao Conselho de Administração, os quais ocorrem, em média, três vezes e duas vezes ao ano, respectivamente.

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide itens 7.3 a 7.4 deste Formulário de Referência.

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E O CÓDIGO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – COMPANHIAS ABERTAS

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelos Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Abertas, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal.

7.8 Outras informações relevantes

SEGMENTO DE LISTAGEM DO NOVO MERCADO

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 7.

8.1 Política ou prática de remuneração

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia possui uma Política de Remuneração dos Executivos, devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019 (“Política de Remuneração”), e que encontra-se disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e na página de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), na aba “Governança Corporativa” e no ícone “Estatuto, Políticas e Regimentos”.

A Política de Remuneração possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

b) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, indicando

(ii) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

A participação dos órgãos da Companhia, no processo de definição de remuneração está estabelecida na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia¹ e na Política de Remuneração.

Uma vez determinada a remuneração global da Administração, pela Assembleia Geral, compete ao Conselho de Administração, alocar a remuneração individual do próprio Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal, se instalado, e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (“Comitês de Assessoramento”).

Adicionalmente, vale ressaltar, que compete ao Comitê de Recursos Humanos e Sustentabilidade, nos termos do item 2.1 “e” do Regimento Interno do Comitê de Recursos Humanos e Sustentabilidade², propor o pacote de remuneração e benefícios dos Conselheiros, membros de comitês e do Diretor Presidente, assim como analisar e opinar a respeito do pacto proposto pelo Diretor Presidente para a

¹ O Estatuto Social da Companhia está disponível nos seguintes endereços:

Site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), na aba “Governança Corporativa”, e no ícone “Estatuto, Políticas e Regimentos”;
Site da CVM (www.gov.br/cvm); e
Site da B3 (www.b3.com.br).

² O Regimento Interno do Comitê de Recursos Humanos e Sustentabilidade da Companhia está disponível nos seguintes endereços:

Site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), na aba “Governança Corporativa”, e no ícone “Estatuto, Políticas e Regimentos”;
Site da CVM (www.gov.br/cvm); e
Site da B3 (www.b3.com.br).

8.1 Política ou prática de remuneração

Diretoria Executiva, com base nas melhores práticas do mercado bem como responsabilidades e desempenho individuais da empresa.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

O Conselho de Administração realiza pesquisas de mercado periódicas, com vistas a identificar os parâmetros de remuneração no segmento de atuação da Companhia e, caso necessário, contrata empresas de consultoria especializadas no tema em questão. Referidas pesquisas de mercado fornecem dados de mediana e quartis, e fundamentam os aumentos salariais, bem como as tomadas de decisões de inclusão ou exclusão de benefícios.

(iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

O Conselho de Administração avalia, anualmente, a adequação da Política de Remuneração, por meio de diretrizes e objetivos do negócio e por meio de pesquisas de mercado de forma a verificar a sua aderência com as responsabilidades de cada administrador, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

c) composição da remuneração, indicando

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Seus objetivos e alinhamento que compõem a remuneração aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração dos administradores da Companhia é composta por **(i)** uma remuneração fixa; **(ii)** uma remuneração variável; e **(iii)** uma remuneração baseada em ações, conforme descrição abaixo:

- (a) Remuneração fixa:** A remuneração fixa dos administradores da Companhia compreende **(i)** um pró-labore mensal fixo e **(ii)** um pacote de benefícios, os quais são descritos abaixo:

(a.1) *Pró-labore mensal fixo*: tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio. Os administradores podem ser elegíveis a uma remuneração fixa, a qual utiliza como referência pesquisas salariais anuais conduzidas por consultorias especializadas independentes, principalmente envolvendo empresas de setor similar.

(a.2) *Pacote de Benefícios*: visa dar maior segurança aos administradores e permitir o foco no desempenho de suas funções.

- (b) Remuneração variável:** A remuneração variável dos administradores da Companhia é composta por um programa de participação nos lucros resultados, o qual objetiva premiar o alcance e superação das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhado ao desempenho,

8.1 Política ou prática de remuneração

sustentabilidade e à estratégia de crescimento da Companhia em cada exercício social.

- (c) **Remuneração baseada em ações:** A remuneração baseada em ações é composta por um plano de incentivo de longo prazo, o qual visa incentivar, bem como alinhar interesses de longo prazo dos nossos acionistas, de modo a maximizar a criação de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração do Conselho de Administração, dos Diretores Estatutários, dos membros de Comitês de Assessoramento e dos membros do Conselho Fiscal, abordando, na sequência, as eventuais especificidades de cada elemento da remuneração para cada órgão da administração.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será composta por uma remuneração fixa mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições. Referida remuneração será revisada ao menos a cada dois anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos Conselheiros, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas relacionadas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro.

Diretoria Executiva (estatutária e não estatutária)

A remuneração dos diretores executivos da Companhia será composta por um salário fixo mensal, definido de acordo com a negociação individual com cada um dos diretores executivos, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas independentes, principalmente envolvendo empresas de setor similar, observadas as disposições da Política de Remuneração.

Os diretores executivos da Companhia receberão, ainda, valores a título de Participação nos Resultados ("PPR") da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no plano de PPR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas nos termos do plano de PPR.

Os diretores executivos da Companhia poderão, ainda, ter direito ao plano de opção baseado em ações, observados os regramentos definidos no plano mencionado na Política de Remuneração.

Adicionalmente, os diretores executivos da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) plano de saúde; (ii) plano odontológico; (iii) refeição; (iv) veículo; (v) *check-up*; e (vi) pós-emprego. No que concerne aos benefícios pós-emprego, estes correspondem à previdência privada concedida pela Companhia a seus diretores executivos como complementação do método tradicional de contribuição para o INSS. Trata-se de adicional à remuneração, que serve como forma de reter os diretores e mitigar a competição do mercado.

Comitês de Assessoramento

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento instalados e de eventuais comitês da

8.1 Política ou prática de remuneração

Companhia que venham a ser instituídos pelo Conselho de Administração, será composta por uma remuneração fixa mensal.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado, serão remunerados em conformidade com a legislação em vigor, portanto, dentro do valor global máximo aprovado em assembleia geral de acionistas.

- Sua proporção na remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais;

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o **exercício social de 2022** foram, aproximadamente:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal	100,00%	52,20%	100%
Remuneração Variável	0,00%	47,80%	0%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o **exercício social de 2021** foram, aproximadamente:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2021			
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal	100,0%	41,07%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	58,93%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	0,00%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o **exercício social de 2020** foram, aproximadamente:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2020			
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal	100,0%	40,41%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	59,59%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	0,00%

Com relação à remuneração dos Comitês de Assessoramento, conforme indicado acima, a remuneração dos membros dos comitês é 100% composta por remuneração fixa.

- metodologia de cálculo e reajuste

8.1 Política ou prática de remuneração

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo e de reajuste usadas em cada elemento da remuneração dos Administradores:

Órgão	Remuneração fixa	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável Curto Prazo	Incentivos de Longo Prazo
Conselho de Administração	Pagamento em 12 parcelas/ano, reajustadas, no máximo, a cada 2 anos conforme pesquisas salariais e atividades prestadas.	n/a	n/a	n/a
Diretoria Estatutária	Pagamento em 12 parcelas/ano, acrescida do 13º salário + 0,3333 de férias e reajustadas anualmente conforme pesquisas salariais, bem como em decorrência de análise de meritocracia	São oferecidos conforme práticas de mercado por intermédio de pesquisas salariais e análise de meritocracia	Por ser atrelada à participação nos resultados da Companhia	Baseada no plano de entrega de ações baseado em performance, não possui um cálculo específico
Conselho Fiscal	Pagamento em 12 parcelas/ano, reajustadas, no máximo, a cada 2 anos conforme pesquisas salariais e atividades prestadas.	n/a	n/a	n/a
Comitês de Assessoramento	Pagamento em 12 parcelas/ano, reajustadas, no máximo, a cada 2 anos conforme pesquisas salariais e atividades prestadas.	n/a	n/a	n/a

Vale destacar que a remuneração da Diretoria Executiva da Companhia será reajustada anualmente pelo Conselho de Administração, considerando os seguintes critérios: (i) meritocracia, e (ii) análise da movimentação salarial apresentada pelas pesquisas de mercado realizadas anualmente por consultoria independente e especializada com empresas com filosofia de remuneração consistentes e similares, assim como concorrentes em recursos humanos.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Para a parcela fixa da remuneração, são consideradas pesquisas salariais do mercado, atreladas ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função.

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da remuneração variável fazem parte de um sistema de gestão de metas individuais e das intenções estratégicas da Companhia, que consideram os resultados corporativos e os resultados individuais. Dessa forma, a evolução dos indicadores de desempenho é capturada pela remuneração variável dos diretores executivos da Companhia, a qual está vinculada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Tais metas e indicadores devem considerar os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia, incluindo questões ASG, tais como receita líquida, margem bruta, EBITDA, NPS do Associado (meta de ESG) entre outras a serem definidas anualmente conforme as alavancas estratégicas referidas.

As definições do planejamento estratégico da Companhia são consideradas na remuneração variável da Diretoria estatutária e não estatutária, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a responsabilidade dos administradores e os resultados financeiros consolidados da Companhia, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores operacionais.

(i) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração paga aos administradores da Companhia consiste em um incentivo para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, de acordo com as melhores práticas do mercado, de modo a maximizar a criação de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Em médio prazo, a Companhia visa obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores. Em longo prazo, a Companhia busca reter profissionais qualificados por meio da outorga de remuneração baseada em nossas ações aos colaboradores elegíveis.

Assim, com essa composição da remuneração, buscamos o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

(ii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente, todos os membros da Administração são remunerados pelos cargos que exercem.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, uma vez que a Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

dos membros da sua Administração. Dessa forma, não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, uma vez que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,75	3,00	12,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.052.666,70	8.956.879,61	496.944,00	14.506.490,31
Benefícios direto e indireto	0,00	3.139.504,12	0,00	3.139.504,12
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	2.760.000,00	0,00	0,00	2.760.000,00
Participação de resultados	0,00	8.565.572,40	0,00	8.565.572,40
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	446.501,87	0,00	446.501,87
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.536.209,63	0,00	6.536.209,63
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. Excepcionalmente ao longo do exercício social de 2023, a Companhia concederá aos membros do Conselho de Administração que encerrarão o seu mandato no referido exercício social, um bônus a título de gratificação pelos serviços prestados.	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	
Total da remuneração	7.812.666,70	27.644.667,63	496.944,00	35.954.278,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.154.166,70	7.224.200,07	300.000,00	11.678.366,77
Benefícios direto e indireto	0,00	1.200.819,81	0,00	1.200.819,81
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.170.036,30	0,00	3.170.036,30
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	263.639,46	0,00	263.639,46
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.280.018,51	0,00	4.280.018,51
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	
Total da remuneração	4.154.166,70	16.138.714,15	300.000,00	20.592.880,85

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	0,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.110.000,04	6.225.455,23	0,00	10.335.455,27
Benefícios direto e indireto	0,00	827.976,95	0,00	827.976,95
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.643.955,81	0,00	3.643.955,81
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	331.215,21	0,00	331.215,21
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.708.000,00	0,00	5.708.000,00
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP	
Total da remuneração	4.110.000,04	16.736.603,20	0,00	20.846.603,24

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,67	0,00	9,67
Nº de membros remunerados	4,00	4,67	0,00	8,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.150.034,75	6.575.961,14	0,00	9.725.995,89
Benefícios direto e indireto	0,00	1.057.298,22	0,00	1.057.298,22
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	2.425.630,38	0,00	2.425.630,38
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	645.711,88	0,00	645.711,88
Cessação do cargo	0,00	1.379.065,87	0,00	1.379.065,87
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	10.668.000,00	0,00	10.668.000,00
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	
Total da remuneração	3.150.034,75	22.751.667,49	0,00	25.901.702,24

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,75	0,00	4,75
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8565572,40	0,00	8.565.572,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7033329,60	0,00	7.033.329,60
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8070000,00	0,00	8.070.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5380000,00	0,00	5.380.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4280018,51	0,00	4.280.018,51

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10792949,00	0,00	10.792.949,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7195299,00	0,00	7.195.299,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5708000,00	0,00	5.708.000,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,67	0,00	9,67
Nº de membros remunerados	0,00	4,67	0,00	4,67
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7868930,88	0,00	7.868.930,88
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2950849,08	0,00	2.950.849,08
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2425630,38	0,00	2.425.630,38

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a) Termos e condições gerais

Atualmente, a Companhia possui dois planos de opções de compra de ações, quais sejam o Plano 2019 e o Plano 2023 (e, em conjunto “Planos”), conforme definidos abaixo, os quais têm por objetivo compensar os esforços dos seus beneficiários para o sucesso e a performance da Companhia, bem como visam motivar seus beneficiários a (i) contribuir para a boa performance e apreciação de nossas ações, já que eles se beneficiam de parte desta apreciação, e (ii) para o alcance das metas da Companhia.

Poderão ser elegíveis para o Plano, conselheiros, diretores, empregados ou profissionais de qualquer natureza da Companhia ou de empresa do grupo da Companhia. Dessa forma, ao tornar integrantes chave da Companhia em seus acionistas, incentiva-se a tomada responsável riscos, criando incentivos positivos para que não sejam tomados riscos excessivos e indesejados.

O Conselho de Administração possui autoridade para gerir os Planos e tem poderes para tomar todas as ações necessárias e apropriadas para a administração dos Planos, incluindo: (i) aprovar e colocar em prática regras para a outorga de opções, e resolver quaisquer questões relativas à interpretação do plano (inclusive o prazo de carência ou exercício); (ii) designar indivíduos que poderão participar do plano, bem como definir os termos e condições de opções e as suas modificações, quando necessário ou aconselhável; (iii) determinar a quantidade de opções a serem outorgadas; e (iv) emitir novas ações dentro dos limites do capital autorizado ou autorizar a entrega de ações de tesouraria para satisfazer o exercício das opções. Os termos e condições específicos dos planos de compensação com base em ações são delineados em contratos individuais a serem celebrados pela Companhia e pelos beneficiários dos Planos.

b) Data de aprovação e órgão responsável

Plano 2019

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em sua assembleia geral extraordinária realizada em 2 de outubro de 2019 (“Plano 2019”).

Plano 2023

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em sua assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2023 (“Plano 2023”).

c) Número máximo de ações abrangidas

Plano 2019

O número máximo de ações que podem ser atribuídas como resultado do exercício de opções no âmbito do Plano 2019 está limitado a 3% (três por cento) do capital social total emitido da Companhia imediatamente após a oferta pública inicial (IPO) da Companhia.

Plano 2023

O número máximo de ações que podem ser atribuídas como resultado do exercício de opções no âmbito do Plano 2023 está limitado a 3% (três por cento) do número de ações que compõem o do capital social total emitido da Companhia, que será somado ao percentual restante da diluição anterior do capital social da Companhia, não considerando o volume de opções efetivamente outorgadas no âmbito do Plano de Opções 2019.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Os Planos não estabelecem um número máximo de opções a serem outorgadas para um indivíduo,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

sujeitando-se ao limite de ações previstos no item (c) acima.

e) Condições de aquisição de ações

Plano 2019

O Conselho de Administração irá determinar o período de carência no âmbito de cada programa e isso será detalhado no contrato com o beneficiário. Os beneficiários poderão tornar exigíveis e exercer suas opções sob determinados termos e condições a serem estabelecidos em cada um dos contratos de opção com os respectivos beneficiários.

Os contratos de opção deverão estabelecer também o prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções. A primeira outorga no âmbito do plano, outorgada antes do IPO, tem um prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções, o qual será de 33,34% no primeiro ano e 33,33% para o segundo e terceiro ano de aniversário da data de outorga. A segunda outorga do plano, realizada em 2021, estabelece um prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções, o qual será de 100% após o terceiro ano de aniversário da data da outorga. A terceira outorga do plano, realizada em 2022, estabelece um prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções, o qual será de 100% após o terceiro ano de aniversário da data da outorga.

Plano 2023

O Conselho de Administração determinará a quantidade alvo de Opções de cada Participante, e a quantidade final de Opções a ser efetivamente entregue aos Participantes sujeita à satisfação das condições e período de carência (*vesting*), bem como as metas de desempenho estabelecidos no Programa e/ou o Contrato de Opções do Participante, salvo quando de outra forma determinada pelo Conselho de Administração no âmbito de cada programa ou no contrato com o beneficiário. O Conselho de Administração definirá as condições para que os Participantes recebam as Opções.

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 2019

O preço total por beneficiário a ser pago para o exercício de todas as opções exercidas é de R\$1,00 (um real).

Plano 2023

O preço de exercício global a ser pago pelo Participante pelo exercício de todas as Opções exercidas será determinado pelo Conselho de Administração no respectivo Programa e Contrato de Opções.

g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Em ambos os Planos da Companhia, as opções serão exercíveis dentro de um período a ser determinado caso a caso, contado da data de execução do contrato de opção por meio do qual sejam oferecidas as opções ao beneficiário. O período de carência (*vesting*) será especificado nos contratos de opções de cada um dos beneficiários.

h) Forma de liquidação

Em ambos os Planos da Companhia a liquidação ocorrerá automaticamente ao fim do prazo estabelecido no Contrato de Opções, ocasião em que a Companhia pode escolher entregar ao beneficiário as ações a que faz jus quando do exercício de suas opções através da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, ou entregar ações de tesouraria, ou ainda uma combinação de ambos, conforme decisão do Conselho de Administração.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

i) Restrições à transferência das ações

Em ambos os Planos da Companhia, as opções serão outorgadas aos beneficiários *intuitu personae* (a título personalíssimo), e não poderão ser empenhadas, cedidas ou transferidas a terceiros, sem a aprovação prévia do Conselho de Administração.

j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos poderão ser extinguidos pelo Conselho de Administração a qualquer tempo. O direito de efetivamente receber as opções outorgadas de acordo com os Planos poderá também ser automaticamente extinto, sem qualquer direito de indenização, e todos os seus efeitos cessarão de pleno direito se a Companhia for dissolvida, liquidada, tiver sua falência declarada ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial, conforme a lei brasileira. Adicionalmente, quaisquer alterações materiais às leis aplicáveis às sociedades por ações, companhias abertas, relações trabalhistas ou tributos podem levar à revisão do plano, a fim de assegurar o cumprimento da lei.

k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus diretores previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em ambos os Planos da Companhia, em caso de desligamento de um participante, o Conselho de Administração poderá extinguir ou modificar seus direitos nos termos dos Planos e de acordo com as regras previstas em cada contrato de opção, e programa (exclusivamente para o Plano 2023).

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,760000	0,000000
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00	1,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,340000	0,000000
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00	1,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	4,00	
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,530000	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00	1,00	
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	4,67	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	

8.6 Outorga de opções de compra de ações

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as outorgas de opções de compra de ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária projetadas para o exercício social corrente, e realizadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

Adicionalmente, a Companhia informa que não foram realizadas outorgas de opções de compra de ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao longo do exercício social de 2020.

Outorgas previstas para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Data de outorga	0,00	Prevista para 10 de maio de 2023
Quantidade de opções outorgadas	0,00	2.344.443
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0,00	10/05/2027
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	0,00	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	0,00	3,00
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	0,00	7.033.330

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	0,00	23/03/2022
Quantidade de opções outorgadas	0,00	1.042.636
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0,00	23/03/2025
Prazo máximo para exercício das opções	0,00	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	0,00	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	0,00	5,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	0,00	5.380.000

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	22/12/21
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.062.037

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	22/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	4,39
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	4.662.342

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	24/02/21
Quantidade de opções outorgadas	N/A	577.936
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	24/02/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	12,45
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	7.195.303,20

8.7 Opções em aberto

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 relativas à outorga de 23/03/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	5,00	4,00
Número de Membros Remunerados	0,00	4,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	1.042.636
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	23/03/2025
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$1,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$2,66
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	5,00	4,00
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	5,00	4,00
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	5,00	4,67
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de ações restritas.

8.10 Outorga de ações

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de ações restritas.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui plano de ações restritas.

8.12 Precificação das ações/opções

a) Modelo de precificação

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é a simulação de Monte Carlo, que estabelece a métrica do preço da ação considerando o cálculo sobre os 30 últimos pregões.

Optou-se pela utilização do modelo de Monte Carlo pois trata-se de um modelo mais flexível que os modelos de Black-Scholes-Merton e Binomial, por permitir a inclusão de premissas como o período de *lock-up* das ações adquiridas e a condição de performance relativa à valorização das ações após o IPO.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os seguintes fatores foram utilizados para obter o valor justo das opções outorgadas em 2022:

-Preço atual das ações: é dado pelo valor da ação na data de outorga: 24/02/2021, 22/12/2021 e 23/03/2022

-Preço médio ponderado das ações: 5,16

-Preço de exercício: as opções emitidas são opções sem preço. O exercício da opção depende das condições de desempenho do mercado e do desenvolvimento do preço futuro das ações.

-Volatilidade esperada: Para definir a volatilidade consideramos, como a Companhia não possui um histórico longo o bastante para efetuarmos a estimativa com base no seu próprio histórico, um peer group definido em função da similaridade entre os negócios das Companhias. A metodologia de cálculo utilizada foi “desvio padrão dos retornos diários” e os valores obtidos são apresentados a seguir:

Volatilidade			Correlação
Ticker			
CEAB3	C&A	53,92%	100%
ARZZ3	Peer 1	44,33%	66%
HGTX3	Peer 2	53,19%	70%
AMAR3	Peer 3	71,72%	73%
LREN3	Peer 4	45,41%	73%
GUAR3	Peer 5	54,96%	73%
MÉDIA		53,92%	

-Rendimento de dividendo esperado: o cálculo é baseado no plano de negócios atual, na política de dividendos e no preço médio da faixa indicativa do preço de ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia.

-Taxa de juros livre de riscos: é derivado da curva de juros do Tesouro do Brasil com o horizonte temporal correspondente ao prazo da opção.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, uma vez que o programa de outorga de opções não permite o exercício antecipado das opções.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia tem um breve histórico de negociação de ações. Assim, a volatilidade presumida utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade de mercado histórica das cinco empresas listadas mais semelhantes à Companhia (Lojas Renner S.A., Marisa Lojas S.A., Cia Hering S.A, Guararapes Confecções S.A. e Arezzo S.A.). Posição relativa ao TSR² (*Total Shareholder Return*) médio dos competidores (Arezzo, Grupo Soma, Marisa, Renner e Riachuelo).

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, uma vez que nenhuma outra característica da opção foi levada em consideração na determinação do valor justo.

8.13 Participações detidas por órgão

Em 31 de dezembro de 2022			
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
C&A Modas S.A.	248.400	531.097	0,00

8.14 Planos de previdência

Exercício social encerrado em 31.12.2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Nome do Plano	N/A	CYAMPREV I e CYAMPREV II
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	3,00
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 50 anos de idade
Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	N/A	R\$ 17.440.083,93
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	N/A	R\$ 241.205,44
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O resgate poderá ser realizado pelo participante que vier a se desligar da patrocinadora e tiver contribuído para o plano, desde que não receba benefício pelo plano, mediante manifestação por meio do termo de opção; ou pelo participante ativo que não for elegível a contribuir para o plano e que na data do término do vínculo contar, no mínimo, com 3 (três) anos de vinculação ao plano, desde que não tenha direito a receber benefício de aposentadoria ou benefício por invalidez.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	4,00	4,00	4,67	5,00	5,00	5,00	3,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,67	5,00	5,00	4,17	3,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	9.358.701,09	9.412.744,39	10.195.693,73	2.424.000,00	2.103.999,98	1.496.083,33	100.000,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	4.460.933,36	4.093.708,38	3.129.153,78	728.000,02	599.999,97	575.416,56	100.000,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	5.786.126,89	5.112.650,47	5.436.302,55	1.108.260,01	471.333,32	882.993,33	100.000,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2021	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2020	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2021	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2020	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
31/12/2021	Não aplicável, tendo em vista que o Conselho Fiscal não foi instalado no exercício social de 2021.
31/12/2020	Não aplicável, tendo em vista que o Conselho Fiscal não foi instalado no exercício social de 2020.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui arranjos contratuais com os seus administradores como, por exemplo, acordos com cláusulas de não concorrência e não aliciamento que ensejam o pagamento de indenização, pela Companhia, ao administrador quando da sua saída do cargo ocupado na Companhia, nem compromisso de indenidade que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não possui membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que fossem partes relacionadas aos controladores.

8.18 Remuneração - Outras funções

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Ao longo dos meses de março e abril do exercício social corrente, um dos membros do Conselho de Administração da Companhia prestou serviços de consultoria para o controlador da C&A, cujos valores encontram-se descritos na tabela abaixo:

Exercício social 2023 – demais remunerações recebidas a título de prestação de serviços de consultoria nos controladores da Companhia					
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos		R\$ 180.000,00	-	-	R\$ 180.000,00
Controladas da Companhia		-	-	-	-
Sociedades sob controle comum		-	-	-	-

Por fim, a Companhia informa que nos últimos três últimos exercícios sociais, não foram reconhecidas quaisquer remunerações dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 8 que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta Proposta da Administração.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2004	01/01/2004		
Descrição dos serviços prestados			
Relativamente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S prestou serviços de (i) auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e serviços de revisão limitada das informações contábeis intermediárias e (ii) trabalhos adicionais relativos à Reporting package para grupo Cofra.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração dos auditores independentes relativa (i) à realização de procedimentos de auditoria para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, emissão de carta de recomendação e serviços de revisão limitada das informações contábeis intermediárias foi de R\$1.341.150,00; e (ii) aos trabalhos adicionais relativos à Reporting package para grupo Cofra no montante de R\$ 79.931,00.			
Justificativa da substituição			
Não houve substituição dos auditores independentes.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Risco e Finanças, caberá a esse Comitê, dentre outras atribuições:

(i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de serviços de auditoria independente e de qualquer outro serviço à Companhia; e

(ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (1) a sua independência, (2) a qualidade de serviços prestados; e (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

Desta forma, após a proposta do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças sobre essas matérias, elas devem ser analisadas pelo Conselho de Administração da Companhia, responsável por aprovar os serviços de auditoria e outros serviços que venham a ser prestados pelos auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 9 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	652	353	2	5	133
Não-liderança	9050	4093	72	89	1556
TOTAL = 16.005	9702	4446	74	94	1689

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	54	671	109	304	1	0	6
Não-liderança	412	5260	2628	6330	110	0	120
TOTAL = 16.005	466	5931	2737	6634	111	0	126

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	194	916	35
Não-liderança	10219	4307	334
TOTAL = 16.005	10413	5223	369

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	31	101	28	957	28	0
Não-liderança	1069	3538	888	8249	1116	0
TOTAL = 16.005	1100	3639	916	9206	1144	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	614	326	7	7	146
Nordeste	2240	970	17	16	396
Centro-Oeste	596	238	6	8	68
Sudeste	5568	2557	39	55	987
Sul	684	355	5	8	92
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 16.005	9702	4446	74	94	1689

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	32	195	123	735	10	0	5
Nordeste	133	837	730	1882	33	0	24
Centro-Oeste	31	254	137	469	10	0	15
Sudeste	245	4025	1573	3235	53	0	75
Sul	25	620	174	313	5	0	7
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 16.005	466	5931	2737	6634	111	0	126

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	796	291	13
Nordeste	2465	1130	44
Centro-Oeste	630	263	23
Sudeste	5703	3251	252
Sul	819	288	37
Exterior	0	0	0
TOTAL = 16.005	10413	5223	369

10.1 Descrição dos recursos humanos

b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica

Atividade	31/12/2022																												
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	M G	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total	
Limpeza	2	18	17	4	57	32	22	15	24	22	61	11	11	34	18	45	12	39	55	11	2	2	30	19	13	314	5	895	
Logística	2	5		0	21	9	8	6	8	9	18	6	5	6	5	15	7	12	19	6	2		8	5	5	48	3	238	
Tecnologia	0	0	2	0	3	2	5	0	4	1	28	0	1	1	3	0	0	17	5	1	0	0	7	9	0	172	0	262	
Vigilância																			11							93		104	
Refeitório					9		8		2		3	3		7	3		1	9	41							96		182	
Total																												1.681	

Atividade	31/12/2021																												
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total	
Limpeza	2	18	17	4	54	32	22	15	18	22	52	8	11	28	18	45	12	33	127	14	2	2	28	19	17	239	5	864	
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86	-	-	-	-	50	-	1670	-	1.806	
Lojas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Tecnologia	-	-	5	-	6	5	21	5	7	2	58	2	4	3	1	5	-	16	18	3	-	-	7	11	1	308	2	490	

10.1 Descrição dos recursos humanos

Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	10	-	-	-	-	-	-	15	-	26
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	15
Total																												3.201

Atividade	31/12/2020																											
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
Limpeza	2	17	17	4	51	32	22	15	15	22	52	4	5	25	15	45	9	24	112	14	2	2	24	16	14	224	2	786
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	542	-	-	-	-	548	-	703	-	1793
Tecnologia	17	85	102	34	237	203	136	119	119	136	356	34	34	153	85	254	51	153	695	85	17	17	153	119	85	1508	17	5000
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	197	-	201
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	-	29
Total																												7.968

c)índice de rotatividade

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
72,70%	62,51%	41,9%

10.2 Alterações relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

A C&A considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a C&A; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o associado conheça suas atribuições e responsabilidades.

A estratégia de recursos humanos da C&A visa “ter as melhores pessoas, nos lugares certos”, tendo como base um modelo de competências, por meio do qual, anualmente, avalia todos os times, buscando o desenvolvimento destas habilidades e o constante desafio ao desempenho e, consequente, a alta performance da Companhia.

Sendo assim, a C&A criou uma estratégia de remuneração capaz de atrair, desenvolver e reter os profissionais com uma política que garante um salário base competitivo e um incentivo de curto prazo, atrelado a resultados. Todo este sistema visa promover o alinhamento de todos os empregados ao crescimento e geração de valor da C&A.

Anualmente, a C&A atualiza suas tabelas através de pesquisas com base nos mercados nos quais atua e, desta forma, mantém uma política justa e que preza pela equidade interna. Para as posições operacionais, a C&A segue o piso salarial do sindicato nas regiões. Com isto, a C&A atende a todos os parâmetros trabalhistas, previdenciários e sindicais nas localidades onde atua.

Em complemento, para os incentivos de curto prazo, o modelo de Participação de Lucros e Resultados (PLR) homologado pelo Sindicato com o objetivo de premiar o alcance e superação das metas pré-estabelecidas pela C&A, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do nosso negócio em cada exercício social. Com características mais coletivas, o atingimento da meta econômica é condição essencial para a ocorrência do pagamento. Todos os funcionários são elegíveis ao programa de acordo com os limites estabelecidos anualmente no plano de PLR.

b) política de benefícios

Além de uma Política de Remuneração equilibrada, a Companhia oferece benefícios específicos para atender a seus empregados em todas as localidades onde está presente. A política está alinhada às práticas de mercado para cada grupo de função e cargo.

- Plano de Saúde e Odontológico: a Companhia tem um plano de saúde no sistema de autogestão que oferece serviços de saúde em todo o território nacional. Além disso, a Companhia mantém entidades prestadoras de serviços médicos credenciadas, que atendem suas lojas nas diferentes cidades onde opera.
- Refeição: a Companhia possui refeitórios em diversas unidades e subsidia 80% do valor de cada refeição, para os locais onde não há refeitório a companhia realiza o pagamento de um vale refeição no valor correspondente.
- Desconto para compra em lojas: a Companhia oferece desconto de 20% em suas compras na rede de lojas e no e-commerce para seus empregados, com uma carência
- Previdência privada: a previdência privada da C&A é destinada para todos os empregados elegíveis, o que reforça o compromisso da C&A com o futuro. Cada participante poderá optar por um percentual de contribuição, como contrapartida, a Companhia poderá aportar até 50% do valor por ele depositado respeitando os limites do regulamento.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- **Convênios:** por meio de uma plataforma acessível a todos os seus empregados, a Companhia oferece descontos em farmácia, universidades, academias, cursos de idiomas, restaurantes e outros serviços.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

O plano de incentivo de longo prazo tem o objetivo de incentivar, bem como alinhar interesses de longo prazo dos nossos acionistas, de modo a maximizar a criação de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo. Como forma de promover o engajamento e de retenção do nosso *Senior Management Team*, em 2021 lançamos o Incentivo a Longo Prazo, no formato de Plano de *Stock Option*.

i) grupo de beneficiários:

Executivos a partir do nível Gerente Seniores são elegíveis ao plano.

ii) condições para exercício;

Anualmente a empresa dará direito a uma quantidade de ações a cada elegível baseado em seu salário e nível. Após o período de *vesting* de 3 anos, as condições de performance são apuradas. A empresa transfere a titularidade das ações aos executivos respeitando a quantidade definida pelas condições de performance.

iii) preço de exercício;

Para a definição do preço de exercício foi escolhida a Simulação de Monte Carlo:

Simula diversos cenários de preços de ação, permitindo a incorporação de variáveis aleatórias. É aplicado em Programas com condições de *vesting* de mercado muito complexas e indicados pela norma para programas que possuem condição de exercício vinculadas à performance externa.

iv) prazo de exercício;

Implementação de um “período de exercício” de 3 anos após cada data de aniversário de *vesting*. Com esse período de *vesting*, o executivo precisará apoiar na condição de desempenho referente ao valor da ação.

v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

	Quantidade de Ações	%	Fair Value da Outorga	Participantes
Capital Total	308.245.600	100,00%		
Diluição do Capital - 3%	9.247.368	3,00%		
Outorga 2021	1.506.702	0,49%	12,45	53
Outorga 2022	3.619.621	1,17%	5,16	54

d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social:

A diferença entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil é de 258,43 vezes.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A C&A preza por uma gestão baseada em valores e em seus princípios éticos, de maneira a contribuir para uma sociedade justa e ter uma atuação responsável com todos os seus stakeholders.

Na Gestão Sindical, a C&A estabelece um modelo estruturado e perene, centralizando a interlocução junto às entidades externas em nossa área de Relações Sindicais. Com isto, preserva sua reputação e imagem. A Companhia compartilha com os seus gestores esta estratégia e, assim, consegue construir uma abordagem preventiva contra eventuais riscos sindicais, fomentando um ambiente interno de trabalho positivo e contribuindo para o crescimento da empresa.

A Companhia entende que a área de Relações Sindicais deve sempre atuar respeitando a Legislação Trabalhista, as Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, dos quais é signatária. A Companhia mantém um relacionamento harmonioso entre as entidades sindicais por meio do diálogo permanente, claro e transparente, valorizando o relacionamento sindical, elevando o grau de confiança entre as partes e promovendo a efetiva discussão de interesses da categoria econômica e profissional; bem como da liberdade de filiação sindical de seus empregados.

A Companhia negocia com os sindicatos patronais e com os sindicatos laborais pautados pelo “código sindical” ativo no Ministério do Trabalho da categoria profissional econômica da Companhia, que representam todas as lojas, os centros de distribuição e o escritório central no território nacional.

Assim sendo, a Companhia mantém um bom relacionamento com os empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, informando que, nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram greves ou paralisações nos últimos três exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 10 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

A “Política Para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da C&A Modas S.A.” (“Política”) que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. A Política está em linha com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

A Política define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar o Departamento Jurídico da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Se a transação informada for identificada como de fato uma Transação com Parte Relacionada, segundo o julgamento realizado pelo Departamento Jurídico da Companhia, a referida transação será submetida aos procedimentos descritos na Política, e caberá a ele informar à Diretoria ou o Conselho de Administração da Companhia, sobre a referida transação.

A Diretoria Executiva da Companhia deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma da referida Política.

Toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior (“Montante Relevante”) envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Política.

A Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia, a depender do montante envolvido da Transação, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso conclua ser equitativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu exclusivo critério e em observância à Política, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

Ainda segundo a Política, são vedadas as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

- (a) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e
- (b) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):
 - aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou administrativo ou comitês, estatutários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as);
 - aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e

11.1 Regras, políticas e práticas

- aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
C&A Services	01/12/1998	1.706.148,46	50	0	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de direito de uso/manutenção de licenças do software SAP adquiridas através da C&A Services por prazo indeterminado. No ano de 2022, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 1.706.148,46.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de direito de uso/manutenção de licenças do software SAP para associados da C&A.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
C&A Sourcing	01/01/2008	338.561.947,49	41.713.268,75	0	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa					
Objeto contrato	Contratação de prestação de assistência na busca de fornecedores em mercados estrangeiros para compra de mercadorias têxteis e outros produtos correlatos. O valor envolvido inclui o valor da fatura emitida pelos fornecedores para a Companhia, antes de quaisquer descontos, acrescido de um uplift, conforme aditamento a tal contrato celebrado em 30 de setembro de 2019 e em vigor desde 4 de outubro de 2019. O montante pago no ano de 2022 foi de R\$ 338.561.947,49.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento de cláusula do contrato, (ii) caso fortuito ou de força maior, (iii) se qualquer das partes entrar em procedimento falimentar, ou, (iv) mediante envio de notificação à outra parte com 90 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviço a fim de possibilitar o fornecimento de produtos vindos do exterior, ampliando a cadeia de fornecimento da Companhia.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
COFRA Latin America Ltda.	01/03/2017	108.110,72	9.606,79	Conforme descrito	indeterminada	0
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela COFRA de departamentos da Companhia. A COFRA paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela COFRA mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2022 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram R\$108.110,72.					
Garantia e seguros	Não aplicável					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resilido mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a COFRA deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela COFRA de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada	18/05/2014	11.364.792,61	1.879.173,50	0	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Associada sob influência direta					
Objeto contrato	A Companhia participa, juntamente com outras empresas ligadas, como patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda suplementar. No ano de 2022, a Companhia contribuiu com R \$11.364.792,61 à Cyamprev. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2022 é de 5.647 participantes.					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Contratação de serviço de previdência privada para os funcionários da Companhia					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Instituto C&A	01/03/2017	178.872,57	28.711,15	Conforme descrito	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia. O Instituto paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pelo Instituto mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2022 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram o montante de R\$178.872,57.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resilido mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso o Instituto deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

a. nome das partes relacionadas: Instituto C&A

b. relação das partes com o emissor: Associada sem influência significativa

c. data da transação: 01/03/2017

d. objeto do contrato: Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia. O Instituto paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pelo Instituto mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2022 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram o montante de R\$178.872,57.

e. Posição contratual do emissor: (X) Credor () Devedor

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. montante envolvido no negócio: 178.872,57

g. saldo existente: R\$28.711,15

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir: Conforme descrito

i. garantias e seguros relacionados: Não aplicável

j. duração: Indeterminado

k. condições de rescisão ou extinção: O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso o Instituto deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.

l. natureza e razões para a operação: Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão

m. taxa de juros cobrada, se aplicável: 0,000000

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses: A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado: Trata-se de mero compartilhamento de despesas de acordo com custo efetivamente dispendido pela Companhia com os departamentos específicos compartilhados e percentual utilizado pela parte relacionada. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

a. nome das partes relacionadas: COFRA Latin America Ltda.

b. relação das partes com o emissor: Associada sem influência significativa

c. data da transação: 01/03/2017

d. objeto do contrato: Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela COFRA de departamentos da Companhia. A COFRA paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela COFRA mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2022 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram R\$108.110,72

e. Posição contratual do emissor: (X) Credor () Devedor

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. montante envolvido no negócio: 108.110,72

g. saldo existente: R\$9.606,79

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir: Conforme descrito

i. garantias e seguros relacionados: Não aplicável

j. duração: indeterminada

k. condições de rescisão ou extinção: O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a COFRA deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.

l. natureza e razões para a operação: Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela COFRA de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão.

m. taxa de juros cobrada, se aplicável: 0,0

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses: A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado: Trata-se de mero compartilhamento de despesas de acordo com custo efetivamente dispendido pela Companhia com os departamentos específicos compartilhados e percentual utilizado pela parte relacionada. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

a. nome das partes relacionadas: C&A Sourcing

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

b. relação das partes com o emissor: Associada sem influência significativa

c. data da transação: 01/01/2008

d. objeto do contrato: Contratação de prestação de assistência na busca de fornecedores em mercados estrangeiros para compra de mercadorias têxteis e outros produtos correlatos. O valor envolvido inclui o valor da fatura emitida pelos fornecedores para a Companhia, antes de quaisquer descontos, acrescido de um uplift, conforme aditamento a tal contrato celebrado em 30 de setembro de 2019 e em vigor desde 4 de outubro de 2019. O montante pago no ano de 2022 foi de R\$ 338.561.947,49.

e. Posição contratual do emissor: () Credor (x) Devedor

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. montante envolvido no negócio: 338.561.947,49

g. saldo existente: R\$41.713.268,75

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir: 0

i. garantias e seguros relacionados: Não aplicável

j. duração: Indeterminado

k. condições de rescisão ou extinção: (i) descumprimento de cláusula do contrato, (ii) caso fortuito ou de força maior, (iii) se qualquer das partes entrar em procedimento falimentar, ou, (iv) mediante envio de notificação à outra parte com 90 dias de antecedência.

l. natureza e razões para a operação: Prestação de serviço a fim de possibilitar o fornecimento de produtos vindos do exterior, ampliando a cadeia de fornecimento da Companhia.

m. taxa de juros cobrada, se aplicável: 0,0

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses: A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado: A Companhia entende que a parceria agrega valor promovendo a ampliação de sua cadeia de fornecimento e disponibilização de infraestrutura (escritórios e pessoal) no exterior sempre que necessário. O fornecimento de produtos vindos do exterior via C&A Sourcing não é exclusiva e a Companhia está constantemente avaliando novos parceiros para garantir que a manutenção do contrato e a participação percentual da parceria no fornecimento de produtos vindos do exterior seja a mais vantajosa para a Companhia. As taxas de outros traders parceiros é equivalente e a C&A Sourcing garante padrões de *compliance* elevados conforme exigidos pela Companhia. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

a. nome das partes relacionadas: Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada

b. relação das partes com o emissor: Associada sob influência direta

c. data da transação: 18/05/2014

d. objeto do contrato: A Companhia participa, juntamente com outras empresas ligadas, como patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda suplementar. No ano de 2022, a Companhia contribuiu com R\$11.364.792,61 à Cyamprev. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2022 é de 5.647 participantes.

e. Posição contratual do emissor: () Credor (x) Devedor

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. montante envolvido no negócio: 11.364.792,61

g. saldo existente: R\$1.879.173,50

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir: 0

i. garantias e seguros relacionados: Não aplicável.

j. duração: Indeterminado

k. condições de rescisão ou extinção: Não aplicável.

l. natureza e razões para a operação: Contratação de serviço de previdência privada para os funcionários da Companhia

m. taxa de juros cobrada, se aplicável: 0,0

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses: A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado: A Cyamprev oferece aos colaboradores da Companhia condições e taxas compatíveis com competidores equivalentes. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

a. nome das partes relacionadas: C&A Services

b. relação das partes com o emissor: Associada sem influência significativa

c. data da transação: 01/12/1998

d. objeto do contrato: Contrato de direito de uso/manutenção de licenças do software SAP adquiridas através da C&A Services por prazo indeterminado. No ano de 2022, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 1.706.148,46.

e. Posição contratual do emissor: () Credor (x) Devedor

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. montante envolvido no negócio: 1.706.148,46

g. saldo existente: R\$0

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir: 0

i. garantias e seguros relacionados: Não aplicável

j. duração: Indeterminado

k. condições de rescisão ou extinção: Não aplicável.

l. natureza e razões para a operação: Contrato de direito de uso/manutenção de licenças do software SAP para associados da C&A.

m. taxa de juros cobrada, se aplicável: 0,0

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses: A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado: A versão da solução utilizada pela Companhia não é mais oferecida para contratação pelo fornecedor do software e tem suporte vigente até 2027. De todo modo, a Companhia avalia constantemente o custo de implantação das soluções atualmente oferecidas pela SAP, bem como o custo de outras soluções de mercado, e, até o momento, considera mais benéfico a manutenção do sistema atual. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 11 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
24/10/2019		Não aplicável	1.847.176.855,07
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
308.245.068		0	308.245.068

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
24/10/2019		Não aplicável	1.847.176.855,07
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
308.245.068		0	308.245.068

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
24/10/2019		Não aplicável	1.847.176.855,07
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
308.245.068		0	308.245.068

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/10/2019		Não aplicável	0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
135.000.000		0	135.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Primeira emissão de notas comerciais
Data de emissão	18/03/2022
Data de vencimento	18/03/2027
Quantidade	250.000
Valor total R\$	250.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	250.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas comerciais foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da regulação aplicável. Nos termos da Instrução CVM 476, as notas comerciais não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário; (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iv) de prêmio flat aplicável sobre o saldo do Valor Nominal Unitário. O Resgate Antecipado Facultativo somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos titulares das Notas Comerciais, com cópia para a B3 e o Agente Fiduciário, com 3 (três) Dias Úteis de antecedência à data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo, ou mediante publicação de aviso aos titulares das Notas Comerciais, sendo certo que, nesta hipótese, a B3 e o Agente Fiduciário deverão ser comunicados com 3 (três) Dias Úteis de antecedência à data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate"). O Resgate Antecipado Facultativo para as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Notas Comerciais não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo será realizado por meio do Escriturador. As Notas Comerciais resgatadas pela Companhia, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Remuneração das Notas Comerciais: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de 1 (um) dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,45% ao ano, base 252 Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais), desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão, a data de pagamento em razão de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento ou a data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com os critérios e fórmulas a serem estabelecidos no Termo de Emissão.

Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 18 de setembro de 2022, os demais pagamentos sempre no dia 18 dos meses de março e setembro de cada ano, e o último na Data de Vencimento, conforme tabela a ser prevista no Termo de Emissão (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais, endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada na forma a ser descrita no Termo de Emissão.

Vencimento Antecipado: Observado o disposto no Termo de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais e exigir o imediato pagamento pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida, calculados pro rata temporis, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, ou convocar Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais (“Vencimento Antecipado”), na ocorrência de quaisquer das situações previstas no termo de emissão, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”).

O agente fiduciário desta nota comercial é o Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Continuação vide item 12.9.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Exceto se de outra forma previsto no Termo de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos titulares das Notas Comerciais deverá ser aprovada, tanto em primeira quanto em segunda convocação, por titulares das Notas Comerciais que representem, pelo menos, 2/3 das Notas Comerciais em Circulação. Mediante proposta da Companhia, a Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais poderá, por deliberação favorável de titulares das Notas Comerciais titulares de, no mínimo, 75% das Notas Comerciais em Circulação, aprovar qualquer modificação relativa às características das Notas Comerciais, que impliquem: (i) alteração da Remuneração; (ii) alteração da Data de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos neste Termo de Emissão; (iii) alteração das Datas de Vencimento das Notas Comerciais e da vigência das Notas Comerciais; (iv) alteração dos valores, montantes e datas de Amortização do principal das Notas Comerciais; (v) alteração da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) a alteração dos quóruns de deliberação previstos neste Termo de Emissão; (vii) alteração das disposições desta Cláusula; (viii) na criação de evento de repactuação; e (ix) alteração das disposições relativas à Aquisição Facultativa, à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, à Amortização Extraordinária Obrigatória e ao Resgate Antecipado Obrigatório

Outras características relevantes

Dentre outras hipóteses de vencimento antecipado, vencimento antecipado não automático por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ao final de cada exercício, a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das notas comerciais: o índice obtido pela divisão de dívida líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a 3,0x (três vezes).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Primeira emissão de debentures não conversíveis em ações, em série única
Data de emissão	20/05/2021
Data de vencimento	20/05/2025
Quantidade	500.000
Valor total R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	505.939.793,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta de Resgate com pagamento de “Prêmio de Oferta de Resgate”. Opção de adesão a Oferta de Resgate é de total autonomia do Debenturista.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures farão jus, a partir da primeira Data de Integralização, a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa equivalente a 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso (“Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento (“Período de Capitalização”).

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aprovação em assembleia por debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, em primeira convocação, e 50% mais uma das debêntures em circulação em segunda convocação
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Primeira emissão de notas comerciais da Companhia, em seis séries
Data de emissão	03/04/2020
Data de vencimento	03/04/2023
Quantidade	60
Valor total R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	494.904.526,10
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo respectivo Investidor Profissional e somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 9º-B da ICVM 539, nos termos dos artigos 13 e 15, respectivamente, da Instrução CVM 476, salvo na hipótese de exercício da garantia firme pela(s) instituições intermediária(s) da Oferta Restrita no momento da subscrição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado total (sendo vedada oferta de resgate antecipado parcial) das Notas Comerciais que será endereçada a todos os titulares, sem distinção, sendo assegurada a igualdade de condições a todos os titulares para aceitar ou não o resgate das Notas Comerciais por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago aos titulares das Notas Comerciais na hipótese de realização do resgate antecipado total das Notas Comerciais em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido: (i) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização até a data do efetivo resgate; (ii) de eventual Preço de Oferta de Resgate; e (iii) de demais encargos devidos e não pagos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	A Remuneração e o Valor Nominal Unitário devidos nos termos previstos nas Cártulas serão integralmente pagos pela Companhia, em uma única parcela, aos titulares das Notas Comerciais na Data de Vencimento de cada série (bullet).
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Segunda emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries
Data de emissão	13/05/2022
Data de vencimento	13/08/2028
Quantidade	600.000

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor total R\$	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	600.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, sendo a respectiva distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas com investidores em geral nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476. O prazo de 90 dias para restrição de negociação das Debêntures referido acima não será aplicável aos Coordenadores, para as Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, observado o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, devendo ser respeitadas todas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. O valor a ser pago aos Debenturistas na hipótese de realização do resgate antecipado total das Debêntures em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, caso aplicável, acrescido: (i) da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Início da Rentabilidade ou respectivas Datas de Pagamento da Remuneração imediatamente anteriores, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; (ii) de eventual Prêmio de Oferta de Resgate; e (iii) de demais encargos devidos e não pagos.
Características dos valores mobiliários de dívida	Remuneração das Debêntures da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread de 2,10% ao ano, base 252 Dias Úteis. Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread de 2,40% (ao ano, base 252 Dias Úteis). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente, em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, sempre no dia 13 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 13 de novembro de 2023 e o último na data de vencimento indicada acima. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, enquanto o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado, em 4 (quatro) parcelas anuais, a partir do 3º (terceiro) ano (inclusive), contado da Data de Emissão das Debêntures, sendo a primeira parcela devida em 13 de maio de 2025 e, a última, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série. O agente fiduciário desta debênture é o Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A Continuação vide item 12.9.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aprovação em assembleia por debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, em primeira convocação ou segunda convocação. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Outras características relevantes	Dentre outras hipóteses de vencimento antecipado, vencimento antecipado não automático por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ao final de cada exercício, a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures: o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a 3,0x (três vezes).
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Segunda emissão de notas comerciais
Data de emissão	25/04/2023
Data de vencimento	25/04/2024
Quantidade	50.000
Valor total R\$	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	50.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais foram objeto de distribuição pública, destinada à Investidores Profissionais, em rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Lei 14.195 e da Resolução CVM 160 sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Notas Comerciais. As Notas Comerciais foram depositadas para (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3. As Notas Comerciais somente poderão ser negociadas entre Investidores Profissionais nos mercados regulamentados de valores mobiliários a partir da data de cada subscrição ou aquisição das Notas Comerciais por Investidores Profissionais, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos no artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, e que a negociação das Notas Comerciais deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis e vigentes, conforme alteradas de tempos em tempos.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário; (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iv) de prêmio flat aplicável sobre o saldo Valor Nominal Unitário, conforme tabela a ser prevista no Termo de Emissão.

Amortização Extraordinária. Não será admitida a realização de amortização extraordinária parcial facultativa das Notas Comerciais.

Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais, endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada na forma a ser descrita no Termo de Emissão.

Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de Notas Comerciais vendedor por valor igual, inferior ou superior ao saldo do Valor Nominal Unitário da Nota Comercial em questão. A Companhia deverá fazer constar das suas demonstrações financeiras referidas aquisições. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia poderão, a seu critério (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Notas Comerciais.

Vencimento Antecipado: Observado o disposto no Termo de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais e exigir o imediato pagamento pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida, calculados pro rata temporis, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, ou convocar Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no termo de emissão, respeitados os respectivos prazos de cura.

Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Notas Comerciais serão tratadas detalhadamente no Termo de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Notas Comerciais foram emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido no Termo de Emissão) e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular das Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais.

Garantia: As Notas Comerciais não contarão com qualquer garantia.

Prazo e Data de Vencimento: as Notas Comerciais terão prazo de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, vencendo-se, na data prevista no Termo de Emissão, ressalvado o vencimento antecipado das Notas Comerciais em decorrência dos Eventos de Inadimplemento (conforme definidos abaixo) e as hipóteses de resgate antecipado e aquisição facultativa previstas no Termo de Emissão.

Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. As Notas Comerciais poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido de comum acordo entre a Companhia e o Coordenador Líder, no ato de subscrição das Notas Comerciais, observado que referido ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade dos titulares das Notas Comerciais em cada data de integralização.

Atualização Monetária das Notas Comerciais: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente.

Remuneração das Notas Comerciais: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de 1 (um) dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais), desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão, a data de pagamento em razão de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento ou a data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com os critérios e fórmulas a serem estabelecidos no Termo de Emissão.

Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido conforme a ser previsto no Termo de Emissão, e o último na Data de Vencimento, conforme tabela a ser prevista no Termo de Emissão.

Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário: O saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será amortizado em 1 única parcela na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado ou Evento de Inadimplemento das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, conforme tabela a ser prevista no Termo de Emissão.

Continuação vide item 12.9.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto se de outra forma previsto no Termo de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos titulares das Notas Comerciais deverá ser aprovada, tanto em primeira quanto em segunda convocação, por titulares das Notas Comerciais que representem, pelo menos, 2/3 das Notas Comerciais em Circulação. Mediante proposta da Emitente, a Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais poderá, por deliberação favorável de titulares das Notas Comerciais titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação, aprovar qualquer modificação relativa às características das Notas Comerciais, que impliquem: (i) alteração da Remuneração; (ii) alteração da Data de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos neste Termo de Emissão; (iii) alteração das Datas de Vencimento das Notas Comerciais e da vigência das Notas Comerciais; (iv) alteração dos valores, montantes e datas de Amortização do principal das Notas Comerciais; (v) alteração da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) a alteração dos quóruns de deliberação previstos neste Termo de Emissão; (vii) alteração das disposições desta Cláusula; (viii) na criação de evento de repactuação; e (ix) alteração das disposições relativas à Aquisição Facultativa, à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, à Amortização Extraordinária Obrigatória e ao Resgate Antecipado Obrigatório.
Outras características relevantes	Dentre outras hipóteses de vencimento antecipado, vencimento antecipado não automático por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ao final de cada exercício, a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das notas comerciais: o índice obtido pela divisão de dívida líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a 3,0x (três vezes).
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Terceira emissão de notas comerciais
Data de emissão	25/05/2023
Data de vencimento	24/05/2025
Quantidade	200.000
Valor total R\$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais foram objeto de distribuição pública, destinada à Investidores Profissionais, em rito de registro automático, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Notas Comerciais As Notas Comerciais foram depositadas para (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e 4 operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3. As Notas Comerciais somente poderão ser negociadas entre Investidores Profissionais nos mercados regulamentados de valores mobiliários a partir da data de cada subscrição ou aquisição das Notas Comerciais por Investidores Profissionais, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos no artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, e que a negociação das Notas Comerciais deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis e vigentes, conforme alteradas de tempos em tempos.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Resgate Antecipado Facultativo Total

A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais.

Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário; (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iv) de prêmio flat aplicável sobre o saldo do Valor Nominal Unitário.

Amortização Extraordinária

Não será admitida a realização de amortização extraordinária parcial facultativa das Notas Comerciais.

Oferta de Resgate Antecipado

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais, endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas.

O valor a ser pago aos titulares das Notas Comerciais será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas, (i) acrescido da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Notas Comerciais objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, e (ii) se for o caso, aplicando-se sobre o valor total um prêmio informado pela Emitente na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado

Aquisição Facultativa

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de Notas Comerciais vendedor por valor igual, inferior ou superior ao saldo do Valor Nominal Unitário da Nota Comercial em questão ("Aquisição Facultativa"). A Companhia deverá fazer constar das suas demonstrações financeiras referidas aquisições. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia poderão, a seu critério (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Notas Comerciais.

Vencimento Antecipado

Observado o disposto no Termo de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais e exigir o imediato pagamento pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida, calculados pro rata temporis, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, ou convocar Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência de quaisquer das situações previstas no termo de emissão, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento").

Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Notas Comerciais estão tratadas detalhadamente no Termo de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão integralmente destinados para o capital de giro da Emitente.

Local de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, o local de emissão das Notas Comerciais será a Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular das Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais.

Garantia: As Notas Comerciais não contarão com qualquer garantia.

Remuneração das Notas Comerciais: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios

correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de 1 dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais), desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão, a data de pagamento em razão de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento ou a data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro.

Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 25/08/2023, os demais pagamentos sempre no dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, e o último na Data de Vencimento.

Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário: O saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será amortizado trimestralmente, em 5 parcelas, a partir do segundo ano (inclusive), contados da Data de Emissão das Notas Comerciais, sendo a primeira parcela devida em 25/05/2024 e, a última, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado ou Evento de Inadimplemento das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, conforme o caso.

Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Emitente no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos operacionais adotados pela B3 para as Notas Comerciais nela custodiadas eletronicamente; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

Continuação vide item 12.9

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Exceto se de outra forma previsto no Termo de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos titulares das Notas Comerciais deverá ser aprovada, tanto em primeira quanto em segunda convocação, por titulares das Notas Comerciais que representem, pelo menos, 2/3 das Notas Comerciais em Circulação. Mediante proposta da Companhia, a Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais poderá, por deliberação favorável de titulares das Notas Comerciais titulares de, no mínimo, 75% das Notas Comerciais em Circulação, aprovar qualquer modificação relativa às características das Notas Comerciais, que impliquem: (i) alteração da Remuneração; (ii) alteração da Data de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos neste Termo de Emissão; (iii) alteração das Datas de Vencimento das Notas Comerciais e da vigência das Notas Comerciais; (iv) alteração dos valores, montantes e datas de Amortização do principal das Notas Comerciais; (v) alteração da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) a alteração dos quóruns de deliberação previstos neste Termo de Emissão; (vii) alteração das disposições desta Cláusula; (viii) na criação de evento de repactuação; e (ix) alteração das disposições relativas à Aquisição Facultativa, à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, à Amortização Extraordinária Obrigatória e ao Resgate Antecipado Obrigatório.

Outras características relevantes

Dentre outras hipóteses de vencimento antecipado, vencimento antecipado não automático por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ao final de cada exercício, a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das notas comerciais: o índice obtido pela divisão de dívida líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a 3,0x (três vezes).

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	37
Nota Comercial	0	4	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Na data deste Formulário de Referência, as ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020 não houve oferta pública de ações envolvendo ações da Companhia.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020 não houve oferta pública de ações envolvendo ações da Companhia.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020 não houve oferta pública de ações envolvendo ações da Companhia

12.9 Outras informações relevantes

Em adição às informações indicadas no item 12.3 deste Formulário de Referência, seguem as descrições de características relevantes de nossas emissões de outros valores mobiliários no Brasil.

Nota Comercial - Primeira emissão de notas comerciais escriturais da Companhia.

Características dos valores mobiliários de dívida:

Destinação de Recursos: Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão integralmente destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo médio das dívidas da Companhia.

Colocação e Procedimento de Distribuição: As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, com a intermediação de instituição intermediária líder integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular das Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais.

Garantia: As Notas Comerciais não contarão com qualquer garantia.

Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. As Notas Comerciais poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido de comum acordo entre a Companhia e o Coordenador Líder, no ato de subscrição das Notas Comerciais, observado que referido ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade dos titulares das Notas Comerciais em cada data de integralização.

Atualização Monetária das Notas Comerciais: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente.

Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais nela custodiadas eletronicamente; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

Amortização Extraordinária: Não será admitida a realização de amortização extraordinária parcial facultativa das Notas Comerciais.

Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de Notas Comerciais vendedor por valor igual, inferior ou superior ao saldo do Valor Nominal Unitário da Nota Comercial em questão. A Companhia deverá fazer constar das suas demonstrações financeiras referidas aquisições. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia poderão, a seu critério (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Notas Comerciais.

12.9 Outras informações relevantes

Debentures – 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries

Características dos valores mobiliários de dívida:

Com relação às restrições impostas, os seguintes eventos não deverão ocorrer, entre outros: (i) inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo inadimplemento; (ii) (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, de sua controlada Orion Instituição de Pagamento S.A. (“Orion”), e/ou qualquer outra controlada cuja representatividade de seu EBITDA no EBITDA consolidado da Emissora seja equivalente ou superior a 15% (b) decretação de falência ou requerimento de autofalência formulado pela Emissora e/ou qualquer Controlada Relevante; (c) requerimento de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante formulado por terceiros, não elidido dentro do prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora e/ou por qualquer Controlada Relevante, independentemente do deferimento ou homologação do respectivo pedido pelo juízo; ou (e) ou qualquer evento análogo aos anteriores que caracterize ou possa caracterizar estado de insolvência da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante; (iii) transformação da Emissora em qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (iv) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante contraída no âmbito do mercado financeiro ou mercado de capitais, local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00, ou seu valor equivalente em outras moedas, que não seja devidamente sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento; (v) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante contraída no âmbito do mercado financeiro ou mercado de capitais, local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; (vi) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada Relevante de qualquer decisão arbitral ou sentença judicial para a qual não caiba e/ou não seja aceito recurso com efeito suspensivo, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; (vii) constituição de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima (“Ônus”) sobre quaisquer ativos que, individual ou cumulativamente, representem mais de 5% (cinco por cento) do ativo total da Emissora, conforme últimas demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais consolidadas disponíveis da Emissora; (viii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; (ix) questionamento judicial formulado pela Emissora, ou ainda por quaisquer de seus respectivos controladores e/ou pessoas integrantes do seu Grupo Econômico (conforme definido abaixo), ou suas coligadas ou sociedades sob 36 controle comum, quanto à validade, eficácia e/ou exequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais documentos da Oferta Restrita; (x) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade, nulidade, ineficácia ou inexecutabilidade, total ou parcial, desta Escritura de Emissão; (xi) resgate, amortização ou bonificação de ações da Emissora, ou ainda, distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Emissora de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório previsto nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras remessas de recursos aos acionistas da Emissora, exceto no caso de distribuição, pela Emissora, de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório ou pagamentos de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver cumprindo, integralmente, todas as suas obrigações, pecuniárias ou não, estabelecidas nesta Escritura de Emissão; (xii) redução de capital social da Emissora, exceto para fins de absorção de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações; e (xiii) sequestro, expropriação, desapropriação, confisco ou outra medida que, de qualquer modo, acarrete a indisponibilidade ou perda da propriedade ou posse da totalidade ou de mais de 10% (dez por cento) dos ativos da Emissora.

12.9 Outras informações relevantes

Nota Comercial - Segunda emissão de notas comerciais escriturais da Companhia.

Características dos valores mobiliários de dívida:

Destinação de Recursos: Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão integralmente destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo médio das dívidas da Companhia.

Colocação e Procedimento de Distribuição: As Notas Comerciais foram objeto de distribuição pública, destinada à Investidores Profissionais, em rito de registro automático, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Notas Comerciais, com a intermediação de instituição intermediária líder integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nas condições previstas no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob Rito de Registro Automático, Sob Regime de Garantia Firme para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da 2ª Emissão da C&A Modas S.A.

Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a 1ª data de integralização.

Local de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais nela custodiadas eletronicamente; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Comerciais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

Classificação de Risco: Não foi contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Notas Comerciais.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A

Nota Comercial - Terceira emissão de notas comerciais escriturais da Companhia.

Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emitente de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Comerciais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emitente ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2%; e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

Classificação de Risco: Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Notas Comerciais.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Correa Junior

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Laurence Beltrão Gomes

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

PAULO CORREA JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 05.952.323-3 (IFP/RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 926.420.477-68, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, na qualidade de Diretor Presidente da **C&A MODAS S.A.**, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução da CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



PAULO CORREA JUNIOR

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 77A55E2B19164125A921618162EBC04A		Status: Concluído
Assunto: C&A I Formulário de Referência 2023 - Declaração Diretor Presidente		
Área Gestora:		
Jurídico		
Teve envolvimento de CCI?:		
Não		
Nome do Solicitante: Ana Crucciti		
Serial do Equipamento:		
Linha do Celular:		
Envelope fonte:		
Documentar páginas: 1	Assinaturas: 1	Remetente do envelope:
Certificar páginas: 5	Rubrica: 0	Secretaria de Governança
Assinatura guiada: Ativado		Rua LUIZ FERNANDO REIA 239
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado		Vila Velha, ES 29123-600
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		secretariadegovernanca@cea.com.br
		Endereço IP: 191.183.140.144

Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Secretaria de Governança	Local: DocuSign
24/05/2023 09:37:00	secretariadegovernanca@cea.com.br	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Paulo Correa Junior		Enviado: 24/05/2023 09:45:19
paulo.correa@cea.com.br		Reenviado: 26/05/2023 11:30:03
Presidente		Visualizado: 29/05/2023 03:56:10
C&A Modas S.A.		Assinado: 30/05/2023 03:19:04
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
		Usando endereço IP: 179.132.85.247
		Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Carolina Martins	Copiado	Enviado: 30/05/2023 03:19:06
carolina.martins@cea.com.br		Visualizado: 30/05/2023 08:41:48
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:		
Aceito: 20/10/2020 16:15:13		
ID: 7a87bd54-3f22-44f1-80d2-9b2792b45a4d		

13.1 Declaração do diretor presidente

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Roberta Bartoli de Noronha Shimizu roberta.noronha@cea.com.br Diretor De Relacoes Com Investidores C&A Modas S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 21/10/2020 09:09:04 ID: f769165a-775e-4540-af16-fe35356d5df2	Copiado	Enviado: 30/05/2023 03:19:08
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	24/05/2023 09:45:19
Entrega certificada	Segurança verificada	29/05/2023 03:56:10
Assinatura concluída	Segurança verificada	30/05/2023 03:19:04
Concluído	Segurança verificada	30/05/2023 03:19:08
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

13.1 Declaração do diretor presidente 23/01/2020 10:29:47

Partes concordam em: Carolina Martins, Roberta Bartoli de Noronha Shimizu

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, C&a; Modas Ltda. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

13.1 Declaração do diretor presidente

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact C&a; Modas Ltda.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: ana.crucciti@cea.com.br

To advise C&a; Modas Ltda. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at ana.crucciti@cea.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from C&a; Modas Ltda.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to ana.crucciti@cea.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with C&a; Modas Ltda.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

13.1 Declaração do diretor presidente

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to ana.crucciti@cea.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

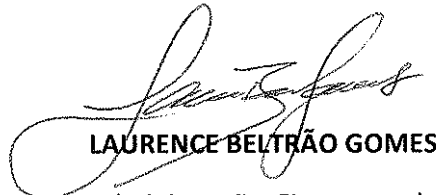
To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify C&a; Modas Ltda. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by C&a; Modas Ltda. during the course of your relationship with C&a; Modas Ltda..

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores**DECLARAÇÃO****PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

LAURENCE BELTRÃO GOMES, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 700.986.108-4 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 585.750.140-72, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, na qualidade de Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores da **C&A MODAS S.A.**, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução da CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



LAURENCE BELTRÃO GOMES

Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores